

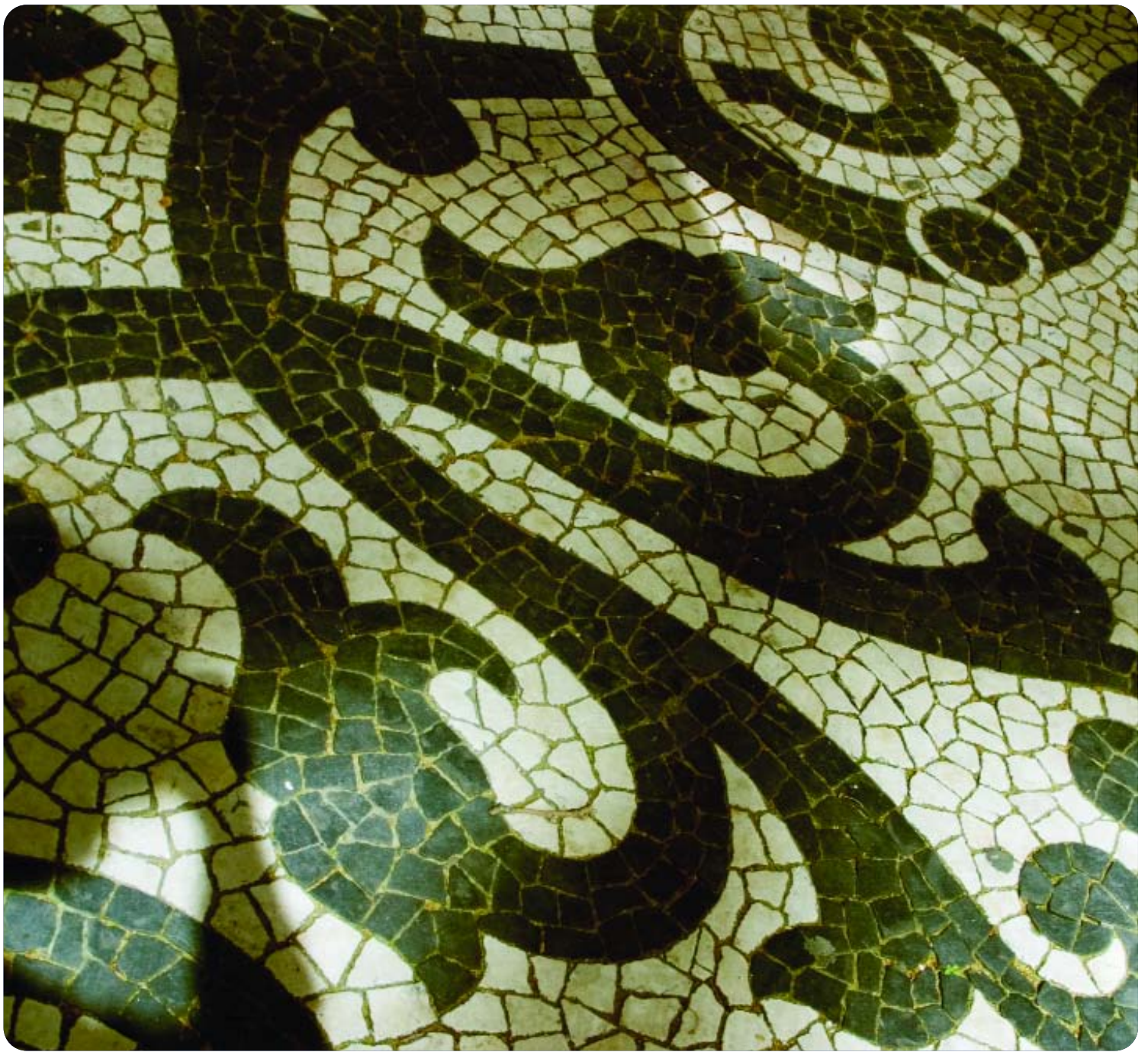


## Relatório e Contas | 2005



# Relatório e Contas | 2005







# Índice

Relatório e Contas | 2005

Órgãos Sociais (Banco)	7
Órgãos Sociais (Capital de Risco)	8
Quadro Directivo	9
Sinopse do Desempenho Consolidado	11
Factos Relevantes	13
Enquadramento da Actividade	17
Actividade	25
Perspectivas para 2006	61
Agradecimentos	63
Proposta de Aplicação de Resultados	65
Titulares de Participações Qualificadas	67
O Governo da Sociedade	69
Responsabilidade Social e Sustentabilidade	79
Demonstrações Financeiras	83
Relatório e Parecer do Fiscal Único	211
Certificação Legal das Contas	213





## Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por Dr. José Lourenço Soares
<b>Secretário</b>	Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A., representada por Dr. José Filipe de Sousa Meira
<b>Secretário</b>	Gerbanca, S.G.P.S., S.A., representada por Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

## Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	Dr. Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira
<b>Vice-Presidente</b>	Dr. António Manuel Maldonado Gonelha
<b>Vogal</b>	Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
<b>Vogal</b>	Dr. António Carlos Bastos Martins
<b>Vogal</b>	Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho
<b>Vogal</b>	Dr. Luis Lopes Laranjo

## Fiscal Único

<b>Efectivo</b>	Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A. representada por Dr. Luis Augusto Gonçalves Magalhães
<b>Suplente</b>	Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, R.O.C.

# Órgãos Sociais (Capital de Risco)

## Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente** Dr. António Pereira Grada Ferreira  
**Secretário** Dr<sup>a</sup>. Carla Maria Gomes dos Santos

### Conselho de Administração

**Presidente** Dr. Alcides Saraiva de Aguiar  
**Vogal** Dr. José Manuel Carreiras Carrilho  
**Vogal** Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

### Fiscal Único

**Efectivo** Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.  
representada por Dr. Luis Augusto Gonçalves Magalhães  
**Suplente** Dr. Carlos Luís de Melo Loureiro, R.O.C.

## Caixa Capital, SCR, SA

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente** Caixa Banco de Investimento, SA,  
representado por Dr. António Pereira Grada Ferreira  
**Secretário** Caixa Banco de Investimento, SA,  
representado por Dr<sup>a</sup>. Maria Alice Marques de Paiva Nunes

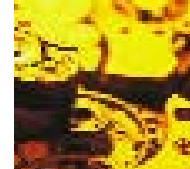
### Conselho de Administração

**Presidente** Caixa Banco de Investimento, SA,  
representado por Dr. Alcides Saraiva de Aguiar  
**Vogal** Dr. José Manuel Carreiras Carrilho  
**Vogal** Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

### Fiscal Único

**Efectivo** Deloitte e Associados, SROC, SA,  
representado pela Sra. Dr<sup>a</sup> Maria Augusta Cardador Francisco  
**Suplente** Dr. Luis Augusto Gonçalves Magalhães, ROC

# Quadro Directivo (Banco)



Relatório e Contas | 2005

**Direcção Financeira e de Investimento**

Francisco Santos

**Direcção de Crédito e Clientes**

Sérgio Monteiro

**Direcção de Clientes Internacionais**

Diogo Castro e Silva

**Direcção de *Corporate Finance* de Dívida**

Paulo Serpa Pinto

**Direcção de *Corporate Finance* de Acções**

Jorge Cardoso

**Direcção de *Project Finance* e de Infraestruturas**

Daniel Amaral

**Direcção de Corretagem**

Ália Pereira da Silva

**Direcção de Planeamento, Controlo do Risco e Organização**

António Gregório

**Direcção de Operações**

Miguel Freire

**Gabinete de *Research***

João Lourenço

**Gabinete de Assuntos Jurídicos**

Grada Ferreira

**Gabinete de Sistemas de Informação**

Ema Campos

**Gabinete de Recursos Humanos e Administrativos**

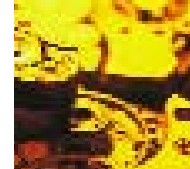
Manuel Cunha

**Gabinete de *Compliance***

Fernando Oliveira



# Sinopse do Desempenho Consolidado



Relatório e Contas | 2005

	2005	2004 (*)	2003
	Milhares €	Milhares €	Milhares €
<b>Do Ano</b>			
Margem Financeira Alargada	10.882	11.146	9.594
Resultados Operações Financeiras	7.849	2.158	1.515
Comissões Líquidas	35.369	35.043	22.665
<b>Produto Bancário</b>	<b>54.100</b>	<b>48.347</b>	<b>33.775</b>
Custos de Estrutura (GGA+Amortiz.Exerc.)	-21.468	-19.443	-17.848
Provisões / Imparidades	-1.255	-491	4.789
Outros Custos e Proveitos Líquidos	1.371	-1.134	2.750
Resultados Antes de Impostos	32.748	27.279	23.466
Impostos sobre Lucros	-7.744	-5.038	-3.359
<b>Resultado Líquido</b>	<b>25.004</b>	<b>22.241</b>	<b>20.107</b>
<b>CASH FLOW</b>	<b>35.066</b>	<b>28.912</b>	<b>19.756</b>
<b>No final do ano</b>			
Carteira de Crédito	639.037	407.134	314.088
Carteira de Títulos	471.783	534.609	321.766
Depósitos de Clientes	109.220	81.068	63.094
<b>Activo Líquido</b>	<b>1.782.739</b>	<b>1.096.888</b>	<b>812.605</b>
Capital Social	81.250	81.250	81.250
<b>Capitais Próprios (antes da apropriação de Resultados)</b>	<b>222.138</b>	<b>174.585</b>	<b>159.903</b>
<i>Rácio de Solvabilidade Individual</i>			
Solvabilidade	13,76%	13,32%	15,72%
<i>Rácios de Performance</i>			
ROE	11,26%	12,74%	12,57%
ROA	1,40%	2,03%	2,47%
Custos Estruturais/ Produto Bancário (PB)	39,68%	40,22%	52,85%
Custos Estruturais Ajustados/ PB (**)	36,10%	37,81%	47,14%

(\*) Ajustado pelo impacto das NIC no ano de transição.  
(\*\*) Ajustados pela incorporação de proveitos com empregados cedidos.





# Factos Relevantes

*Consistentemente empenhado na oferta de produtos e soluções que melhor satisfaçam os requisitos dos seus Clientes, o Banco alcançou, no ano em análise, nos vários vectores da sua actividade, patamares de excelência, que de seguida destacaremos.*

O CaixaBI, em 2005, teve um crescimento, face ao ano anterior, de 62% no activo líquido, que se fixou em €1.783 milhões, de 12% no produto bancário, que atingiu 54 milhões e de 12% no resultado líquido, que alcançou 25 milhões.

O Banco interveio destacadamente em algumas operações de significativo montante e de que salientamos duas:

- a Assessoria Financeira no âmbito do *Acquisition Finance* e Refinanciamento da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. no montante de €313.700.000,
- a Assessoria Financeira à EGREP – Entidade Gestora de Reservas de Produtos Petrolíferos, E.P.E. na obtenção de um Empréstimo Sindicado de Longo Prazo no montante máximo de €310.000.000 para aquisição de reservas estratégicas de produtos petrolíferos;

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve presente em 21 emissões, com um volume total de €24,1 mil milhões, tendo actuado como líder em 14 delas, que envolveram um montante total de €6 mil milhões.

De acordo com os dados coligidos pela *Bloomberg* relativamente a 2005, o CaixaBI posicionou-se em 1º lugar entre os bancos portugueses quer em número quer em volume de lideranças de emissões obrigacionistas de emitentes nacionais (excluindo dívida pública, emissões próprias e de entidades relacionadas/grupo).

O estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVTV) detido pela Caixa Geral de Depósitos, permitiu ao Banco assegurar, entre outras, as actividades inerentes ao mercado primário. Neste âmbito, destacaram-se em 2005:

- o papel de *Joint Lead Manager* desempenhado na colocação inaugural do novo *benchmark* a 10 anos da República Portuguesa (OT 3.35% Outubro 2015), no montante de €3 mil milhões;
- a atribuição de obrigações do *Co-Lead Pot* em ambas as outras colocações sindicadas efectuadas pelo IGCP (OT 3.85% Abril 2021 e OT 3.2% Abril 2011), reflectindo a boa qualidade das ordens de investidores angariadas pelo CaixaBI.

O CaixaBI foi escolhido pelo HSBC Finance Corporation para actuar como o colocador português da sua emissão de *European Regional Bonds* no montante global de €1,5 mil milhões, reconhecendo as capacidades de colocação do Banco.

O número de Programas de Emissões de Papel Comercial agenciados pelo CaixaBI foram 61 e durante 2005 efectuaram-se 385 emissões às quais corresponderam um montante superior a €11 mil milhões.

Ao actuar como Coordenador Global e Joint Bookrunner da primeira reprivatização efectuada através da

emissão de obrigações permutáveis em Portugal, no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções da EDP - Energias de Portugal (6ª fase de privatização), o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em Portugal na área de mercado de capitais, com um *market share* de 28%, segundo informação disponibilizada pela CMVM.

Na área de *project finance*, o CaixaBI consolidou a sua liderança em Portugal. As *League Tables* referentes a 2005, publicadas pela "Dealogic", para *Project Finance*, colocam o CaixaBI como o 1º banco português e o 5º ibérico nesta área. A publicação "Project Finance International (PFI)" aponta o Grupo CGD / CaixaBI como o 31º banco na região "Europe, Middle East and Africa", e 42º a nível mundial.

No desenvolvimento da sua actividade internacional, a sucursal do Banco em Espanha, foi o polo dinamizador das oportunidades de banca de investimento geradas e concretizadas, mercê de um esforço continuado no estabelecimento de acordos de actuação com os principais *players* financeiros e grande proximidade junto dos principais *sponsors*.

No âmbito da prospecção de novos serviços para as áreas de mercados financeiros e corretagem, o Banco contratou com o Euronext Lisbon o estatuto de *Expert* em *small e mid caps* de 11 sociedades cotadas tendo apresentado o serviço de *Liquidity Provider* e aquele seu estatuto a várias empresas cotadas identificadas como potenciais interessados nestes novos serviços. Das abordagens realizadas resultaram a assinatura de contratos com a Nova Base, Altri, Cofina, Reditus e Orey Antunes.

Na vertente de colocação, o Banco participou em 2005, como co-líder para o mercado Internacional, no IPO da Energias do Brasil, no montante de cerca de €300 milhões, a cotar na Bolsa de S.Paulo. O CaixaBI colocou €42,5 milhões junto de investidores internacionais.

O CaixaBI actuou como coordenador global e *bookrunner*, na operação de colocação de obrigações Parpública convertíveis a cinco anos em acções EDP. O Banco colocou €155 milhões junto de investidores nacionais e internacionais, numa operação cujo montante global ascendeu a €570 milhões.

De acordo com a estatística publicada pela CMVM, em 2005 o CaixaBI ocupou o 3º lugar no *ranking* dos intermediários Portugueses, tendo em conta todos os mercados que disponibilizou aos seus clientes.

Na actividade de capital de risco o enfoque vai para a tomada de uma participação correspondente a 80% do capital da Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A., sociedade veículo especialmente constituída, em parceria com a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., para a aquisição da totalidade do capital social da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. ao Grupo Nutrinveste, na que foi, incontestavelmente, a maior operação de *private equity* realizada em Portugal nos últimos anos. Esta operação, cujo valor global ascendeu a €426 milhões, foi concretizada através de um processo competitivo que contou com vários investidores nacionais e internacionais, do sector e de cariz financeiro, e implicou o maior investimento alguma vez realizado pelo Grupo CGD em *private equity*.

A aquisição efectiva das referidas empresas dependia da declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência, o que ocorreu no final do mês de Dezembro para a Nutricafés tendo originado a liquidação física e financeira da operação no dia 31 de Dezembro, estimando-se que até ao final do mês de Janeiro de 2006 fique igualmente plenamente concretizada a aquisição da Compal, dado que a Autoridade da Concorrência já confirmou também a sua não oposição ao negócio.

Ainda nesta área, importa salientar o investimento realizado no Grupo Visabeira, SGPS, S.A. no montante de €16,5 milhões (€6,6 milhões pela Caixa Capital e €9,9 milhões pelo FIQ Grupo CGD), correspondente a uma participação global de 9,84% no capital da empresa. Esta operação consubstanciou um reforço

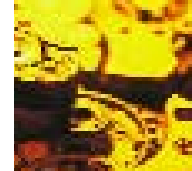


significativo da parceria existente há alguns anos entre a área de capital de risco do Grupo CGD e aquele que constitui um dos maiores grupo económicos na região centro do país.

Mantiveram-se as notações de *rating* da CGD pela Fitch-IBCA, nomeadamente a de AA- de médio e longo prazo, a melhor da banca portuguesa e idêntica à dos principais bancos espanhóis, pelo que o CaixaBI, como banco de investimento do Grupo CGD, usufrui da importância desta notação em termos de credibilidade e robustez financeira.

Com uma estrutura operacional e humana capaz de responder a este incremento de actividade, o Banco manteve os adequados níveis de controlo dentro de parâmetros que lhe permitiram baixar o rácio *cost to income* de 37,8% para 36,1%.



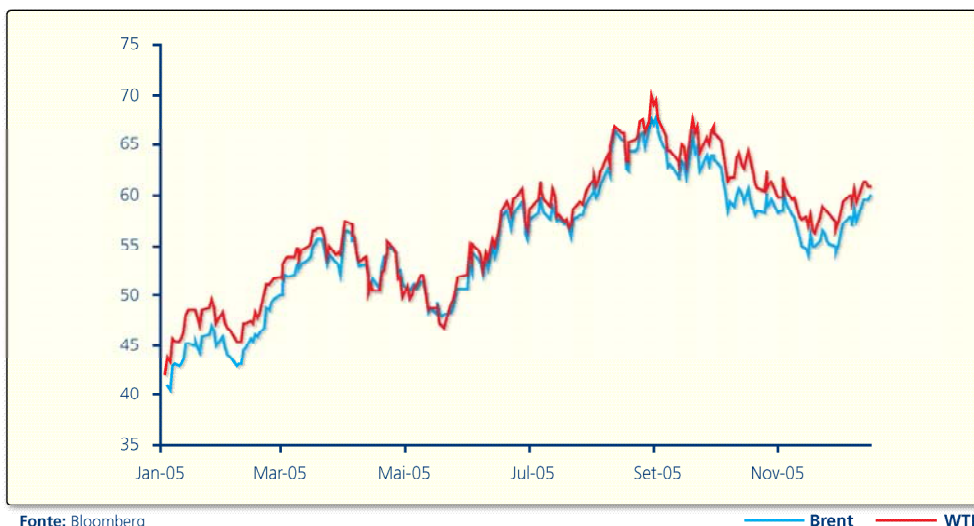


## Economia Internacional

### Evolução Global

A subida significativa registada pelo preço do petróleo nos mercados internacionais ao longo dos 2 últimos anos, tendo mesmo atingindo sucessivos máximos históricos tanto no mercado de Londres como na praça de Nova Iorque, poderá ter consequências económicas a médio e longo prazo, reduzindo o potencial de crescimento da generalidade dos países e contribuindo para o aumento das tensões inflacionistas.

**Preços de Petróleo**  
(contrato de futuros mais próximo)



Fonte: Bloomberg

— Brent — WTI

O impacto da subida do preço do petróleo deverá, no entanto, ser inferior ao verificado em anteriores crises energéticas, o que é explicado por vários factores:

- o a subida do preço do petróleo resulta, essencialmente, de um aumento da procura, em particular por parte de países que apresentam níveis de crescimento do PIB mais elevados, como a China e a Índia, que actualmente têm já um peso importante no consumo desta matéria-prima. Assim, a subida do preço poderá ter um efeito estabilizador sobre a procura;
- o maior eficiência energética, em particular nos países mais desenvolvidos, e a procura por fontes de energia alternativas, com destaque para as energias renováveis;
- o maior flexibilidade dos países da OPEP para aumentarem a sua produção, com o objectivo de incrementarem a oferta e assim satisfazerem o aumento da procura.

Apesar dos factores de risco que se verificam actualmente, o crescimento económico a nível global permaneceu relativamente elevado. O FMI, nas previsões mais recentes, admitia que a economia mundial durante o ano de 2005 poderá ter crescido 4.3%, o que compara com 5.1% registados em 2004.

## Taxas de Crescimento do PIB

	2003	2004	2005 (e)	2006 (e)
<b>Zona Euro</b>	<b>0,5%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,8%</b>
Alemanha	0,0%	1,0%	0,8%	1,4%
França	0,9%	2,0%	1,5%	1,8%
Espanha	2,9%	3,1%	3,0%	3,0%
Portugal	-1,1%	1,0%	0,5%	1,1%
Itália	0,3%	1,2%	0,0%	1,4%
Reino Unido	2,5%	3,2%	2,0%	2,0%
EUA	3,0%	4,4%	3,5%	3,3%
Japão	1,4%	2,7%	2,0%	2,0%
Brasil	0,5%	4,9%	3,2%	3,5%
<b>Mundo</b>	<b>4,0%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,3%</b>

Fonte: FMI, INE, ESN, CaixaBI Research

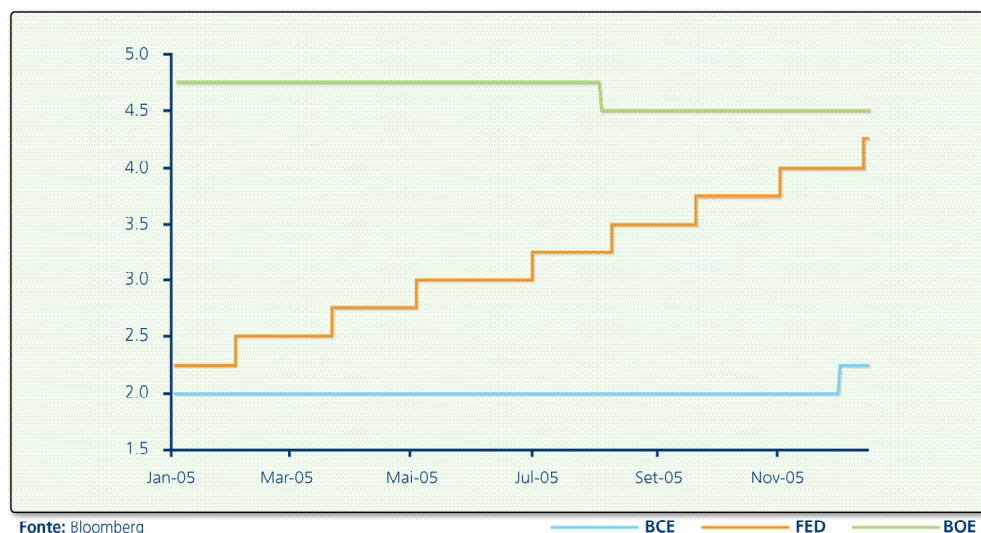
(e): estimativa

A economia norte-americana cresceu acima de 3% em 2005, beneficiando de melhorias graduais ao nível do mercado de trabalho, o que acabou por se reflectir num elevado dinamismo da procura interna, apesar das subidas verificadas nas taxas de intervenção do FED.

As economias Europeias continuam a registar taxas de crescimento abaixo das verificadas nos EUA. O PIB relativo aos países da Zona Euro deverá ter crescido 1,5%, abaixo dos 1,8% registados em 2004. As economias europeias estão a ser penalizadas não apenas pelo agravamento dos custos de energia, mas também pela perda de competitividade face a alguns países asiáticos e da Europa de leste, que apresentam actualmente vantagens competitivas em várias áreas.

Ao nível da política monetária, a Reserva Federal Americana, continuou o processo de normalização das suas taxas de intervenção. Assim, durante o ano de 2005 a *Fed Funds* passou de 2,25% para 4,25%. Através de uma subida gradual das suas taxas de intervenção o *FED* procura, acima de tudo, tornar a política monetária mais neutral face às variáveis crescimento/inflação.

## Taxas de Juro Directoras



Fonte: Bloomberg

— BCE — FED — BOE



O Banco de Inglaterra desceu ligeiramente as suas taxas de intervenção (em 0,25% para 4,5%), como resposta aos indicadores menos positivos da economia britânica, mas também com o objectivo de relançar o optimismo junto dos investidores e consumidores, depois dos atentados terroristas verificados em Julho na cidade de Londres. A economia britânica no ano de 2005 registou um crescimento do PIB de 1,8%, o valor mais baixo desde 1992.

O Banco Central Europeu (BCE) durante grande parte do ano manteve inalteráveis as suas taxas de intervenção, com a taxa de refinanciamento nos 2,0%, procurando utilizar a política monetária com o objectivo de criar condições para uma retoma mais significativa da actividade económica. Contudo, na reunião de 1 de Dezembro acabou por subir a suas taxas directoras em 0,25%, elevando a taxa de refinanciamento para os 2,25%, a primeira alteração desde Junho de 2003. Apesar desta subida, as taxas de juro na Europa, tanto nominais como reais, encontram-se ainda em valores próximos dos seus mínimos históricos.

## Economia Portuguesa

### Evolução Global

A economia Portuguesa deverá ter apresentado, em 2005, um crescimento real do produto entre 0,3% e 0,5%, o que compara com um valor de +1,1% registado no ano anterior. O reduzido dinamismo da economia portuguesa durante o último ano poderá ser explicado, em parte, pelas medidas que foram postas em prática com o objectivo de conter o aumento do défice orçamental em 2005, com destaque para uma subida de alguns impostos, o que penalizou o consumo privado e público, e que estão a ter efeitos negativos sobre o PIB, bem como sobre a confiança dos agentes económicos.

Contudo, verificou-se, de forma sistemática, um contributo positivo por parte da procura externa, apesar da subida significativa registada pelo preço do petróleo, que tem um elevado peso na balança comercial portuguesa.

Apesar da subida verificada na taxa do IVA (de 19% para 21%) a inflação permaneceu estável, com a média anual a situar-se nos 2,5%, em linha com o valor registado no ano precedente. O pessimismo dos agentes económicos, em particular das famílias, como resultado de uma subida da taxa de desemprego poderão explicar a estabilidade dos preços.

### Dados Económicos - Portugal

	2003	2004	2005 (e)	2006 (e)
PIB	-1,1%	1,0%	0,5%	1,1%
Consumo Privado	-0,1%	2,5%	2,3%	1,3%
Consumo Público	0,3%	0,9%	0,8%	-1,3%
Investimento	-9,9%	1,3%	-2,1%	1,7%
Procura Interna	-2,5%	2,1%	0,9%	0,9%
Importações	-0,4%	7,4%	2,1%	4,2%
Exportações	4,5%	5,2%	1,2%	5,7%
IPC (YY)	3,3%	2,4%	2,3%	2,5%
Taxa de Desemprego	6,3%	6,7%	7,4%	7,7%
Défice Público (%PIB)	-2,9%	-3,0%	-6,0%	-4,6%
Dívida Pública (%PIB)	60,0%	61,8%	66,5%	67,5%

Fonte: FMI, INE, Banco de Portugal, CaixaBI Research

(e): estimativa

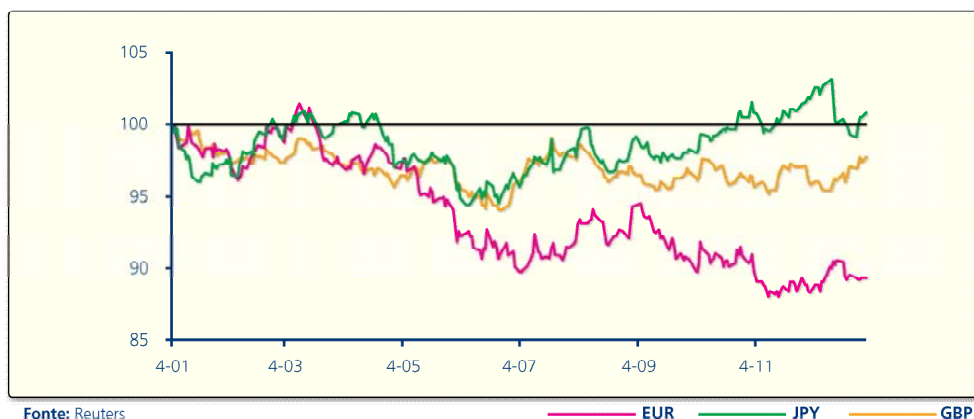
## Mercado Cambial

O comportamento do euro face ao dólar no ano de 2005 foi o inverso do que se passou durante a segunda metade de 2004, valorizando-se então a moeda europeia cerca de 15 figuras face ao dólar. De facto, a moeda única europeia registou uma desvalorização face ao dólar desde os 1,35 no final de 2004 até 1,18 no final de 2005 (a cotação média situou-se nos 1,24 e o mínimo nos 1,16 em Novembro), penalizada pelas sucessivas subidas das taxas de intervenção do FED.

Face ao iene a performance do euro foi, no cômputo geral, estável, terminando 2004 e 2005 perto dos 140 (média nos 136, mínimo em Junho nos 130 e máximo em Dezembro nos 143).

Em relação à libra esterlina, o comportamento do euro foi de queda no primeiro semestre de 2005, permanecendo estável durante o resto do ano. O euro valia 0,705 libras no início de 2005 e 0,69 no final (média de 0,68, mínimo em Junho nos 0,66 e máximo em Janeiro nos 0,70).

EUR/USD, EUR/GBP e EUR/JPY  
(base100)

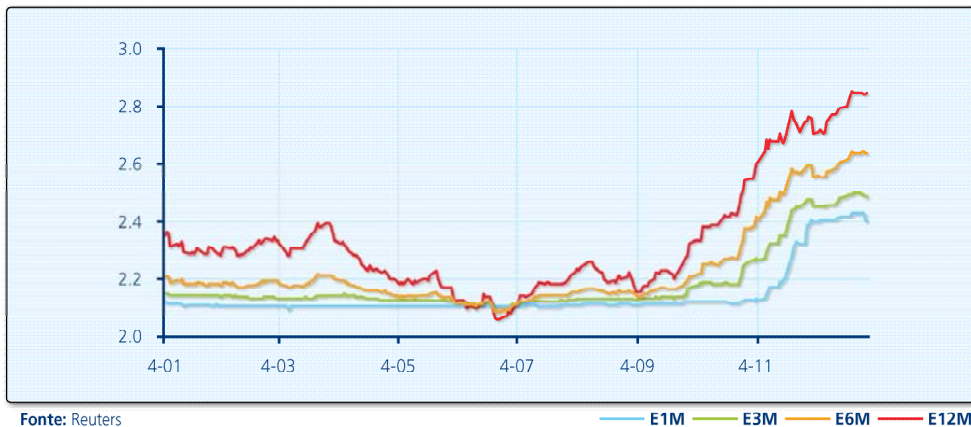


## Mercado Monetário

O comportamento do monetário em 2005 traduziu, naturalmente, as perspectivas do mercado face à actuação do Banco Central Europeu. A melhoria das condições económicas na Zona Euro, em conjunto com um potencial mais significativo de agravamento da inflação, empurraram as Euribor para cima, nomeadamente a partir de Outubro. A Euribor a 3 meses manteve-se grande parte do ano perto dos 2,15%, subindo até aos 2,50% no final de 2005. A taxa a 12 meses apresentou o mesmo comportamento, atingindo os 2,80% no final do ano.



### Euribor a 1, 3, 6 e 12 meses



Fonte: Reuters

— E1M — E3M — E6M — E12M

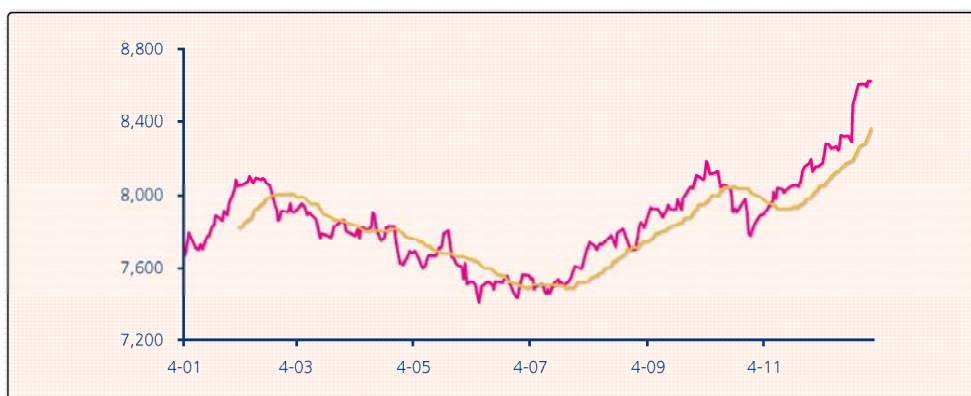
## Mercado de Capitais

### Mercado Accionista

O principal índice accionista português, PSI20, registou uma subida de 13,4% durante o ano de 2005, ligeiramente acima dos 10% registados no mesmo período de 2004. O índice *benchmark* Euro Stoxx 50 alcançou uma valorização de 20% no mesmo período, enquanto que em Espanha o IBEX subiu 18%. A performance do PSI20 durante grande parte de 2005 reflectiu o desempenho menos positivo da economia Portuguesa, quando comparada com as restantes economias da Zona Euro.

Ajustando face ao risco, o PSI20 registou a pior performance no conjunto dos principais índices considerados.

### PSI20



Fonte: Reuters

— PSI20 — MM22d

### Mercado Obrigacionista

A *yield curve* da Alemanha registou um movimento de *flattening* durante o ano de 2005, com os prazos longos a caírem cerca de 70 pontos base e o lado curto a aumentar 40 pontos base.

Este comportamento do *benchmark* euro reflecte as expectativas de retoma económica e pressão ascendente sobre a inflação, o que deverá levar o Banco Central Europeu a enveredar por uma política monetária mais

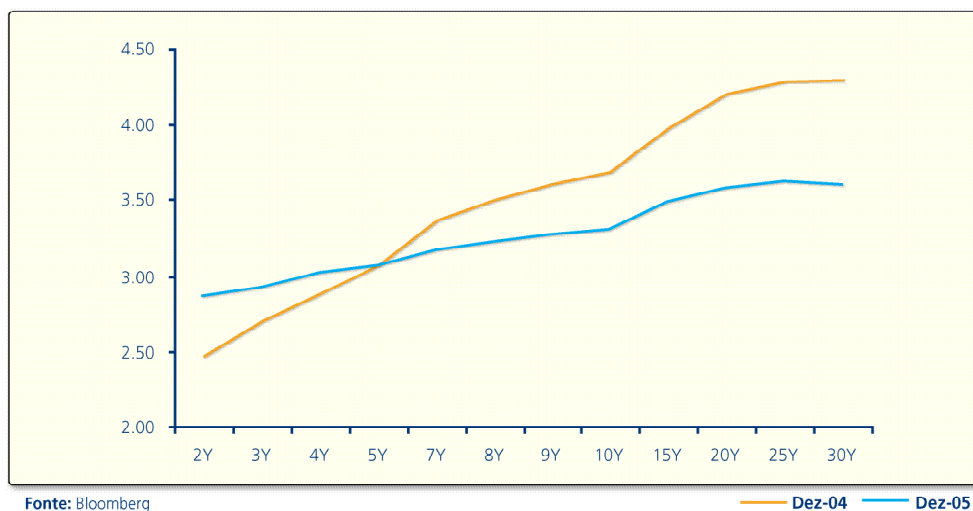
restritiva. Saliente-se, também, o suporte proporcionado ao lado longo por um aumento da procura de institucionais, tais como fundos de pensões, que procuram efectuar o *matching* entre as suas responsabilidades e activos.

O comportamento da curva portuguesa foi similar, com o lado curto a subir cerca de 45 pontos base e o longo a cair 25 pontos base.

A taxa alemã a 10 anos iniciou o ano perto dos 3,65%, registando um máximo de 3,78% em Março, um mínimo de 3,02% em Setembro e uma média de 3,38%. No que diz respeito à maturidade a 2 anos, a taxa iniciou 2005 perto dos 2,50%, registando um máximo de 2,89% em Dezembro, mínimo de 2,01% em Junho e uma média de 2,39%.

No que diz respeito a emissões de dívida pública, Portugal em 2005 emitiu €16,8 mil milhões em Bilhetes do Tesouro (vs.€12 mil milhões em 2004) em termos brutos e €2,5 mil milhões (vs.€6,2 mil milhões em 2004) em termos líquidos. A emissão de Obrigações do Tesouro em 2005 situou-se nos €16,7 mil milhões (vs.€6,7 mil milhões) em termos brutos e em €10,6 mil milhões (vs.€1,7 mil milhões em 2004) em termos líquidos.

### Yield Curve no início e final de 2005









# Actividade

## Estrutura do Negócio

O CaixaBI é o banco de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), e actua de forma autónoma mas sintonizada com as estruturas comerciais da CGD, desenvolvendo produtos e serviços, orientados para os clientes do universo de sectores que compõem o seu mercado alvo – as grandes e médias empresas, os institutos públicos e autarquias, os investidores institucionais e promotores de grandes projectos de investimento de dimensão nacional e regional, e ainda os particulares com investimentos na área de *trading*.

O Banco está organizado numa lógica de direcções de produto tendo por missão criar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento entre Portugal, Espanha e Brasil, proporcionando um serviço financeiro de elevada especialização e com dimensão internacional, focado nas seguintes áreas:

- o Crédito de médio e longo prazo, doméstico e internacional
- o *Structured Finance*
- o *Corporate Finance* de Dívida
- o *Corporate Finance* de Acções
- o Mercado de Capitais
- o Assessoria a Gestão de Risco a Empresas
- o *Project finance*
- o Corretagem
- o Capital de risco / *Private equity*

O Banco tem na sua organização, duas áreas transversais de originação de negócio cobrindo respectivamente a componente doméstica e a internacional. Nesta vertente, o CaixaBI, para além de aprofundar o *cross-selling* com a Direcção Internacional do Grupo CGD, tem vindo a desenvolver a sua própria actividade, em Espanha, através da sua sucursal em Madrid, e no Brasil, através de acordos comerciais com bancos brasileiros.

O Banco oferece ainda um serviço independente de *research*, que acompanha a evolução dos mercados financeiros nacionais e internacionais, cujo objectivo é apoiar os investidores no processo de tomada de decisão associado à gestão das suas carteiras de activos. Neste domínio o Banco tem a vantagem competitiva de estar integrado no *European Securities Network* – uma rede pan-europeia de bancos de investimento – o que lhe permite adquirir uma perspectiva europeia tão necessária em mercados com vincadas características de globalização.

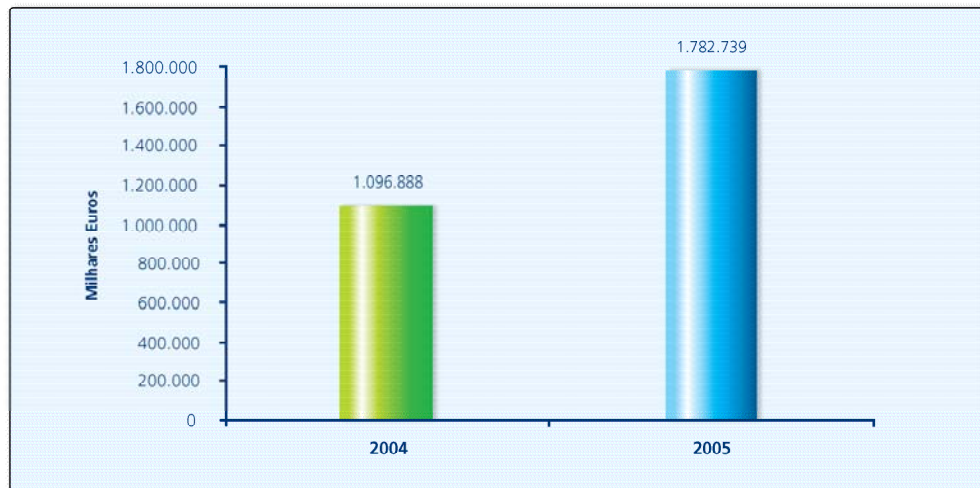
## Desempenho Consolidado

As principais rubricas consolidadas, do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como os índices económico-financeiros que delas se extraem, são a seguir analisadas em termos de evolução comparativa entre 2005 e o ano anterior:

O **Activo líquido** consolidado, em 2005, face a 2004, subiu 63%, atingindo um montante de €1.782.739 milhares contra €1.096.888 milhares no final do ano anterior. Este crescimento significativo é explicado principalmente por um incremento de 57% na carteira de crédito e um

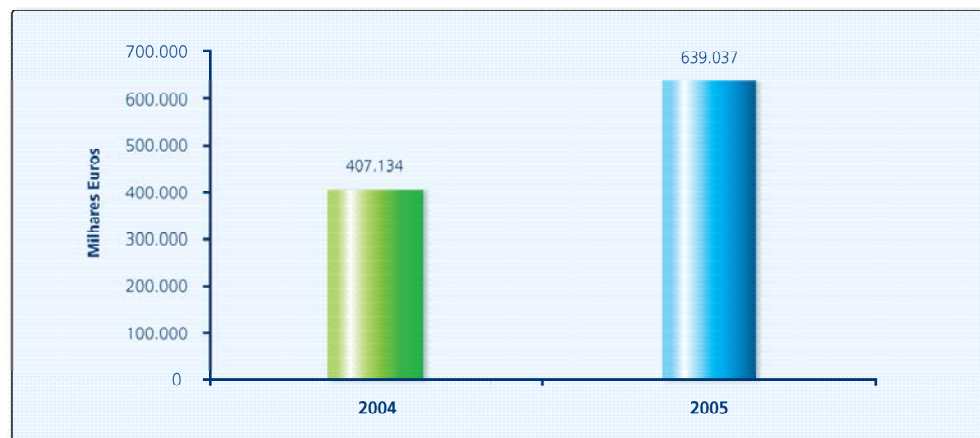
depósito significativo e transitório associado a uma operação de relevo. Sem este depósito o crescimento do activo seria de 24%.

### Evolução do Activo Líquido



No gráfico seguinte acompanha-se a evolução da **Carteira de Crédito**, a qual, conforme atrás referido subiu 57%, tendo passado para €639.037 milhares no final de 2005 contra €407.134 no final de 2004.

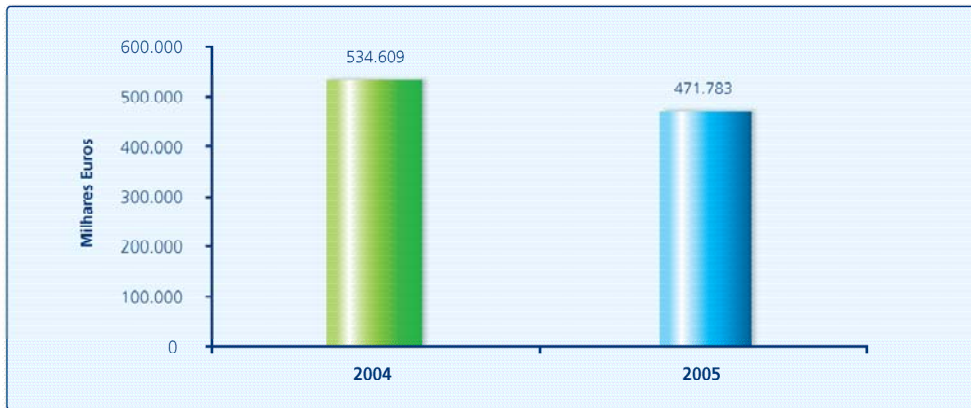
### Evolução da Carteira de Crédito



Já a **Carteira de Títulos** conheceu uma evolução em sentido contrário, tendo descido 12% para €471.783 milhares, contra €534.609 milhares no final do ano anterior.

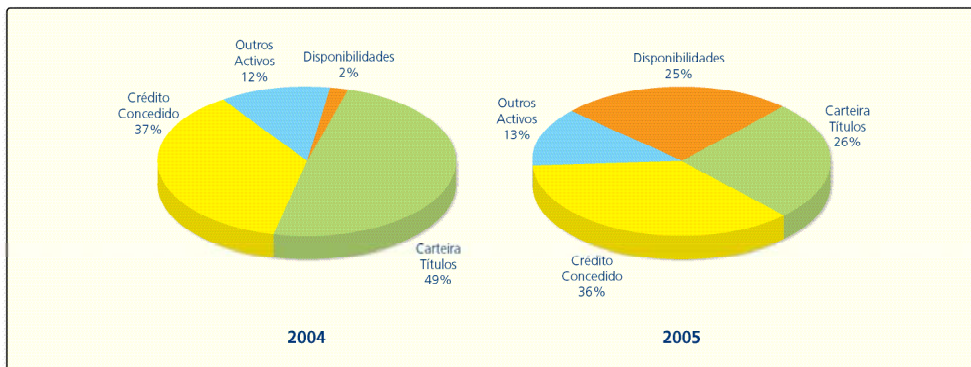


### Evolução da Carteira de Títulos



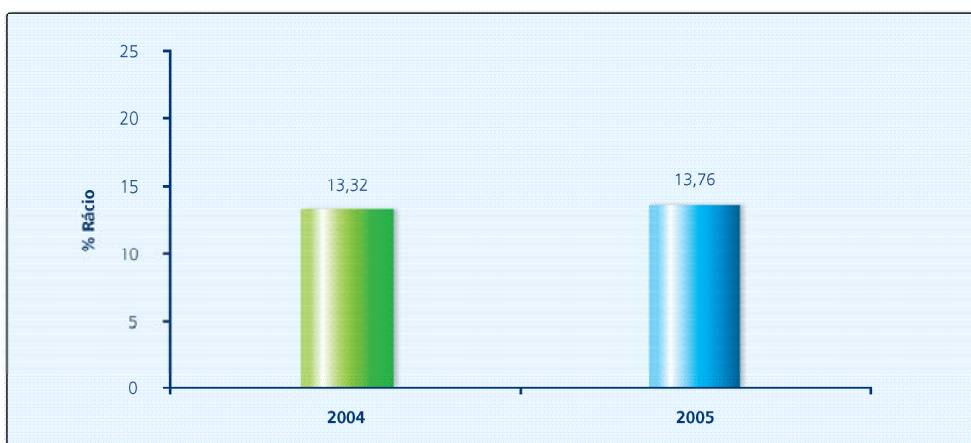
A estrutura do **Activo**, está a seguir representada, comparando os dois últimos fechos de ano:

### Estrutura do Activo



O **rácio de solvabilidade individual** melhorou ligeiramente face ao ano anterior, fixando-se em 13,76% contra 13,32%.

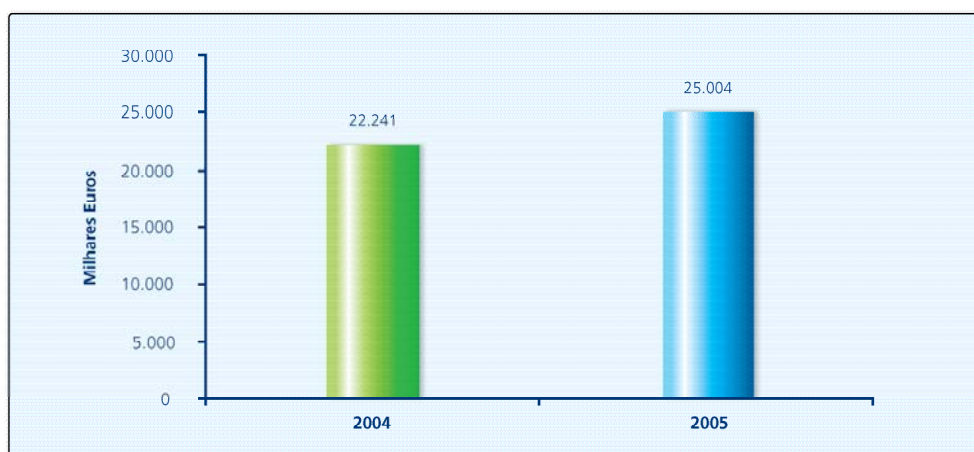
### Evolução do Rácio Solvabilidade



Sobre os resultados do CaixaBI em 2005, apresentam-se os seguintes comentários:

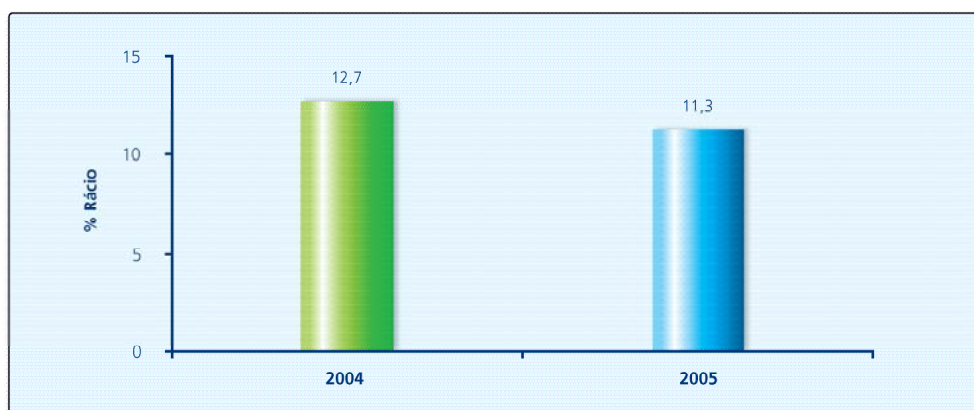
Os **resultados consolidados líquidos** registaram uma subida de 12,4%, tendo crescido para €25.004 milhares no ano em análise, depois de €22.241 milhares registados em 2004, decompondo-se mais adiante as principais áreas contributivas.

### Evolução do Resultado Consolidado Líquido



A **rendibilidade dos capitais próprios** (antes da apropriação do resultado do exercício), face ao reconhecimento de interesses minoritários significativos, sofreu uma descida no final de 2005 para 11,3% contra os 12,7% verificados em 2004. Sem a verificação dos referidos interesses minoritários, o rácio subiria para 15%.

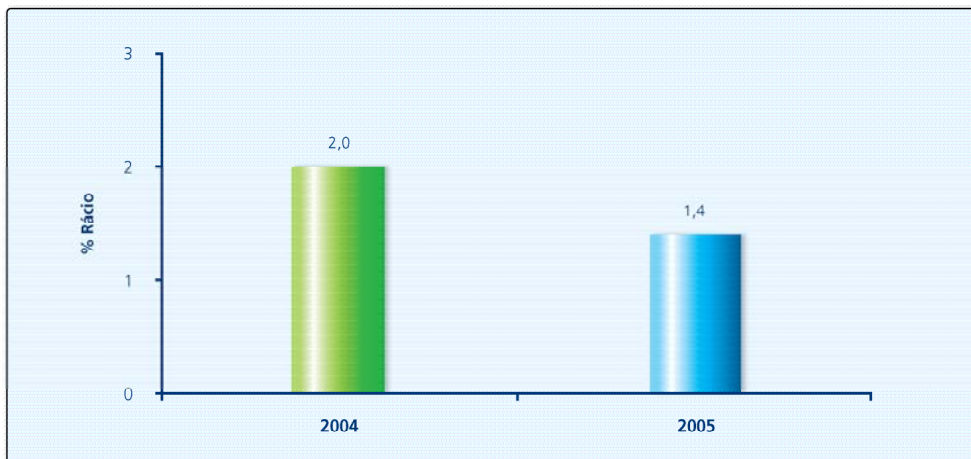
### Evolução da Rentabilidade dos Capitais Próprios



A **rendibilidade dos activos**, foi afectada pelo depósito significativo e transitório associado a uma operação de capital de risco, que teve lugar no final do ano, tendo descido para 1,4% em 2005 contra 2,0% em 2004. A não existência daquela disponibilidade elevaria este rácio para 1,8%, ainda uma descida, mas justificada pelo incremento da carteira de crédito no final do ano.

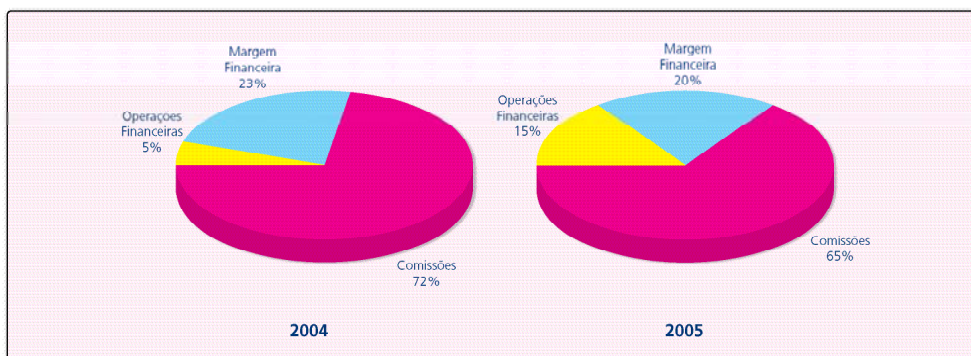


### Evolução da Rentabilidade dos Activos



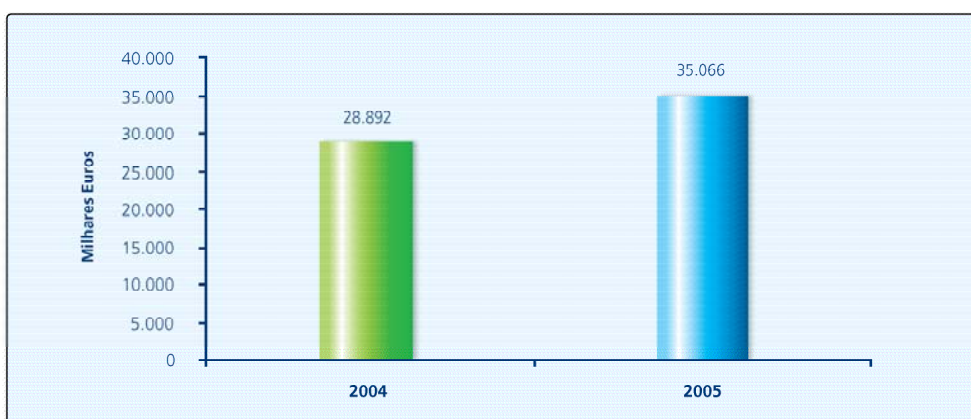
Detalha-se de seguida a contribuição das principais rubricas do produto bancário, para o resultado obtido, destacando-se as Comissões com dois terços do total.

### Contribuição para Produto Bancário



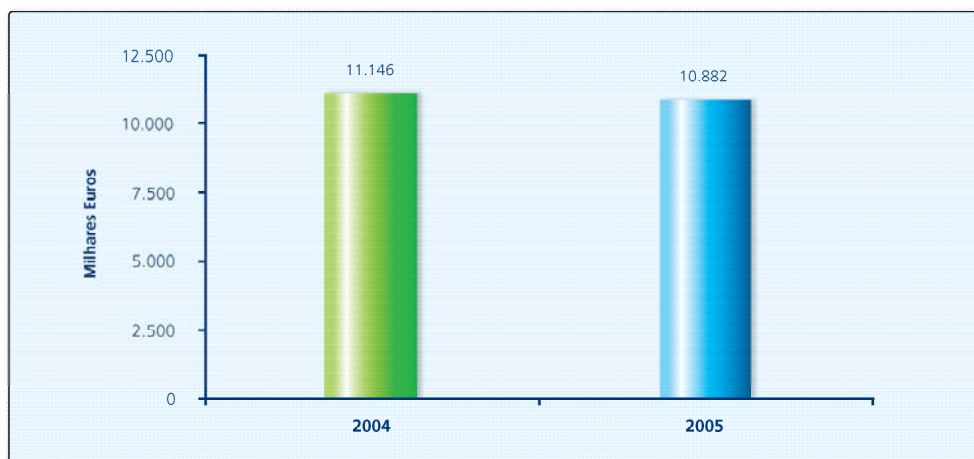
Como reflexo da actividade, o **cash flow** consolidado do Banco cresceu 21%, para €35.066 milhares em 2005, contra €28.892 milhares em 2004.

### Evolução do Cash Flow



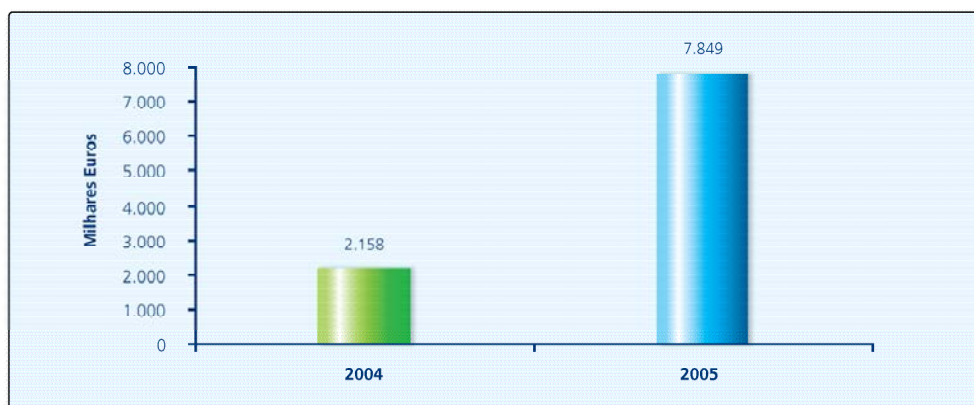
A **margem financeira** foi afectada pelo impacto de uma operação de capital de risco, tendo por isso decrescido relativamente a 2004, para €10.882 milhares. Sem aquela distorção, a margem financeira teria crescido 8% sobre €11.146 milhares de 2004.

### Evolução da Margem Financeira



Os resultados em **Activos Financeiros** atingiram €7.849 milhares em 2005, contra €2.158 milhares no ano anterior. Um crescimento exponencial que se ficou a dever principalmente a mais-valias reconhecidas em activos disponíveis para venda .

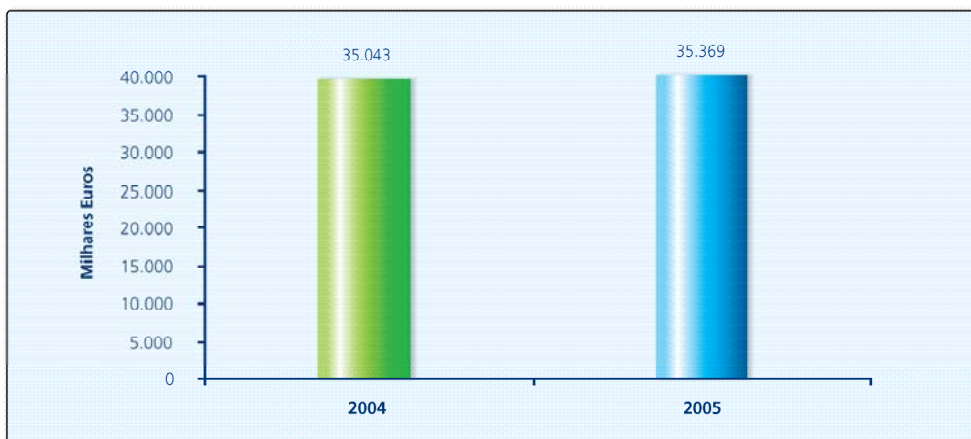
### Evolução dos Resultados Operações Financeiras





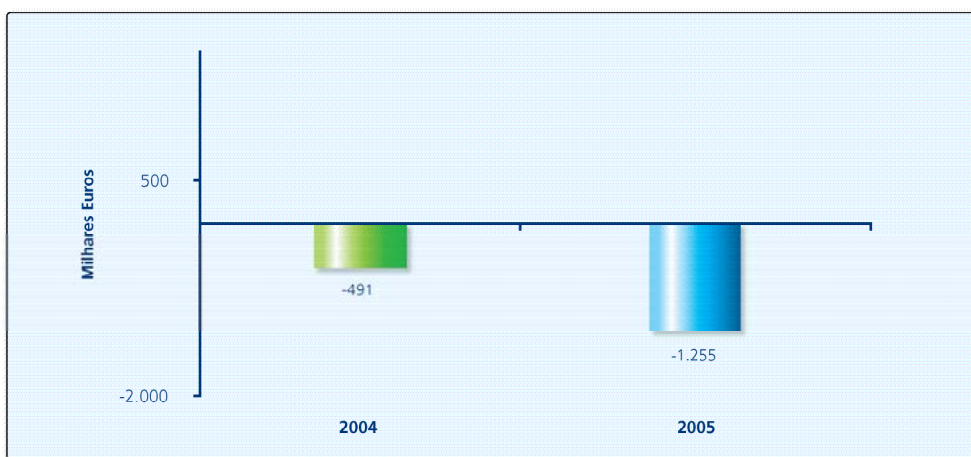
Em 2005, ao alcançar **comissões** líquidas de €35.369 milhares, e face a um montante de €35.043 milhares em 2004, o CaixaBI confirmou a importância desta rubrica como a sua principal origem de proveitos. O crescimento ano sobre ano foi de 1%.

### Evolução das Comissões



Por força das novas normas contabilísticas, as rubricas de **provisões/imparidades** conheceram movimentações de adaptação às NIC, pelo que em termos comparativos o exercício de 2005 conheceu um reforço de €1.255 milhares contra um reforço de €491 milhares no ano anterior.

### Evolução das Provisões Líquidas



## Área Internacional

O ano de 2005 foi um ano de confirmação da actividade internacional como plataforma de geração de negócio *cross border* para o CaixaBI.

Neste ano o objectivo principal foi a afirmação do CaixaBI como um dos principais *players* ibéricos na triangulação de oportunidades de banca de investimento entre Portugal, Espanha e o Brasil; foram dados os primeiros passos na exploração de novas oportunidades e/ou novos mercados sobretudo no que diz respeito ao Leste Europeu e Extremo Oriente (Macau e China).

O CaixaBI colaborou também activamente na reflexão sobre a nova presença do Grupo CGD no Brasil na sequência da alienação da posição detida no Unibanco.

No âmbito das relações institucionais o Banco manteve e aprofundou os contactos que já havia estabelecido no ano anterior com diversas entidades que são fundamentais para a sua consolidação como banco de investimento com capacidade de intervenção internacional, destacando-se os seguintes contactos:

- BEI – Apoio ao investimento de empresas europeias no Brasil;
- IDB, IFC, MIGA – Apoio ao investimento de empresas Ibéricas tanto para o Brasil, como para os PALOPS.

Em Espanha, a sucursal do Banco, demonstrou um forte dinamismo constituindo a principal origem, não só das oportunidades de banca de investimento geradas, como das operações concretizadas. Este dinamismo deve-se ao esforço continuado no estabelecimento de acordos de actuação com os principais *players* financeiros e *sponsors*, e à dimensão e pujança do mercado espanhol.

A excelente performance verificada em 2005 está reflectida na importância do negócio internacional, que aumentou significativamente, atingindo no final do ano um produto bancário bruto €9,5 Milhões, superando largamente os objectivos propostos e demonstrando que a área internacional se apresenta como fundamental para a continuação do crescimento do CaixaBI.





  
**GRUPO ISOLUX CORSÁN**

---

€ 380.000.000

Refinanciamento após aquisição de 100% da Corsan Corviam

Mandated Lead Arranger

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

  
**Alfonso Gallardo**

---

€ 318.000.000

Financiamento à aquisição Arcelor Azpeitia, Arcelor Getafe, Arcelor Lasao

Mandated Lead Arranger

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

**MEP Retail España SL**

---

Acquisition of **CORTEFIEL**

€ 1,205 milhões - Senior Secured Credit Facilities  
€ 225 milhões - Mezzanine Term Loan

Lead Manager

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

**Demeter Iberia SL Unipersonal**

---

Acquisition of   
**PANRICO donuts**

€ 540 milhões - Senior Facilities Agreement  
€ 110 milhões - Mezzanine Facilities Agreement

Lead Manager

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

**Aliceville SL**

---

Secondary buy out of   
**SAPROGAL**

€ 125 milhões - Commercial Loan Agreement

Arranger

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

  
**UEE GRUPO**

---

€ 140 milhões - Financiamento Sindicado Médio Longo Prazo

Arranger

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

  
**Ena Infraestructuras**

---

€ 1.248,8 milhões - Financiamento Médio Longo Prazo

Participant

  
**Caixa**  
Banco de Investimento

## Crédito

Durante o ano de 2005, o Banco reforçou as acções cometidas à sua área de crédito e que compreendem o desenvolvimento da relação comercial com os clientes e a consequente originação de operações de Banca de Investimento, cuja posterior organização e montagem são da sua directa responsabilidade (Financiamentos *Corporate* Sindicados, LBO's, Reestruturações financeiras, etc), ou da responsabilidade das restantes áreas de produto do CaixaBI. As competências nesta área incluem a gestão da carteira de crédito do CaixaBI e o agenciamento das operações de crédito sindicado *corporate* e de mercado de capitais – Programas de Emissões de Papel Comercial e Empréstimos Obrigacionistas.

A liderança, originação e montagem de diversas operações de financiamento, nas várias vertentes de dívida, com entidades integrantes do segmento das Empresas do Sector Público e Clientes Institucionais confirmam e reforçam a convicção de que o esforço de captação e angariação de mandatos neste segmento, iniciado com mais intensidade a partir do último semestre de 2004, foi uma decisão estratégica correcta, que terá a sua continuidade durante o ano de 2006, e que contribui para o reforço da quota de mercado do CaixaBI junto do mercado das Grandes Empresas.

Importa também realçar que foi possível alargar durante 2005 o leque de serviços de valor acrescentado disponibilizado pelo Banco, através de prestação de assessoria financeira a grandes empresas no apoio à definição do melhor produto de financiamento da sua actividade na perspectiva da redução dos custos financeiros e em função do prazo e do tipo de investidores mais adequados.

Continuou-se o esforço de originação transversal de operações para o Banco, em colaboração com as áreas de produto, com especial enfoque nas operações de Mercado de Capitais (Papel Comercial e Empréstimos Obrigacionistas), de *Corporate Finance de Equity* (OPA's, Reestruturações Financeiras, Fusões e Aquisições) e de Gestão de Risco Cambial e de Taxa de Juro.

A aproximação do Banco de Investimento à rede comercial Empresas e Soluções da CGD, iniciado também no último semestre de 2004, traduziu-se, após um esforço de formação inicial coordenado e implementado pelo CaixaBI, na concretização de um número crescente de transacções de banca de investimento e mercado de capitais, cujo montante global em 2005 ultrapassou os €200 milhões. A esta evolução não é alheio o facto de o CaixaBI ter aumentado a divulgação destes produtos e ter alargado a intensidade da sua cobertura territorial no norte do país, através da sua estrutura sediada no Porto.

A área de crédito contribuiu, em suma, para o reforço e alargamento da presença do CaixaBI em termos de quota de mercado, alargamento do leque de produtos disponibilizados e da intensidade de cobertura geográfica, e reforçou a sua capacidade de originação transversal de operações para o Banco.

Assim, durante o ano de 2005, foi aprofundado o relacionamento com os principais grupos empresariais que actuam no mercado português, assim como com as empresas que integram o segmento das Empresas do Sector Público Estatal e Clientes Institucionais. Embora o Banco adopte o princípio de que é sempre possível fazer mais e melhor, durante 2005 o CaixaBI liderou diversas operações que, quer pela sua estrutura inovadora, aproveitando o enquadramento legislativo e regulamentar, quer pelo montante ou relevância dos intervenientes merecem destaque:

- Liderança e Organização do financiamento concedido à **Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, SA**, no âmbito do *Acquisition Finance* e Refinanciamento da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. no montante de **€313.700.000**.
- Assessoria Financeira à **EGREP – Entidade Gestora de Reservas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.** na obtenção de um Empréstimo Sindicado de Longo Prazo no montante máximo de **€310.000.000** para aquisição de reservas estratégicas de produtos petrolíferos;



- o Liderança, organização e participação da Reestruturação do Passivo Financeiro **AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria** no montante de **€81.800.000**;
- o Liderança, organização e participação da Reestruturação de Empréstimo Sindicado com Aval do Estado concedido à **GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.** no montante de **€81.054.658**;
- o Liderança e organização do apoio ao investimento da **EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa**, no projecto da Praça de Entrecampos, através da financiamento de **€35.000.000** integralmente tomado firme pelo Grupo CGD pelo prazo de 4 anos;
- o Liderança, organização e tomada firme do financiamento no âmbito do *Aquisition Finance* da **Portucel Tejo - Empresa de Celulose do Tejo, S.A.** pela Altri, SGPS, S.A., no montante de **€30.000.000**;
- o Liderança, organização e tomada firme da Reestruturação de Passivo Financeiro no âmbito do processo de constituição da **Altri, SGPS, S.A.** por cisão da **Cofina, SGPS, S.A.**, no montante de **€25.000.000**;
- o Liderança, organização e participação no Empréstimo Sindicado de Longo Prazo concedido à **Somague Engenharia, S.A.** no montante de **€24.250.000**.

O número de Programas de Emissões de Papel Comercial agenciados pelo CaixaBI ascendeu a 61 e durante 2005 foram efectuadas 385 emissões às quais corresponderam um montante superior a €11 mil milhões. Já quanto aos empréstimos obrigacionistas, foram agenciadas 16 operações correspondentes a um montante agregado superior a €1,1 mil milhões, dos quais 77,5% correspondentes a operações angariadas no corrente ano.





## Mercado *corporate* de Dívida

Na área de *Corporate* Dívida a actividade centra-se na originação, estruturação, montagem e distribuição de operações nas áreas de *Structured Finance* e de Mercado de Capitais de Dívida.

Durante o último ano, o CaixaBI consolidou o seu posicionamento enquanto instituição portuguesa de referência no Mercado de Capitais - Dívida, designadamente nos sectores obrigacionista e do papel comercial.

No mercado primário de obrigações, no ano de 2005 o CaixaBI esteve envolvido em 21 emissões, com um volume total de emissão de €24,1 mil milhões, tendo actuado como líder em 14 daquelas emissões, envolvendo um montante total de emissão de €6 mil milhões.

No segmento da Dívida Privada, destacam-se no ano de 2005 as seguintes lideranças do CaixaBI de emissões de montante igual ou superior a €100 milhões:





De acordo com os dados coligidos pela Bloomberg relativamente a 2005, o CaixaBI posicionou-se em 1º lugar entre os bancos portugueses quer em número quer em volume de lideranças de emissões obrigacionistas de emitentes nacionais (excluindo dívida pública, emissões próprias e de entidades relacionadas/grupo).

### Ranking Lideranças de Emissões Obrigacionistas de Emitentes Nacionais

(Excluindo Dívida Pública, Emissões Próprias e de Entidades Relacionadas/Grupo)

Rank	Banco	Quota (%)	Montante (€ Milhões)	Número Emissões
1	Citigroup	12.1	1.553,33	6
2	Merrill Lynch & Co	11.5	1.475,00	5
3	Deutsche Bank AG	6.5	833,33	6
4	Daiwa Securities SMBC CO Ltd	6.2	800,00	3
5	Morgan Stanley	5.8	750,00	2
6	Lehamn Brothers	5.5	700,00	3
<b>7</b>	<b>Caixa Banco de Investimento, SA</b>	<b>5.4</b>	<b>696,67</b>	<b>10</b>
8	Hypovereinsbank	5.3	674,67	6
9	Banco Comercial Português, SA	4.1	519,50	9
10	BPN Paribas Group	3.4	441,67	3

Fonte: Bloomberg; Caixa-Banco de Investimento

No segmento da Dívida Soberana, a Dívida Pública Portuguesa continuou, durante o ano de 2005, a constituir uma das prioridades de actuação do Banco na área de Mercado de Capitais - Dívida. No quadro do estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEV) detido pela Caixa Geral de Depósitos, o CaixaBI assegura, entre outras, as actividades inerentes ao mercado primário. Neste âmbito, destacam-se em 2005:

- o papel de *Joint Lead Manager* desempenhado na colocação inaugural do novo *benchmark* a 10 anos da República Portuguesa (OT 3.35% Outubro 2015), no montante de €3 mil milhões;
- a atribuição de obrigações do *Co-Lead Pot* em ambas as outras colocações sindicadas efectuadas pelo IGCP (OT 3.85% Abril 2021 e OT 3.2% Abril 2011), reflectindo a boa qualidade das ordens de investidores angariadas pelo CaixaBI. Na operação de colocação das OTs 3.85% Abril 2021, a atribuição de obrigações situou-se no montante máximo de €100 milhões permitido a cada *Co-Lead*.



Na vertente da distribuição, o CaixaBI continuou em 2005 a privilegiar o contínuo reforço das suas capacidades de colocação, designadamente junto de investidores não residentes, onde o Banco entende existir um elevado potencial de crescimento, ampliado muito recentemente pela publicação da legislação que isenta de retenção na fonte os rendimentos de obrigações de dívida não pública auferidos por investidores não residentes. Nas colocações em mercado primário de Dívida Soberana e de *Eurobonds* em que o CaixaBI actuou como líder durante 2005 (5 emissões representando um volume total de emissão de €5,1 mil milhões), os investidores não residentes representaram cerca de 64% da procura angariada pelo CaixaBI, realidade que reflecte a crescente penetração do Banco junto destes investidores. Ainda, a escolha do CaixaBI pelo *HSBC Finance Corporation* para actuar como o colocador português da sua emissão de *European Regional Bonds* no montante global de €1,5 mil milhões reflecte o reconhecimento das capacidades de colocação do CaixaBI.



No Papel Comercial, a estratégia seguida continuou a privilegiar a desintermediação, com enfoque nos Programas sem garantia de reembolso e, em muitos casos, sem garantia de subscrição.



Como consequência deste posicionamento, observaram-se em 2005, por um lado, acréscimos no número de novos Programas abertos, no volume colocado e no leque de clientes (emitentes e investidores) activos neste produto e, por outro lado, reduções generalizadas nos *spreads* de colocação.

Em 2005, o CaixaBI reforçou a carteira de Programas por si liderados e agenciados com mais 19 Programas num montante total de €781,5 milhões.

Entre os 19 Programas abertos em 2005, destacam-se os 7 seguintes, pela sua dimensão e por assentarem numa filosofia de total desintermediação, não beneficiando de garantia quer de reembolso quer de subscrição:



No âmbito dos Programas por si liderados e agenciados, o CaixaBI esteve no ano de 2005 envolvido em 385 emissões com um volume total de €11,3 mil milhões. Do montante total oferecido, o CaixaBI foi responsável pela colocação de cerca de 64,6%, ou seja, cerca de €7,3 mil milhões.

A notação de *rating* atribuída por agências internacionalmente reconhecidas constitui hoje um instrumento fundamental para permitir às empresas nacionais, designadamente às de maior dimensão, flexibilizarem as suas alternativas de financiamento e reforçarem a sua competitividade. Neste contexto, o *rating advisory* constitui outra das prioridades de actuação do CaixaBI na área do Mercado de Capitais - Dívida. Nesta vertente, durante o ano de 2005, o Banco actuou como *Advisor* de um importante *corporate* nacional no processo de obtenção de notação de *rating* internacional (processo ainda em curso) bem como desenvolveu um conjunto de acções de sensibilização a clientes para as vantagens do *rating*, visando a obtenção de novos mandatos num futuro próximo.

Na área do *Structured Finance*, o Banco actuou como *Arranger* de duas operações envolvendo a cessão de créditos futuros por dois municípios portugueses. Entre outros méritos, estas operações permitiram comprovar o elevado potencial existente na aplicação de tecnologias de *Structured Finance* em operações para as autarquias portuguesas e/ou para as empresas na sua esfera, em linha do que se observa noutros mercados mais maduros.

Nesta área de actividade, que normalmente se caracteriza por períodos dilatados de maturação das oportunidades, o Banco continuou durante 2005 a explorar e aprofundar, de forma proactiva, várias oportunidades com clientes, visando a angariação de novos mandatos, designadamente na vertente da titularização de activos e dos *leasings* estruturados.

## Mercado *corporate* de Acções

No ano de 2005, o mercado de acções nacional voltou a registar um comportamento favorável, com o índice PSI 20 a apresentar uma valorização de 13,4%, depois de no ano anterior se ter verificado uma subida de 12,6%. O mercado de acções nacional beneficiou da valorização da generalidade dos mercados a nível europeu e mundial, tendo por exemplo o Dow Jones Euro Stoxx 50 apresentado uma valorização superior a 20%.

Apesar da valorização verificada, o ano de 2005 foi caracterizado por um relativamente fraco dinamismo do mercado accionista nacional, nomeadamente ao nível do mercado primário, sendo de assinalar no entanto a privatização de 95% do capital da Portucel Tejo e também a realização da 6ª fase de privatização da EDP – Energias de Portugal, S.A. (4,91% do capital social), através de uma emissão de obrigações permutáveis por acções da EDP.

Não obstante o cenário macroeconómico pouco favorável a nível mundial, muito influenciado pela subida do preço do petróleo, verificou-se um crescimento importante nas operações de fusões e aquisições, que aumentaram em 2005 cerca de 47% a nível mundial e 60% a nível europeu.

### Operações de Fusões e Aquisições

(Biliões de EUR)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Mercado Mundial</b>	<b>3.241</b>	<b>1.656</b>	<b>1.168</b>	<b>1.020</b>	<b>1.640</b>	<b>2.414</b>
Tx Cresc.		-51,6%	-29,5%	-12,7%	60,8%	47,2%
<b>Mercado Europeu</b>	<b>1.400</b>	<b>683</b>	<b>619</b>	<b>451</b>	<b>667</b>	<b>1.066</b>
Tx Cresc.		-51,2%	-9,4%	-27,2%	47,9%	59,9%

Fonte: Bloomberg



## Actividade na Área de Mercado de Capitais

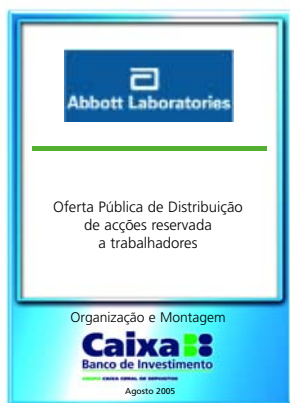
Em 2005, o Banco concretizou com sucesso as seguintes operações no mercado de capitais:



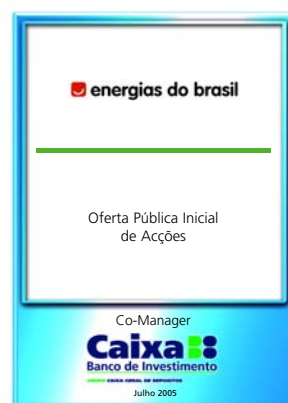
- o Coordenador Global e Joint Bookrunner no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções da EDP - Energias de Portugal (6ª fase de privatização);



- o Organização e Montagem da Oferta Pública de Subscrição de acções da FisiPE – Fibras Sintéticas de Portugal;



- o Organização e Montagem de Oferta Pública de Distribuição de acções da Abbott Laboratories, Inc., reservada a trabalhadores;

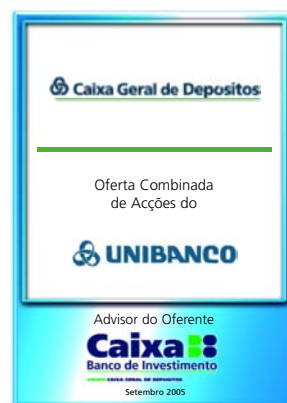


- o Participação na Oferta Pública Inicial de Acções da EDP - Energias do Brasil com o estatuto de co-manager;



- o Participação na Oferta Pública Combinada de Acções da Bradespar com o estatuto de co-manager;

- o Assessoria Financeira à Caixa Geral de Depósitos na alienação de uma participação de 12,3% no capital do Unibanco - União de Bancos Brasileiros através de uma Oferta Combinada de Acções;



Assim, o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em Portugal na área de mercado de capitais, como pode ser constatado pela tabela abaixo construída a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

Assessor	Montante Proporcional (Milhões de euros)	Market Share (%)	# Operações
<b>CaixaBI</b>	<b>294</b>	<b>28,2%</b>	<b>2</b>
Citigroup	286	27,5%	1
BESI	215	20,6%	4
UBS	131	12,6%	2
Lehman Brothers	84	8,0%	1
BPI	21	2,0%	1
Millenium BCPI	8	0,7%	1
Outros	4	0,4%	1

De entre as operações atrás referidas destaca-se a conclusão com sucesso, em Dezembro de 2005, da emissão, por parte da Parpública, de um montante de € 572.800.000 de obrigações permutáveis por acções representativas do capital social da EDP, no âmbito da respectiva 6ª fase de reprivatização. Nesta emblemática operação, dado ter-se tratado da primeira reprivatização efectuada através da emissão de obrigações permutáveis em Portugal, o CaixaBI actuou na qualidade de coordenador global e *joint bookrunner*, tendo contribuído decisivamente para o enorme sucesso da mesma, o que se consubstanciou numa procura correspondente a 1,8 vezes a oferta. Esta operação permitiu ainda à Parpública aceder ao mercado de capitais em condições particularmente vantajosas para a empresa.

É de destacar igualmente no âmbito do processo de internacionalização do CaixaBI a sua intervenção, na área de *corporate* de acções, em três operações no mercado de capitais brasileiro.



## Actividade na Área de Assessoria Financeira

No ano de 2005, o Banco desenvolveu e concluiu com sucesso os seguintes projectos:



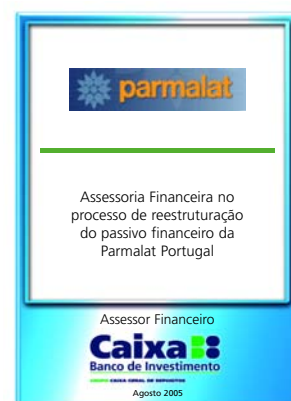
- Assessoria Financeira à Párpública na avaliação económico-financeira da EDP - Energias de Portugal no âmbito da 6ª fase do processo de privatização;



- Assessoria Financeira à Caixa Desenvolvimento e à Sumolis na aquisição de 100% do capital social da Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares;



- Assessoria Financeira à Caixa Desenvolvimento e à Sumolis na aquisição de 100% do capital social da Nutricafés - Cafés e Restauração;



- Assessoria à Parmalat Portugal no processo de reestruturação do seu passivo financeiro;



- o Assessoria Financeira à Portugal Telecom SGPS na alienação de uma participação de 100% no capital social da PrimeSys, Soluções Empresariais;



- o Assessoria Financeira à Altri na aquisição de uma participação de 95% no capital da Portucel Tejo no âmbito da 1ª Fase de reprivatização da empresa;



- o Assessoria Financeira à Portugal Telecom SGPS na avaliação económico-financeira da PT Multimédia no âmbito do processo de emissão de Put Warrants sobre acções da PT Multimédia;



- o Assessoria Financeira à Europac na aquisição de uma participação de 36,08% do Grupo Sonae na Gescartão;



Em 2005, é de realçar a assessoria à Caixa Desenvolvimento e à Sumolis na aquisição de 100% do capital social da Compal e da Nutricafés, bem como a assessoria à Altri na aquisição de uma participação de 95% no capital da Portucel Tejo no âmbito da 1ª Fase de reprivatização da empresa.

Continuou-se a desenvolver operações cross border no âmbito do processo de internacionalização do CaixaBI com especial relevo para o Brasil e Espanha. Neste âmbito, destaca-se a assessoria financeira à Portugal Telecom SGPS na alienação da PrimeSys, uma sua participada no Brasil, bem como a assessoria à Europac na aquisição da participação detida pelo Grupo Sonae na Gescartão. O Banco tem vindo a investir fortemente na área internacional, principalmente após a constituição da sua sucursal em Espanha em 2004, tendo já ao longo de 2005 concretizado mandatos *cross border* e desenvolvido um intenso trabalho de angariação de mandatos.

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança no mercado português, atingido mais uma vez uma posição de destaque entre os bancos portugueses no ranking de operações de fusões e aquisições realizadas em Portugal divulgado por entidades especializadas.

## Project Finance

No ano em análise, o Banco consolidou a sua liderança no mercado de *Project Finance* em Portugal. As *League Tables* referentes a 2005, publicadas pela "Dealogic", para *Project Finance*, colocam o CaixaBI como o 1º banco português e o 5º ibérico nesta área. A publicação "Project Finance International ( PFI )" aponta o Grupo CGD / CaixaBI como o 31º banco na região "Europe, Middle East and Africa", e 42º a nível mundial.

Particular destaque deve merecer a actividade desenvolvida ao longo do ano para o mercado espanhol, área onde se considera ter havido um assinalável sucesso por se tratar de um mercado reconhecido como sendo extremamente competitivo.

Dos projectos acompanhados pelo Banco ao longo do período objecto de análise destacamos os seguintes:

- o Estruturação de um financiamento de €115M para uma sociedade veículo maioritariamente detida pela SACYR VALLEHERMOSO, detentora da concessão em regime de portagem virtual de um conjunto de lanços viários denominados por Concessão PALMA – MANACOR em Palma de Maiorca;
- o Estruturação de um financiamento para um parque eólico de 73MW sito em La Brujula, Espanha e detido pela HIDROCANTÁBRICO, Grupo EDP;
- o Estruturação de um financiamento de €114M para uma sociedade veículo maioritariamente detida pela Câmara Municipal de Mafra denominada MAFRATLÂNTICO, detentora da concessão em regime de portagem real de um conjunto de lanços viários que ligarão Mafra, Malveira e a A8;
- o Estruturação de um financiamento para um parque eólico de 42MW sito no Alto Minho, e detido pela SIIF ENERGIES, FINERGE e parceiros locais;
- o Estruturação de um financiamento para a concessionária TAGUSGÁS, Grupo GDP, detentora da concessão de distribuição de gás natural na região do Vale do Tejo;
- o Estruturação de um financiamento para a expansão de um parque eólico de 111MW sito na Serra dos Candeeiros e integralmente detido pela ENERSIS;
- o Consultoria financeira e estruturação de financiamento para o consórcio HPP / Teixeira Duarte, um dos agrupamentos concorrentes aos concursos públicos de estabelecimento de uma parceria público-privada para os futuros hospitais de Braga e Cascais;

- Consultoria financeira e estruturação de financiamento para a EPS, Grupo CGD, no âmbito do concurso público de estabelecimento de uma parceria público-privada para a concepção, projecto, instalação, financiamento, exploração e transferência para a Entidade Pública Contratante do centro de atendimento do SNS - Serviço Nacional de Saúde;
- Consultoria financeira à FERTAGUS no âmbito da renegociação do contrato de concessão com o Estado;
- Participação no financiamento à aquisição do activo rodoviário CHICAGO SKYWAY, estruturado a pedido do consórcio CINTRA / MACQUARIE, vencedores do concurso público internacional lançado pelo Município de Chicago;
- Em Espanha, para além dos mandatos de estruturação já referidos, o CaixaBI esteve envolvido em alguns dos projectos emblemáticos financiados nesse país o ano transacto, nomeadamente através de (i) tomada firme para sindicância da operação de financiamento da concessão rodoviária denominada por OCAÑA – LA RODA, e (ii) tomada firme para sindicância da operação de financiamento da concessão ferroviária de alta velocidade que ligará Espanha a França denominada por TP FERRO.;
- Estruturação de um financiamento de €171M à sociedade veículo TRATOLIXO, indirectamente participada por diversos municípios limítrofes de Lisboa, detentora, em regime de exclusividade, da concessão de tratamento, valorização e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos nesses mesmos municípios;
- Estruturação de um financiamento para apoio aos Grupos ENERSIS e EUROWATT na aquisição de activos detentores de um conjunto de licenças para parques eólicos em França;
- Estruturação de um conjunto de financiamentos para a VALORIZA, Grupo SACYR VALLEHERMOSO, para diversas unidades industriais interligadas, incluindo uma central de produção de um composto de azeitona para colocação em mercado, uma unidade de co-geração e uma central de produção de energia a partir de biomassa;
- Consultoria financeira à INDÁQUA no âmbito da sua candidatura ao concurso público internacional para concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento do concelho de Espinho.





**Itinere**  
Group 11

**Concessão de Palma - Manacor**

€ 115.000.000

Março 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Espanha

**Cintra** 

**Concessão Chicago Skyway**

US\$ 1.180.000.000

Março 2005

Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

E.U.A.

**HC HidroCantábrico**  
Genera

**Parque Eólico La Brújula (73,45 MW)**

€ 73.650.000

Março 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Espanha

**FINERGE** **SIIF ÉNERGIES**

**Parque Eólico de São Paio (10 MW)**

€ 12.200.000

Abril 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**INDAQUA**

**Distribuição de Água e Saneamento de Lousada**

1.ª Fase

Abril 2005

Financial Advisor

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**EUROWATT**

**Parque Eólico da Serra da Freita (18,4 MW)**

€ 21.903.692

Abril 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**Águas da Serra**

**Distribuição de Água e Saneamento da Covilhã**

€ 12.800.000

Abril 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**MAFRATLANTICO**  
FILII ASSOCIATED, SA

**Concessão Mafra - Ericeira e Malveira - Venda do Pinheiro (A8)**

€ 114.000.000

Abril 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**FINERGE** **SIIF ÉNERGIES**

**Parques Eólicos de Arga e Espiga (42 MW)**

€ 45.050.000

Abril 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**MM MONTE & MONTE, S.A.**

**Parque de Estacionamento na Póvoa de Varzim**

1.ª Fase

Abril 2005

Financial Advisor

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**tagusgás**  
galp energia

**Distribuição de Gás Natural no Vale do Tejo**

€ 36.250.000

Mai 2005

Mandated Lead Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Portugal

**TP Ferro**

**Linha de Alta Velocidade Perpignan - Figueras**

€ 532.000.000

Junho 2005

Arranger

**Caixa**  
Banco de Investimento

Espanha

 <p><b>Renegociação da Concessão da Travessia Ferroviária do Tejo</b></p> <p>Parceria Público Privada</p> <p>Junho 2005</p> <p>Financial Advisor</p>  <p>Portugal</p>	 <p><b>Concessão Cartagena - Vera</b></p> <p>€ 532.000.000</p> <p>Julho 2005</p> <p>Arranger</p>  <p>Espanha</p>	 <p><b>Parques Eólicos de Degraçias e Rabaçal (22 MW)</b></p> <p>€ 24.500.000</p> <p>Agosto 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>
 <p><b>Tratamento, Valorização e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos</b></p> <p>€ 170.850.400</p> <p>Agosto 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>	 <p><b>Hospital de Braga</b></p> <p>Parceria Público Privada 1.ª Fase</p> <p>Setembro 2005</p> <p>Financial Advisor</p>  <p>Portugal</p>	 <p><b>Expansão do Parque Eólico dos Candeeiros (111 MW)</b></p> <p>€ 122.805.292</p> <p>Outubro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>
 <p><b>Aquisição de participações sociais na Sotagus e Liscont</b></p> <p>€ 7.000.000</p> <p>Novembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>	 <p><b>Financiamento do projecto LCPD</b></p> <p>€ 70.000.000</p> <p>Dezembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>	 <p><b>Refinanciamento da CABOVISÃO</b></p> <p>€ 182.652.823</p> <p>Dezembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Portugal</p>
 <p><b>EUROWATT</b></p> <p><b>Aquisição de activos eólicos em França</b></p> <p>€ 35.000.000</p> <p>Dezembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>França</p>	 <p><b>Unidade de Produção de Biomassa</b></p> <p>€ 15.496.602</p> <p>Dezembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Espanha</p>	 <p><b>Unidade de Co-geração</b></p> <p>€ 10.400.000</p> <p>Dezembro 2005</p> <p>Mandated Lead Arranger</p>  <p>Espanha</p>



## Assessoria a Gestão de Risco

O Banco possui um *know how* na avaliação e monitorização de risco de mercado, usando uma estrutura que lhe possibilita a prestação de uma assessoria de valor acrescentado, desde a avaliação do perfil de risco, até ao desenho de soluções específicas e estruturadas para o respectivo *hedging*. O desenvolvimento desta área de negócio, em 2005, continuou ligado ao *cross-selling* com os clientes do Grupo CGD.

As principais operações no âmbito da Assessoria e Gestão de Risco a Empresas e da Estruturação de produto, foram em 2005:

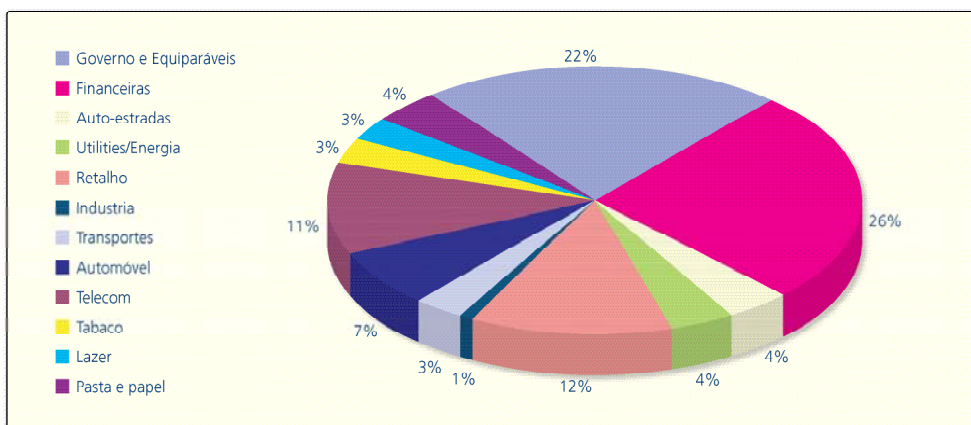
Operação	Tipo de Operação
Tagusgás	Cobertura de Taxa de Juro
Rede CGD	Top Renda 2008
Euronext	Contratos de <i>Liquidity Provider</i>
Tratolixo	Cobertura de Taxa de Juro
Rede CGD	Eurovalor 2007
Benfica - Estádio	Cobertura de Taxa de Juro
Águas da Serra	Cobertura de Taxa de Juro
Espiga/Cerveirense	Cobertura de Taxa de Juro
EGREP	Cobertura de Risco Cambial

Para a gestão do seu próprio Balanço, as necessidades de *funding* do CaixaBI cresceram à proporção do aumento da sua actividade e do seu balanço, para cerca de €1.000 milhões, quer na Sede, quer na Sucursal Financeira Exterior da Madeira, obrigando a Tesouraria a um esforço suplementar.

A carteira média sob gestão também aumentou, tendo fechado o ano com um montante de cerca de €350 milhões, após vencimentos de cerca de €30 milhões ao longo do ano e num ambiente de enorme escassez de activos com enorme liquidez concorrente, o que aumentou o esforço necessário na busca de alternativas que cumprissem os requisitos necessários para a validação dos investimentos.

A decomposição da carteira por sectores de actividade é a seguinte:

Carteira Total



## Corretagem

Nesta área, assistiu-se durante o 1º semestre de 2005, a importantes alterações na organização dos mercados Euronext, com grande impacto no Euronext Lisbon nosso principal mercado, destacando-se:

- Alteração da estrutura dos fees de negociação cobrados pelo Euronext
- Criação de uma única lista de sociedades cotadas da Euronext - "Eurolist by Euronext"
- Criação de um único pacote regulamentar obedecendo ao contexto europeu
- Critérios standard para novas admissões no Eurolist
- Segmentação baseada na capitalização bolsista:

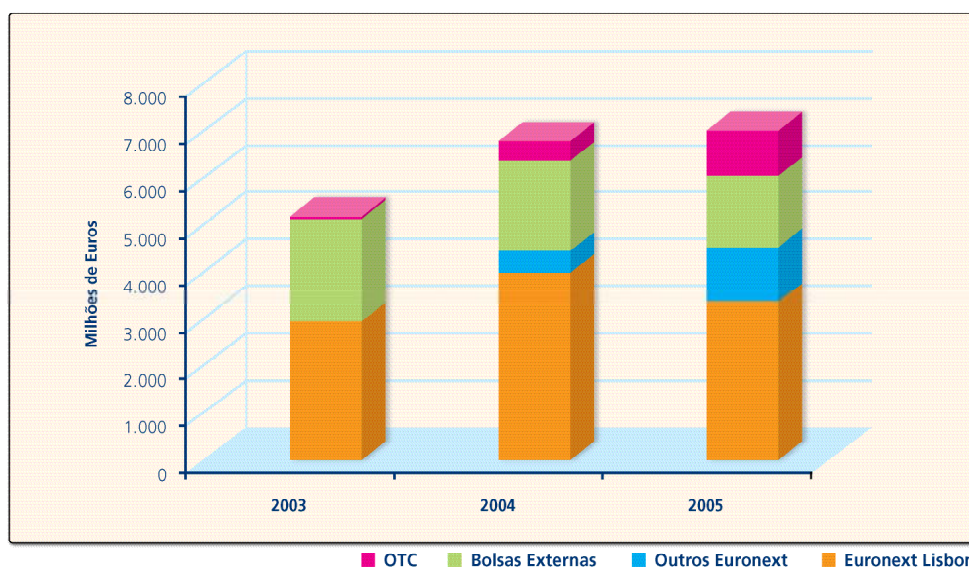
Cap. Bols. > 1 000 M:	Blue Chips	(Compartimento A)
Cap. Bols. > 150 m:	Mid-caps	(Compartimento B)
Cap. Bols. < 150 m:	Small-caps	(Compartimento C)

Destacaram-se em 2005 duas operações de colocação / intermediação:

- O CaixaBI participou, com outra instituição, como coordenador global e *bookrunner*, na operação de colocação de obrigações Parpública convertíveis a cinco anos em acções EDP. O Banco colocou €155 milhões daquelas obrigações, junto de investidores nacionais e internacionais, numa operação cujo montante global ascendeu a €570 milhões;
- O CaixaBI participou, como co-líder para o mercado Internacional, no IPO da empresa Energias do Brasil, no montante de cerca de 300 milhões de euros, a cotar na Bolsa de S.Paulo. O Banco colocou €42,5 milhões junto de investidores internacionais.

Na actividade de corretagem, o Banco intermediou €7 mil milhões, durante o ano de 2005, o que traduz um aumento de 3.6% face ao ano anterior. No quadro abaixo evidencia-se o crescimento desta área nos últimos anos.

### Evolução dos Volumes Intermediados



Relativamente ao Euronext Lisbon, que representou 48% do volume global intermediado pelo Banco, o CaixaBI manteve o 7º lugar num *ranking* de 54 membros, medido em termos de *turnover* e o 3º lugar medido em termos de número de negócios.



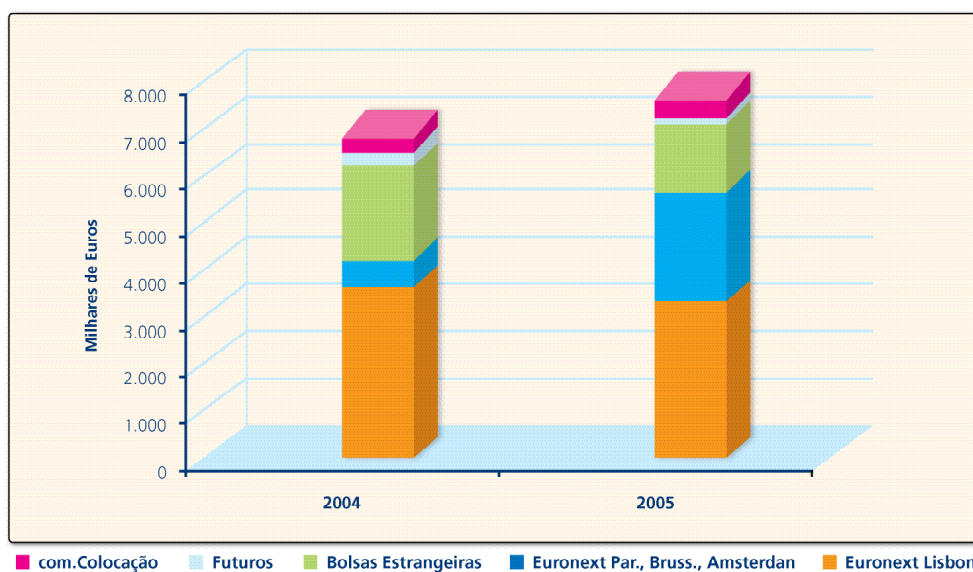
#### o Posicionamento na recepção e execução de ordens sobre acções

De acordo com a estatística publicada pela CMVM, o CaixaBI ocupou o 3º lugar no *ranking* dos intermediários Portugueses, tendo em conta todos os mercados que disponibilizou aos seus clientes.

#### o Comissões

A evolução da actividade de corretagem reflectiu-se no seu nível de comissões, o qual ultrapassou os €7 milhões. A sua evolução face ao ano anterior, bem como a respectiva segmentação, mostram-se no quadro abaixo:

Evolução das Comissões



O Banco usa diferentes canais e meios para servir uma gama de clientes que vai desde o cliente de retalho de pequena dimensão ao grande cliente institucional internacional. Salienta-se a penetração associada ao canal internet – **Caixa Directa Invest** – o qual cresceu, em 2005, 25% em número de clientes. Por sua vez, os volumes intermediados cresceram 30%, alcançando uma quota de 6,6% no conjunto dos 18 sites especializados. Um crescimento de 14%, colocando o CaixaBI na 6ª posição do *ranking* daqueles 18 intermediários financeiros.

## Capital de Risco

A actividade de capital de risco do Grupo CGD continuou, em 2005, a ser desenvolvida através da Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (que, para além de concentrar toda a actividade operacional, é também a sociedade gestora de dois fundos de capital de risco) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (vocationada principalmente para participar nas operações de carácter estratégico e com maior potencial de valorização).

### Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

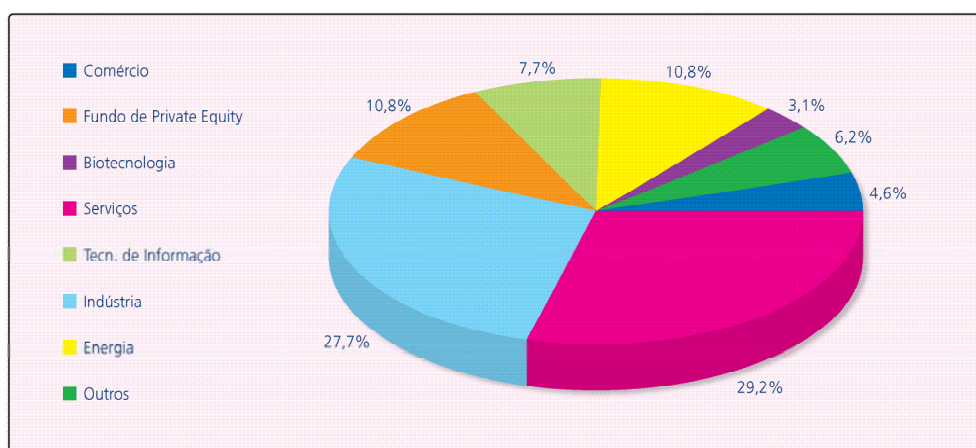
A actividade da Caixa Capital, em 2005, continuou, à semelhança dos últimos anos, a ser influenciada pela conjuntura macro-económica que se viveu em Portugal e de uma forma mais geral nos países da União Europeia, situação que tem provocado um sentimento de incerteza nos agentes económicos, com reflexos ao nível da propensão para a realização de novos investimentos. Este facto é claramente comprovado pelas últimas estimativas divulgadas pelo Banco de Portugal, as quais apontam para uma contracção de 3,1% na

Formação Bruta de Capital Fixo em 2005. Tendo em conta este enquadramento verificou-se também uma redução do número de novas oportunidades de investimento apresentadas para análise na Caixa Capital.

Durante o ano 2005 foram analisados 65 projectos ou oportunidades de investimento, dos quais 80% foram recusados ou arquivados e 4 foram aprovados, o que representa uma taxa de aprovação de 7,1%.

Analisando os projectos por sector de actividade, verifica-se que a indústria e os serviços foram responsáveis por 57% da totalidade. Ao nível deste indicador é ainda de realçar (i) a importância assumida pelos projectos ligados ao sector energético, mais especificamente à área das energias renováveis/alternativas e aos biocombustíveis e (ii) a análise de sete oportunidades de investimento na área dos fundos de *private equity* continuando uma tendência de crescimento deste tipo de oportunidades, já verificada em 2004.

### Distribuição Sectorial



Já no que diz respeito ao tipo de operação, verificamos que, à semelhança dos anos anteriores, os investimentos de expansão e os projectos de start-up foram os mais representativos, representando quase 70% das novas oportunidades de investimento apresentadas à Caixa Capital. Deve ainda salientar-se o número crescente de projectos de aquisição (de empresas ou de participações minoritárias), os quais representaram, em 2005, 20% dos projectos analisados.

### Investimentos

Durante o ano de 2005 a área de capital de risco do Grupo CGD investiu €116,5 milhões em novas participadas e €2,3 milhões no reforço de participações da carteira.

De entre os investimentos concretizados é de realçar a tomada de uma participação correspondente a 80% do capital da **Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A.**, sociedade veículo especialmente constituída, em parceria com a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., para a aquisição da totalidade do capital social da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. ao Grupo Nutrinveste, na que foi, incontestavelmente, a maior operação de *private equity* realizada em Portugal nos últimos anos. Esta operação, cujo valor global ascendeu a €426 milhões, foi concretizada através de um processo competitivo que contou com vários investidores nacionais e internacionais, do sector e de cariz financeiro, e implicou um investimento da área de capital de risco do Grupo CGD de €100 milhões (repartidos em €68,75 milhões pela Caixa Desenvolvimento e em €31,25 milhões pelo FIQ Grupo CGD – Caixa Capital), constituindo o maior investimento alguma vez realizado pelo Grupo CGD em *private equity*.



Importa ainda salientar o investimento realizado na **Grupo Visabeira, SGPS, S.A.** no montante de €16,5 milhões (€6,6 milhões pela Caixa Capital e €9,9 milhões pelo FIQ Grupo CGD), correspondente a uma participação global de 9,8355% do capital da empresa.

Para além destes dois investimentos em novas participadas, foram ainda realizados reforços do nosso envolvimento nas seguintes sociedades:

**SDEM – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, SA** – realização pelo FIQ Grupo CGD – Caixa Capital do remanescente do capital subscrito e ainda não realizado no montante de €468.750, nos termos dos Estatutos da Sociedade e do Acordo Parassocial celebrado em 2002.

**Portuvinus, SGPS, SA** – realização de €152.780 de capital anteriormente subscrito e reforço dos suprimentos prestados a esta participada, no montante líquido de €19.753.

**Biomediche, Lda** – concessão de suprimentos pela Caixa Capital, no montante de €15.000, para despesas no âmbito do processo de dissolução e liquidação.

**CGDE / PP3E** – prestação pelo FIQ Grupo CGD – Caixa Capital de um suprimento adicional de €8.000, para acorrer a encargos inadiáveis.

Para além destas operações, verificou-se durante o ano de 2005 um crescimento assinalável de participações da Caixa Capital em diversas iniciativas no domínio do empreendedorismo e apoio às iniciativas desenvolvidas pelo Grupo CGD, enquanto parceiro institucional particularmente empenhado no desenvolvimento de acções que contribuam para o desenvolvimento da economia nacional.

Neste contexto, a Caixa Capital participou activamente na organização do Concurso Nacional de Empreendedorismo, iniciativa conjunta da Caixa Geral de Depósitos e da Universidade Nova de Lisboa, que teve como objectivos estimular e dinamizar a cultura empreendedora, nomeadamente entre os estudantes e investigadores, nas áreas científicas e de gestão, e apoiar o lançamento de projectos inovadores que unam as Empresas e as Universidades e que se traduzam na criação de maior valor para a Economia Nacional.

Esta iniciativa teve também em conta a premente necessidade nacional de se criarem condições para o desenvolvimento de projectos de que resultem novas e promissoras unidades de negócio, contribuindo, deste modo, para a solidificação do tecido empresarial português e, conseqüentemente, para a criação de emprego e riqueza.

Entre os finalistas do CNE e como resultado da conjugação da classificação atribuída na fase anterior e da capacidade de captação de interesse junto dos investidores e empresários, o júri decidiu atribuir o prémio final no montante de €25 mil à FoodMetric, projecto que se dedica ao desenvolvimento e implementação de metodologias para a análise química de produtos alimentares. O montante do prémio foi aplicado em capital social da empresa que irá desenvolver o projecto FoodMetric.

A Caixa Capital participou ainda em várias iniciativas ligadas ao empreendedorismo, tendo integrado o júri do Concurso de Ideias “Bioempreendedor”, iniciativa da Associação Portuguesa de Bioindústrias (APBio) e do ICEP que visa premiar as ideias/negócios mais interessantes na área da biotecnologia. Por outro lado, colaborou igualmente na iniciativa COHITEC, desenvolvida em conjunto pela COTEC e pela *North Carolina State University*, que, através da aplicação de uma metodologia desenvolvida por esta universidade, procura aproximar a comunidade científica da comunidade empresarial, criando novos produtos e novos negócios a partir de fontes de investigação e desenvolvimento, envolvendo para o efeito investigadores das áreas tecnológicas e alunos pós-graduados em gestão.

### Desinvestimentos

Durante o ano de 2005 foram alienadas na totalidade 7 participações detidas nas seguintes empresas: Fespect – Serviços de Consultoria, SA, Visabeira Indústria, SGPS SA, Tecnijoma, Lda, Hozar, SGPS, SA, PMH SA, Gresval, SA, SAG Gest – Soluções Automóveis Globais, SGPS, SA.

Foram ainda efectuadas 4 alienações parciais nas seguintes participadas: Finpro SGPS SA, Torre Confecções, SA, Ferraço, SA, Tradingpor, SA.

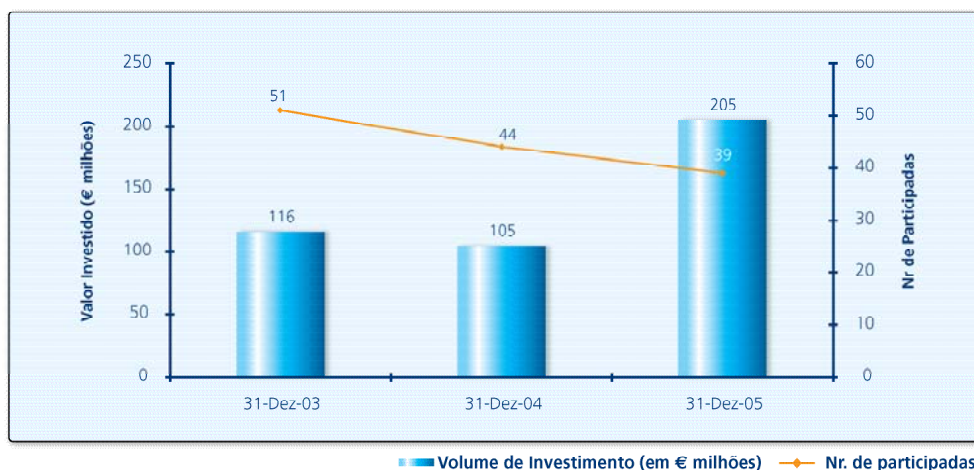
O total dos desinvestimentos permitiu um valor de realização de €23,9 milhões, originando €6,1 milhões de mais-valias líquidas.

### Acompanhamento de Participadas

A área de acompanhamento é responsável pela monitorização das carteiras de participadas da Caixa Capital, dos dois fundos para investidores qualificados (FIQ) por si geridos e da Caixa Desenvolvimento.

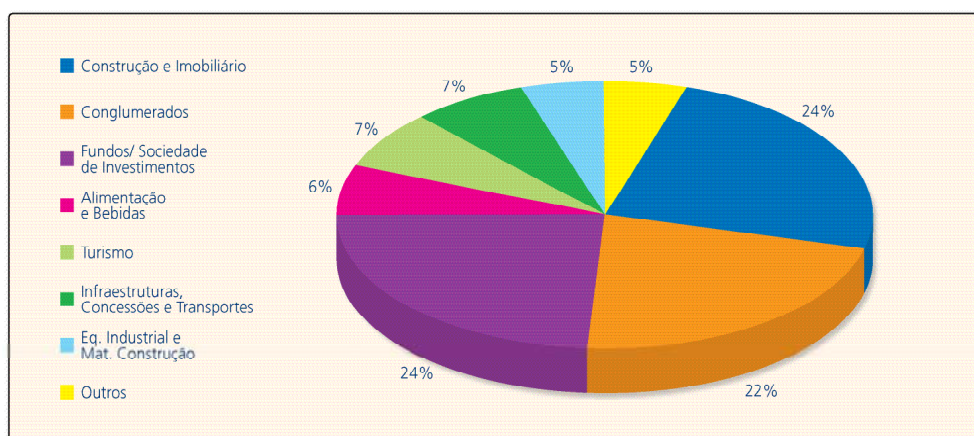
Ao longo de 2005 registou-se uma diminuição líquida do número de empresas participadas, de 44 para 39, tendo no entanto os montantes investidos aumentado significativamente (+ €100 milhões), em grande medida explicado pela operação Nutrinveste/Compal.

### Evolução de Investimento e Carteira de Participadas



A 31 de Dezembro de 2005 a carteira global de investimentos gerida pela Caixa Capital repartia-se pelos seguintes sectores de actividade<sup>(1)</sup> :

### Repartição dos Investimentos por Sector de Actividade

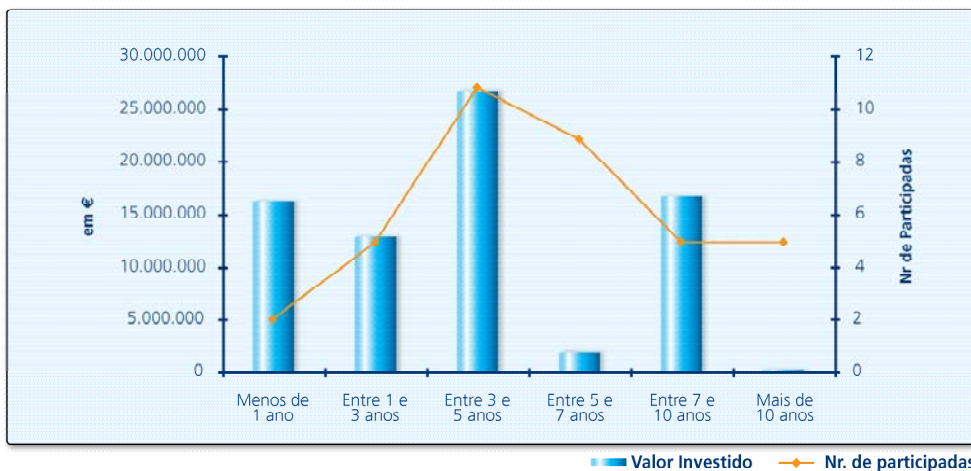


<sup>(1)</sup> Não inclui investimento na Compal/Nutricafés por forma a não distorcer a análise.



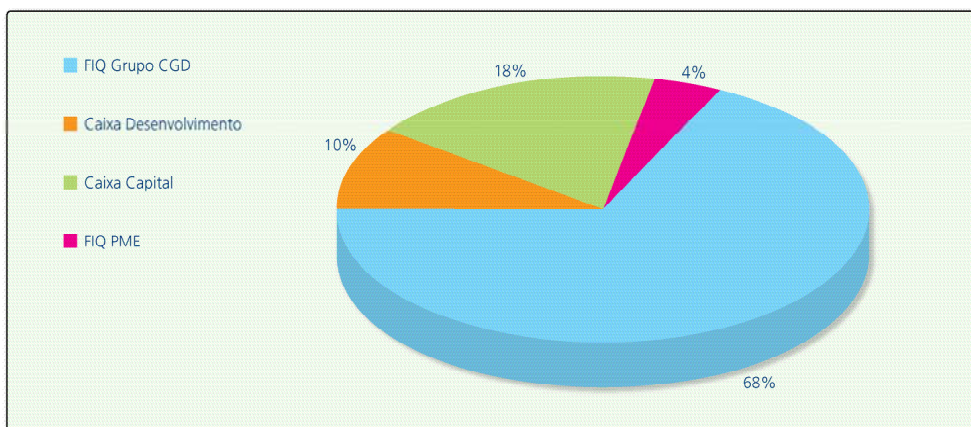
A carteira de participações detida corresponde a um tempo médio de permanência dos investimentos de 5,5 anos, com a maioria das participadas a terem mais de 3 e menos de 7 anos em carteira:

### Idade da Carteira de Investimentos em N° de Participadas e em Valor



O FIQ Grupo CGD Caixa Capital mantém-se como o principal veículo de investimento da Caixa Capital, representando mais de dois terços do valor do portfólio de investimentos realizados:

### Repartição da Carteira de Investimentos, em €, por Veículo



## Gestão de Fundos

A Caixa Capital, teve em 2005 a seu cargo a Gestão de dois Fundos de Capital de Risco para Investidores Qualificados, O FIQ CGD – Caixa Capital e o FIQ PME - Caixa Capital, os quais apresentam no final do ano a seguinte estrutura:

### FIQ Grupo CGD - Caixa Capital

(Valores em Euros)

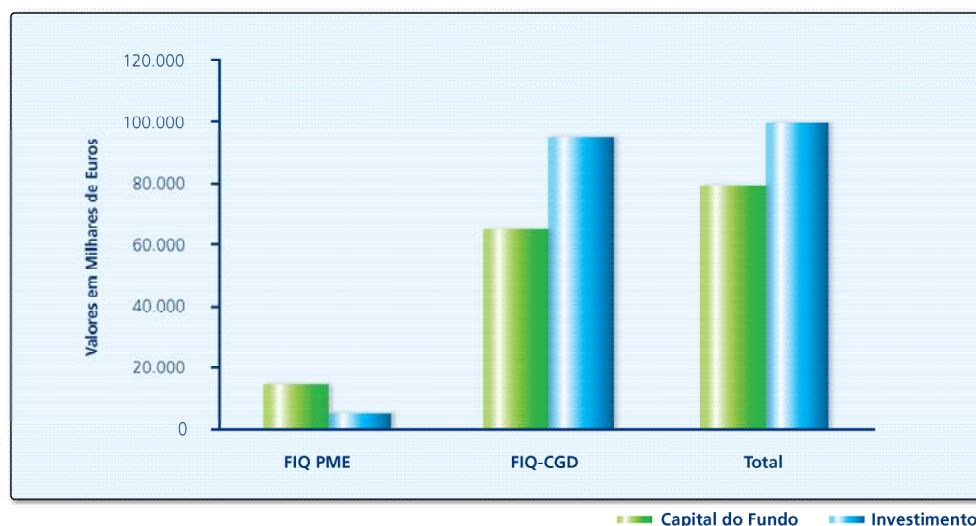
Entidade Participante	Unidades de Participação	Valor subscrito e realizado
CGD	1.198	59.755.988
D.G.Tesouro	100	4.987.979
Caixa Capital	2	99.760
<b>TOTAL</b>	<b>1.300</b>	<b>64.843.727</b>

### FIQ PME - Caixa Capital

(Valores em Euros)

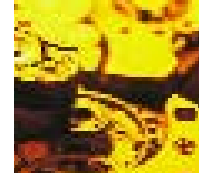
Entidade Participante	Unidades de Participação	Valor subscrito e realizado
CGD	365	9.103.062
IAPMEI	215	5.362.077
<b>TOTAL</b>	<b>580</b>	<b>14.465.139</b>

Os capitais afectos aos fundos perfazem um total de €79,3 milhões, a que há a acrescentar 48 milhões de financiamento obtido, representando as respectivas carteiras um investimento global realizado de cerca de €99,5 milhões. Os créditos pela venda de activos ascendem a €6,6 milhões, estando disponível para novos investimentos a verba de €30,5 milhões.



## Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.

A Caixa Desenvolvimento prosseguiu em 2005 a actividade de acompanhamento das sociedades suas participadas e de procura de negócios enquadráveis na estratégia delineada pelo Conselho de Administração da Sociedade.



Deste modo, a empresa concretizou em 2005 um investimento no montante de €68.750.000, correspondente à tomada de uma participação de 55% do capital da **Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A.**, sociedade veículo especialmente constituída para a aquisição da totalidade do capital social da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A.

Para este efeito foi contraído um financiamento de igual montante junto do Caixa Banco de Investimento, S.A.

No tocante a desinvestimentos, procedeu à alienação do envolvimento nas empresas **SAG Gest, SGPS, SA** e **Visabeira Indústria, SGPS, SA** o que permitiu os encaixes de, respectivamente, €3.309.218 e €6.917.687.

Foram igualmente alienadas as Obrigações do Tesouro da série "OTJUL0306E" detidas, com um encaixe de €49,2 milhões.

Com o produto destas alienações, a Caixa Desenvolvimento procedeu ao reembolso do financiamento contraído ao Caixa BI em 2004, no montante de €57 milhões.

### Carteira de Participações

No final do exercício de 2005, o total do valor contabilístico da carteira de participações e de créditos e suprimentos, detidos pela Caixa Desenvolvimento era de €77 milhões.

## Controlo de Gestão

O Conselho de Administração (CA) do CaixaBI corporiza uma permanente atenção aos fundamentos do sistema de controlo interno do CaixaBI:

1. Organização administrativa dos Órgãos de Estrutura (OE)
2. Controlo do Risco
3. *Compliance*
4. Sistema de informação
5. Estrutura de auditoria interna do Grupo CGD

Como responsável último pela aprovação e revisão periódica das estratégias, políticas e objectivos do Banco, bem como pela implementação da sua estrutura orgânica, o CA, tem promovido as condições adequadas à existência de uma cultura em que a função de controlo aparece sempre associada ao desempenho de cada uma das áreas estruturais.

Atento às diversas componentes de risco em que o Banco incorre diariamente, o CA, autonomizou no final de 2005 a função *compliance* promovendo a sua agilização dentro da organização e facilitando o exercício da sua função, quer na vertente didáctica para com os restantes órgãos de estrutura, quer na vertente analítica perante a verificação da adequada conformidade com todas as normas e procedimentos implementados no CaixaBI.

Igualmente neste sentido, o CA criou a função de gestão integrada do risco, a qual surge em complemento da gestão de risco de balanço efectuada pela estrutura que na CGD centraliza essa actividade para todas as unidades do Grupo, a Direcção de Gestão de Risco. O objectivo é dotar a equipa de gestão do CaixaBI com um conjunto de acções e procedimentos destinados a controlar os riscos do Banco, num contexto de integração no Grupo CGD mas sempre numa óptica de contribuição para o alcance de resultados financeiros positivos, de forma consistente, mantendo uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo de riscos assumidos, nomeadamente:

- avaliando a cada momento da posição financeira o nível de riscos assumidos;

- apreciação do cumprimento das obrigações regulamentares, mormente em matéria de requisitos de capital, solvabilidade e liquidez;

Em conformidade com a Directiva 2000/12/CE, originada no trabalho desenvolvido pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária, e que ficou conhecido como Basileia II, o CA pretende monitorar todas as categorias de risco aí previstas: Riscos de Crédito, Riscos de Mercado (inclui os de Taxa de Juro, Taxa de Câmbio e de Preço bem como de Liquidez ) e Risco Operacional (Negligência de Procedimentos Internos, Falhas de Sistemas de Informação e dos Recursos Humanos, Causas Externas). Adicionalmente, e tendo em consideração recentes orientações do Banco de Portugal, o CA pretende incluir na gestão integrada de riscos, os Riscos Legal e Regulamentar, Reputacional e de "Compliance".

De entre os instrumentos de controlo usados pelo CA, surge pela visibilidade, o Plano de Actividades e Orçamento, cuja eficácia é tanto quantitativa como qualitativa, fixando anualmente objectivos medidos pela avaliação do risco, e a serem orçamentados com a colaboração de cada área. Para permitir a monitorização e acompanhamento da respectiva realização, compete aos Órgãos de Estrutura (OE) do Banco a implementação prática das directivas emanadas do Conselho de Administração, mantendo uma estrutura orgânica que fixe claramente as relações de responsabilidade, autoridade e reporte, abolindo zonas de indefinição, e obrigando à definição de canais de comunicação eficientes por forma a que o pessoal envolvido se encontre devidamente habilitado ao desempenho das funções que lhe são atribuídas.

É importante sublinhar a contribuição dos OE para a eficácia do controlo interno, actuando em vectores, que permitem obter e controlar a informação existente de maneira fiável e atempada:

- o Definição de objectivos comerciais em termos de mercados alvo não quantificados, e sujeitando todas as propostas de crédito aos Conselhos de Crédito, quer do CaixaBI quer da CGD;
- o Segregação de funções, a qual permite que a aprovação, execução, processamento e contabilização de qualquer transacção seja continuamente monitorada e controlada por estruturas independentes;
- o Controlo da informação financeira efectuado numa base diária, em relação às transacções realizadas no dia útil imediatamente;
- o Controlo dos riscos de mercado efectuado diariamente e reportado à Administração e a outros órgãos relevantes, sob a forma de relatórios que espelham as diversas posições que o Banco detém no fecho do dia útil anterior. O sistema de controlo dos riscos de mercado permite que todas as posições sejam reconciliadas diariamente entre os órgãos de suporte e os de negócio;
- o Reavaliação da posição em produtos derivados, permitindo avaliar a exposição, quer potencial quer global, da Contraparte ou Cliente.

Através da sujeição da sua estrutura a estes mecanismos, o CaixaBI subscreve os princípios adoptados em matéria de controlo interno:

- a) o cumprimento dos objectivos de gestão estabelecidos;
- b) o uso económico e eficiente dos recursos;
- c) o adequado controlo dos vários riscos e a guarda de activos;
- d) a fiabilidade e integridade da informação financeira e de gestão;
- e) o cumprimento das legislações e regulamentos, bem como dos procedimentos internos.

## Custos de estrutura

A principal medida que assegura a sintonia entre o controlo dos custos de estrutura do Banco e a sua estrutura de negócio é o rácio *cost to income*. O CaixaBI apresenta consistentemente valores bastante abaixo do *benchmark* para o sector, ou seja abaixo de 50%.

Assim, também em 2005, o controlo dos custos de estrutura e o substancial crescimento do produto bancário, permitiram fixar aquele rácio em 39,7%, e, se ajustado pela incorporação de proveitos por empregados cedidos, em 36,1%.

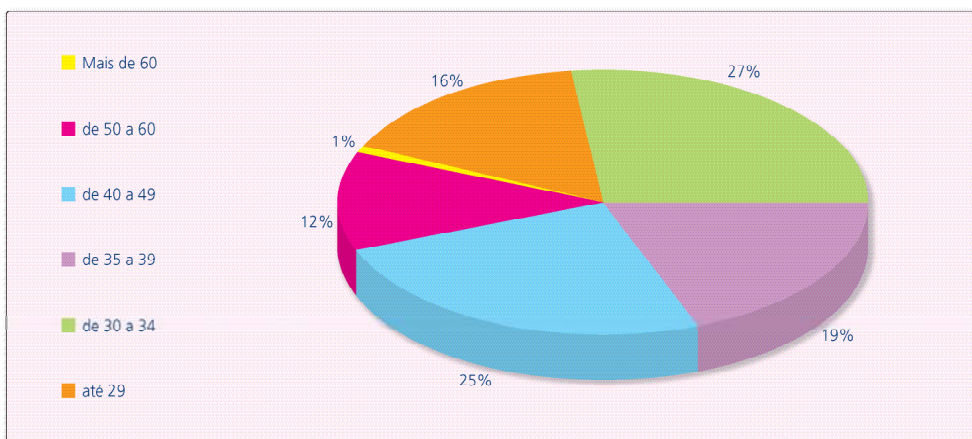


## Recursos Humanos

O capital humano é extraordinariamente importante num banco de investimento, pelo que a sua contratação é tratada no CaixaBI sob rigorosos padrões de qualidade ética e técnica. O Banco tem um plano de formação adequado às suas áreas de negócio e *back office*, proporcionando aos empregados oportunidades de aperfeiçoamento e valorização profissional, através da frequência de mestrados e pós-graduações na área financeira, cursos superiores de Gestão Bancária ( ministrados pelo Instituto de Formação Bancária ), bem como pela frequência de cursos de línguas, nomeadamente da língua inglesa, e diversos seminários ou acções pontuais de formação.

O Banco apresenta-se com uma estrutura humana muito jovem, em que 63% dos seus colaboradores tem idades inferiores a 39 anos.

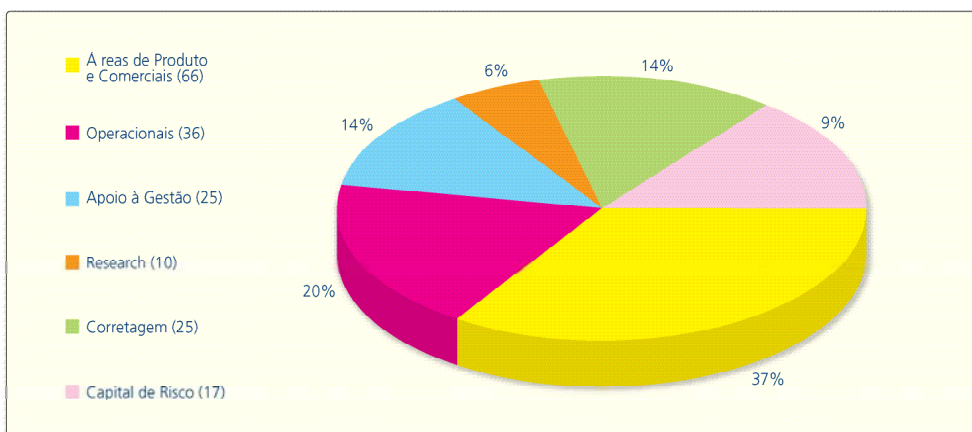
### RH por Escalões Etários



Tendo subjacente a preocupação de reforçar os activos humanos capazes de responder ao crescimento de actividade das áreas de negócio, o Banco individual fechou 2005 com 162 empregados, contra os 148 do final de 2004.

Em termos de a actividade consolidada do Banco, o gráfico abaixo distribui por áreas funcionais um total de 179 empregados.

### RH por Áreas Funcionais







# Perspectivas para 2006

A crescente actividade de *LBO's* e *MBO's* no mercado nacional é uma janela de oportunidade que pretendemos aproveitar em 2006, no quadro expectável de retoma da actividade económica em Portugal e na Europa, fornecendo ideias e meios para que estas operações sejam concretizadas.

Procuraremos manter-nos líderes no apoio e criação de soluções às empresas, como fizemos em 2005 com elevado sucesso e notoriedade.

Em 2006, a economia portuguesa deverá registar um crescimento ainda pouco significativo, com a generalidade das previsões a apontarem para valores próximos de 1,0%. A moderada aceleração da economia deverá ser sustentada essencialmente pela procura externa, uma vez que a procura interna deverá manter um ritmo de crescimento próximo do estimado para 2005. Desta forma, as perspectivas para a actividade de fusões e aquisições são moderadamente positivas, beneficiando de um maior nível de grandes investimentos a efectuar pelas empresas em alturas de início de retoma económica.

Será expectável uma maior dinamização do mercado de capitais no próximo ano, contribuindo para tal a eventual realização de algumas operações de privatização previstas de forma genérica no Orçamento de Estado e nas Grandes Opções do Plano para 2006. Entre as várias operações de privatização previstas destacam-se a Galp Energia, e eventualmente a REN, ANA e Portucel.

De uma forma geral, a eventual melhoria da situação económica e a vontade do Governo em retomar o programa de privatizações como instrumento para reduzir o stock de dívida pública deverá reflectir-se positivamente na actividade durante o próximo ano, nomeadamente ao nível da área de Mercado de Capitais. Tendo em consideração a posição de liderança do CaixaBI na banca de investimento nacional, estima-se que o Banco deverá continuar a incrementar a sua actividade e a angariar mandatos importantes quer na área de Assessoria Financeira quer na área de Mercado de Capitais.

Ao nível da área de Assessoria Financeira, o Banco pretende continuar a desenvolver operações *cross border* no âmbito do processo de internacionalização do CaixaBI quer em Espanha quer no Brasil.

Nos *leasings* estruturados, onde o CaixaBI mantém o seu posicionamento como a única instituição de base nacional com competências e experiência efectivas neste tipo de soluções estruturadas, o Banco continuou em 2005 a trabalhar no mandato que lhe foi atribuído por um importante *corporate* nacional para a realização de uma operação de *Leasing* Estruturado Português sobre uma classe de activos inovadora em Portugal. O Banco espera poder vir a concluir a primeira *tranche* desta operação no decurso de 2006.

Os objectivos da componente internacional da nossa actividade, para 2006, são manter o crescimento do negócio, com principal enfoque nas suas áreas geográficas prioritárias de actuação (Espanha e Brasil). A expansão do negócio prevista será sustentada por um investimento em recursos humanos, expandindo as equipas em Lisboa e Madrid bem como na nova unidade do Grupo CGD no Brasil.

No âmbito da actividade de capital de risco, e em particular na constituição de novos fundos, realçamos que foi registado na CMVM o Fundo Capital de Risco para Investidores Qualificados Energias Renováveis – Caixa Capital, o qual ficou totalmente subscrito em Janeiro de 2006, num total de € 50 milhões, tendo já sido realizados € 10 milhões no dia 16 de Janeiro.





# Agradecimentos

No ano de 2005 o CaixaBI obteve um desempenho que se distinguiu positivamente, afirmando-se uma vez mais como um banco de investimento de referência em Portugal. Numa conjuntura ainda longe de favorável, o Banco alcançou o seu melhor resultado de sempre, e o Conselho de Administração, deseja relevar o empenho dos diversos *stakeholders*, e em particular a confiança manifestada pelos Clientes, tendo todos, de uma forma continuada, contribuído para o resultado final.

Com a expressão pública do seu agradecimento às Autoridades Monetárias, aos Membros da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e aos Auditores, pela colaboração prestada, o CaixaBI reconhece a importância institucional de cada uma destas entidades.

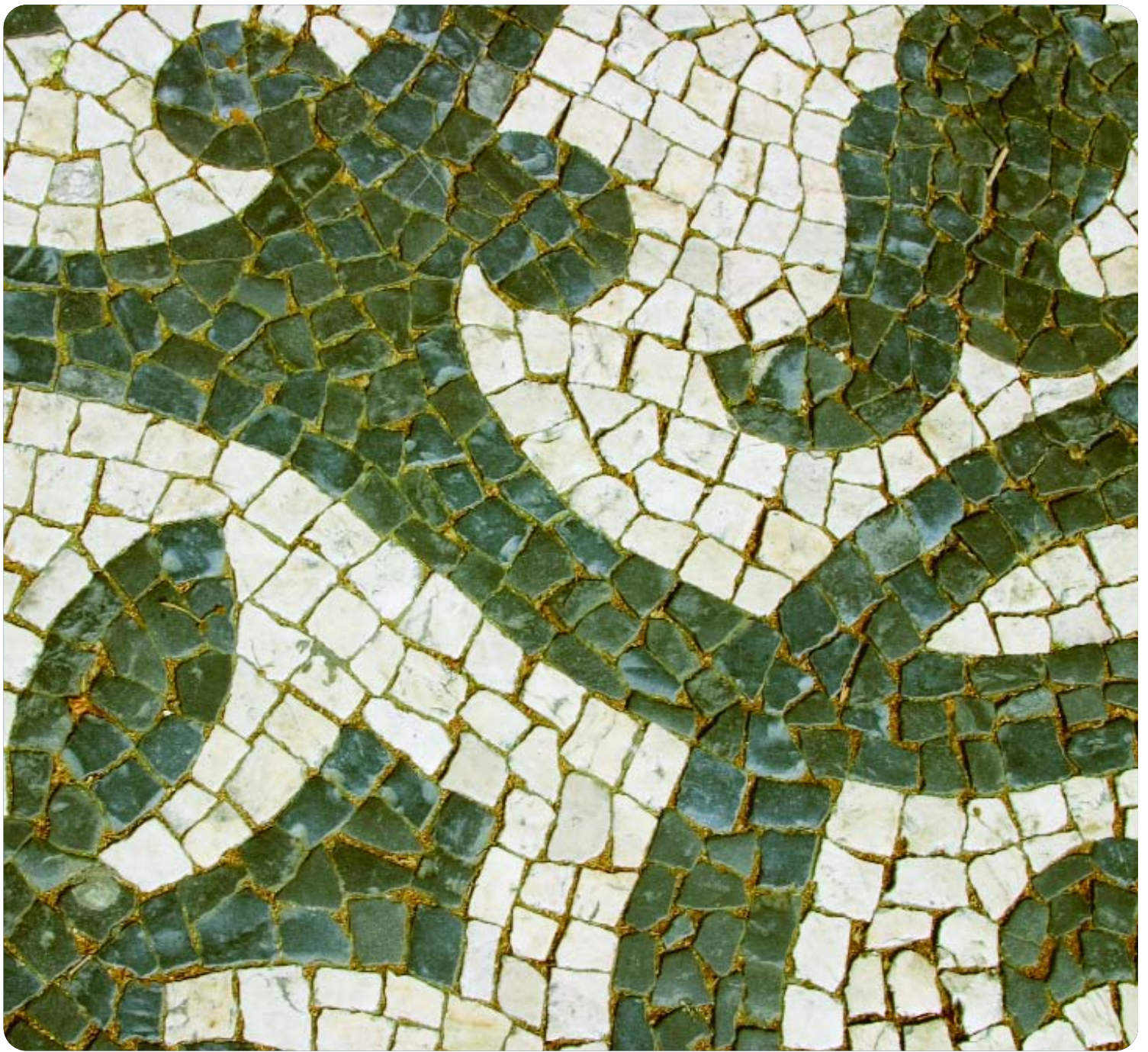
Também se deseja elogiar a dedicação e o desempenho meritório dos colaboradores do CaixaBI, e em simultâneo reconhecer o elevado contributo quer dos Accionistas quer das demais empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, que, com o seu permanente apoio e confiança foram indispensáveis ao bom desempenho conseguido.

No decorrer do exercício renunciaram ao cargo os membros do Conselho de Administração, os Senhores Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins, Dr. João Eduardo Moura da Silva Freixa, Dr. José Joaquim Berberan Santos Ramalho, Dr. Carlos Silva Costa, Prof. Dr. Vasco Maria de Portugal e Castro d'Orey, Dr. Mário Cristina de Sousa, Eng. Luis Filipe Alves Monteiro, Dr. Carlos Silva Costa e a Senhora Dr<sup>a</sup> Gracinda Augusta Figueiras Raposo.

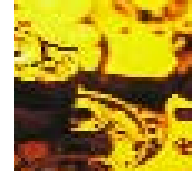
Na pessoa do Senhor Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins, o Conselho de Administração reconhece o empenho que dedicou à actividade do Banco durante o período em que desempenhou as funções de Presidente do Conselho de Administração.

Aos Senhores Administradores que renunciaram, ou cujo mandato terminou, o Conselho de Administração expressa o reconhecimento pelo apoio que sempre deram enquanto desempenharam o cargo.

Aos Senhores Dr. Alcides Saraiva de Aguiar e Dr. Vítor Fernando da Veiga Castanheira, o Conselho de Administração deseja reconhecer o contributo que protagonizaram enquanto vogais que compuseram o Conselho Delegado deste Banco.



# Proposta de Aplicação de Resultados



Relatório e Contas | 2005

O Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das actividades do CaixaBI, e ouvido o Fiscal Único, propõe à Assembleia Geral, a seguinte aplicação de resultados do exercício de 2005, no valor global de €19.463.277:

o para Reserva Legal (10% do Resultado do Exercício)	€1.946.328
o para Dividendos	€17.516.949

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2006

## O Conselho de Administração

**Presidente**

Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira

**Vice-Presidente**

António Manuel Maldonado Gonelha

**Vogais**

Jorge Humberto Correia Tomé

António Carlos Bastos Martins

Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

Luís Lopes Laranjo





# Titulares de Participações Qualificadas



Relatório e Contas | 2005

**Gerbanca SGPS, S.A.**

68.348.445 acções  
89,24% de direitos de voto

**Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.**

7.964.177 acções  
10,40% de direitos de voto



# O Governo da Sociedade



## Relatório sobre o Governo do CaixaBI

O presente relatório foi elaborado atendendo ao Regulamento nº 10/2005 da CMVM bem como ao Anexo ao Regulamento nº 7/2001 da CMVM, e é seu objectivo transmitir uma actualização das regras e práticas de governo do Caixa - Banco de Investimento, em sintonia com aqueles diplomas.

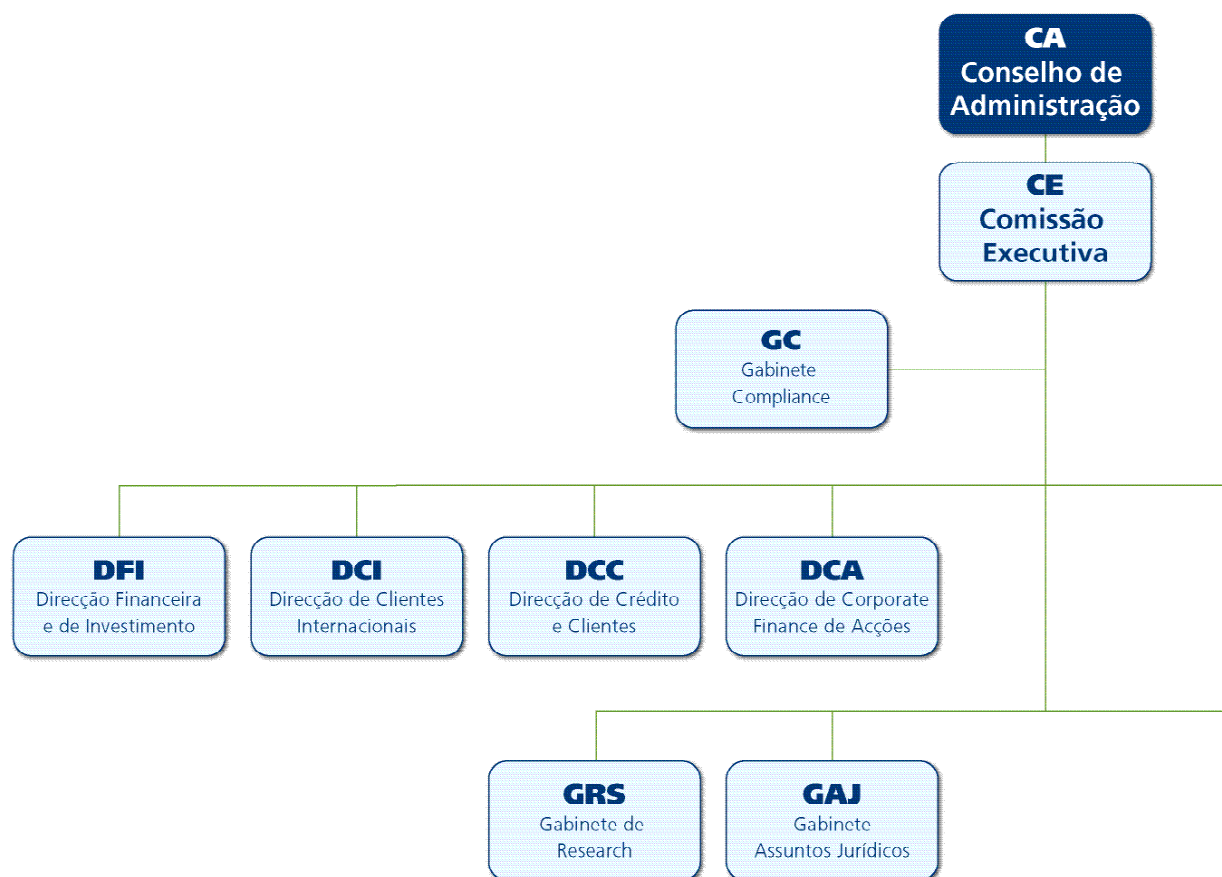
### I – Divulgação de Informação

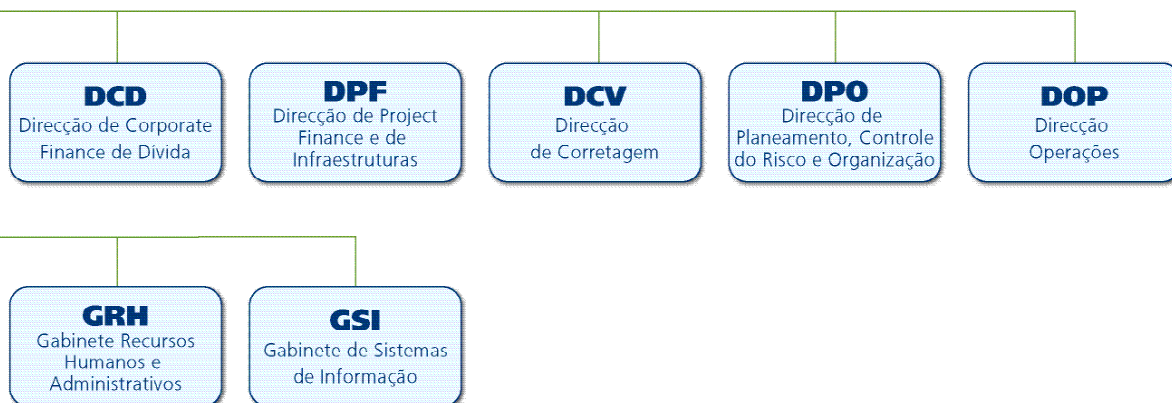
#### 1. Órgãos Sociais

- Os Órgãos Sociais do CaixaBI são eleitos em **Assembleia Geral (AG)**, composta pelos accionistas com direito a voto, deliberando sobre todas as matérias que lhe sejam postas para apreciação. Os Órgãos Sociais do Banco votados em Assembleia Geral, têm as seguintes características:
- **A Mesa da Assembleia Geral (MAG)** – é composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos trienalmente. A MAG actua fazendo a ligação entre os Accionistas e o Conselho de Administração.
- **O Conselho de Administração (CA)** – é composto por um conjunto de membros, a quem compete gerir a sociedade no estrito cumprimento do seu objecto social e salvaguardando os interesses dos Accionistas e dos Trabalhadores. O CA elege, de entre os seus membros, uma **Comissão Executiva (CE)** constituída por elementos com funções executivas, gerindo a actividade diária da sociedade e seguindo as linhas de orientação estratégica definidas pelo CA.
- **O Fiscal Único (FU)** – é uma S.R.O.C efectiva com uma S.R.O.C. suplente, exercendo todas as actividades de fiscalização da sociedade, por forma a verificar a veracidade e exactidão dos registos contabilísticos, bem como o respeito pela legislação vigente.

## 2. Órgãos de Estrutura

A CE, no âmbito das suas atribuições de gestão, define os órgãos de estrutura da sociedade, bem como as respectivas funções. O **Organograma do CaixaBI** é o seguinte:





### 3. Competências

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva, embora mantendo a responsabilidade final da gestão estratégica, bem como um conjunto de competências que compreende nomeadamente:

- o a representação do Banco;
- o a definição da estrutura societária sob domínio do Banco;
- o a definição da estrutura orgânica e funcional;
- o a definição da missão e a gestão do Banco;
- o a contratação de serviços de auditoria;
- o a aprovação anual do Plano de Actividades e Orçamento;
- o a elaboração de propostas a submeter à Assembleia Geral, incluindo o Relatório e Contas anual.

O Conselho de Administração reunirá sempre que convocado pelo Presidente e, pelo menos, uma vez de três em três meses.

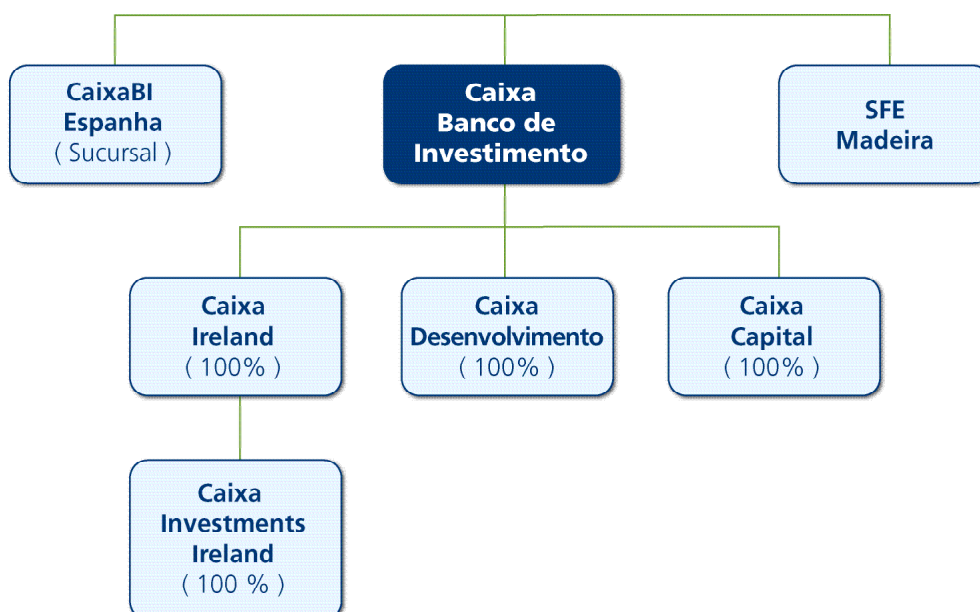
As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade.

O Conselho de Administração só pode deliberar validamente estando presentes ou representados mais de metade dos seus membros.

### 4. Diagrama de Participações do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

O Banco possui uma estrutura societária com participações adequadas a responder à sua segmentação de negócio, da mesma forma que lhe permite potenciar a capacidade de intervenção no mercado por parte do Grupo CGD, privilegiando uma constante prestação de serviços de qualidade e valor acrescentado aos seus Clientes, predominantemente Grandes e Médias Empresas. O organograma de participações detidas pelo CaixaBI é o seguinte:

- o 100% da Caixa Capital - sociedade que opera no mercado do capital de risco, gerindo 3 Fundos.
- o 100% da Caixa Desenvolvimento SGPS - sociedade que, dentro do mercado de capital de risco, se encontra vocacionada para a gestão de participações com elevado potencial de valorização.
- o 100% da Caixa Ireland – participação que permite ao Banco uma presença numa praça internacional, como é o *International Financial Services Centre* de Dublin.





## 5. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

O CaixaBI tem disponível um conjunto alargado de informações no seu sítio na Internet – [www.caixabi.pt](http://www.caixabi.pt).

O objectivo é dar a conhecer melhor o Banco, facultando aos seus clientes, analistas e público em geral, o acesso permanente a informação relevante e actualizada.

Para além de poderem ser consultadas informações sobre e da instituição e respectiva actividade, existe, na sua Área de Research a possibilidade de acesso a um conjunto de informação, histórica e actual, com relevância para os investidores.

## 6. Capital social e Política de dividendos

O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é representado por oitenta e um milhões duzentos e cinquenta mil acções de valor nominal de um Euro cada.

As acções podem ser nominativas ou ao portador registadas ou não e reciprocamente convertíveis.

Nos aumentos de capital a realizar em dinheiro será atribuído aos accionistas direito de preferência na subscrição das novas acções, na proporção das que possuem, salvo se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral, dentro dos condicionalismos impostos por lei.

O Conselho de Administração poderá deliberar aumentos do capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até o capital social atingir o limite máximo de duzentos e cinquenta milhões de Euros.

Nos termos dos Estatutos do CaixaBI, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros do exercício, sem estar sujeita a qualquer limite mínimo obrigatório.

A Assembleia Geral poderá deliberar que no decurso do exercício sejam feitos aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, nos termos da lei.

## II – Exercício do Direito de Voto e representação de Accionistas

Podem participar na Assembleia Geral todos os accionistas que sejam titulares de mil ou mais acções averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade (artº 10º dos Estatutos do CaixaBI), sendo que, conforme o nº 2 do artº 14º, a cada grupo de mil acções corresponde um voto.

Os accionistas titulares de menos de mil acções poderão agrupar-se de forma a completar esse número, fazendo-se representar por qualquer um dos agrupados, a indicar, por meio de carta, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

No caso de compropriedade de acções, só um dos proprietários poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral, munido de poderes de representação dos restantes.

Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, devendo comunicá-lo por carta ao presidente da mesa até à data da reunião.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar por outros accionistas ou pelas pessoas a quem a lei imperativa atribua esse direito. As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que, para o efeito, nomearem.

Ao Presidente da Mesa compete convocar extraordinariamente a Assembleia Geral sempre que tal seja solicitado pelos accionistas que possuam, pelo menos, acções correspondentes ao valor mínimo imposto por lei imperativa e que lho requeiram em carta com assinatura reconhecida em que se indiquem, com precisão, os assuntos a incluir na ordem do dia e se justifique a necessidade de reunir a Assembleia.

A Assembleia Geral convocada a requerimento dos accionistas não se realizará se não estiverem presentes requerentes que sejam titulares de acções que totalizem, no mínimo, o valor exigido para a convocação da Assembleia.

Não existem limites ao exercício dos direitos de voto, nem ocorrem direitos especiais de algum accionista, não sendo conhecido qualquer acordo parassocial.

### III – Regras Societárias

#### 1. Códigos de Conduta da Sociedade

Considerando que o exercício da actividade bancária se deve pautar por rigorosos princípios de isenção e transparência, a serem observados por todos os colaboradores, encontram-se em vigor no CaixaBI normas internas sobre deontologia profissional, estabelecendo directivas nesta matéria, agrupadas num **Código de Conduta**, que é do conhecimento de todos os colaboradores.

Encontra-se igualmente instituído e em vigor um **Regulamento Interno para os Mercados de Valores Mobiliários**, o qual define normas e procedimentos que devem ser observados no exercício da actividade de intermediação financeira de valores mobiliários, estabelecidos à luz das disposições sobre esta matéria, constantes, designadamente, do Código dos Valores Mobiliários e das disposições emanadas das autoridades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Também este Regulamento é distribuído com carácter vinculativo aos colaboradores.

#### 2. Procedimentos internos para o controlo do risco

Encontra-se constituída e em funcionamento no CaixaBI, em articulação e sob coordenação da Direcção de Gestão de Risco do Grupo CGD, a definição das políticas e metodologias de gestão de activos e passivos do Banco, propondo normas e regras gerais que visem salvaguardar a exposição do Banco.

Este Órgão de Estrutura do Grupo zela pelo bom cumprimento das normas internas e da conformidade com as disposições legais que regulam a actividade da Instituição, reportando os factos e as situações que se constituam como desvios ao que se encontra determinado.

Por outro lado, a necessidade da Comissão Executiva possuir informação e análise abrangendo de uma forma integrada os riscos de balanço do Banco, é uma responsabilidade acometida à sua Direcção de Planeamento, Controlo do Risco e Organização (DPO).

No final de 2005 foi autonomizada a função *Compliance*, num Gabinete com funções aplicadas a toda a Estrutura do Banco e que tem como finalidades fundamentais :

- A supervisão e controlo de um conjunto de procedimentos, regras e regulamentos, que asseguram a preservação dos padrões éticos e a disciplina da organização;
- A elaboração do Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco, para o Banco de Portugal;
- A elaboração do Relatório de Supervisão e Controlo para a CMVM;
- A elaboração de Relatórios de *Compliance* sobre os diversos Órgãos de Estrutura do Banco, para a CE.

#### Carteira de Títulos

A constituição da carteira é subordinada aos níveis de risco autorizados e ajustada ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. São igualmente definidos alguns objectivos de base, nomeadamente:

- a obtenção de uma margem financeira adequada ao perfil do balanço de um banco de investimento;
- a constituição de uma carteira de títulos que permita um normal grau de rotatividade e a obtenção de uma adequada rentabilidade em termos de ganhos de capital;
- a composição da carteira de investimento será limitada a níveis de exposição máximos e mínimos;
- a salvaguarda de um mínimo de liquidez requerida como instituição financeira.



A rentabilidade exigida à carteira corresponde a um nível de ROE aprovado para o Grupo CGD e é obtida pela valorização diária da mesma, a preços de mercado, líquida dos custos de financiamento.

No cálculo do capital próprio afecto à actividade, são considerados os requisitos necessários para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacionais, calculados segundo as regras em vigor do Banco de Portugal.

Os instrumentos passíveis de serem transaccionados são obrigações, acções, fundos de *Asset Managers* seleccionados e instrumentos derivados destes – futuros, opções, *swaps* e *forwards* negociados com as mesas de Tesouraria ou de Forex da sala de mercados da CGD.

### Carteira de crédito

No circuito formal de apresentação de propostas de crédito, foi criado o Conselho de Crédito do CaixaBI (CCC), composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito.

A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco (DGR) da CGD.

As Propostas são então apresentadas aos Conselhos de Crédito do Grupo, a quem, de acordo com a política de crédito no seio do Grupo CGD, as competências do CaixaBI, em matéria de aprovação de Crédito, estão cometidas.

## IV – Órgão de Administração

### 1. Composição

O Conselho de Administração do CaixaBI é integrado pelos seguintes membros, sendo a CE formada pelos assinalados com asterisco :

<b>Presidente</b>	Dr. Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira
<b>Vice-Presidente</b>	Dr. António Manuel Maldonado Gonelha
<b>Vogal *</b>	Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
<b>Vogal *</b>	Dr. António Carlos Bastos Martins
<b>Vogal *</b>	Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho
<b>Vogal *</b>	Dr. Luis Lopes Laranjo

### 2. Cargos desempenhados pelos Membros do CA

#### Dr. Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Cargos Exercidos nas Empresas

Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Presidente	Caixa-Banco de Investimento, SA		30-11-05	2005/2007
Presidente	Caixa Geral de Depósitos, SA		04-08-05	2004/2007
Presidente	Gerbanca, SGPS, SA	Caixa Geral de Depósitos, SA	22-12-05	2003/2005
Administrador	EDP-Energias de Portugal, SA		25-10-05	2003/2005

## Dr. António Manuel Maldonado Gonelha

Cargos Exercidos nas Empresas

Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Vice-Presidente	Caixa-Banco de Investimento, SA		30-11-05	2005/2007
Vice-Presidente	Caixa Geral de Depósitos, SA		01-10-04	2004/2007
Vice-Presidente	Caixa Seguros, SGPS, SA		15-07-05	2005/2007
Administrador	Gerbanca, SGPS, SA	Caixa Participações, SGPS, SA	22-12-05	2003/2005
<b>Órgão Social - Comissão de Vencimentos</b>				
Presidente	IBS-Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Caixa Geral de Depósitos, SA	19-04-04	2004/2006
Presidente	Unicre-Instituição Financeira de Crédito, SA	Caixa Geral de Depósitos, SA	19-04-04	2004/2006

## Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Cargos Exercidos nas Empresas

Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Presidente	TREM-Alug.Material Circ., ACE	Caixa Geral de Depósitos, SA	20-03-02	2000/2019
Presidente	TREM II-Alug.Material Circ., ACE	Caixa Geral de Depósitos, SA	07-03-02	2001/2030
Adm (Pres.Com.Exe.)	Caixa-Banco de Investimento, SA		07-07-05	2005/2007
Administrador	Caixagest-Técn.Gestão Fundos, SA		31-03-05	2005/2007
Administrador	Portugal Telecom, SGPS, SA		04-04-03	2003/2005

## Dr. António Carlos Bastos Martins

Cargos Exercidos nas Empresas

Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Adm (Com.Exe.)	Caixa-Banco de Investimento, SA		07-07-05	2005/2007

## Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

Cargos Exercidos nas Empresas

Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Adm (Com.Exe.)	Caixa-Banco de Investimento, SA		07-07-05	2005/2007
Administrador	Caixaweb, SGPS, SA		08-08-03	2003/2005
<b>Órgão Social - Conselho Fiscal</b>				
Vogal	Portugal Telecom, SGPS, SA		04-04-03	2003/2005



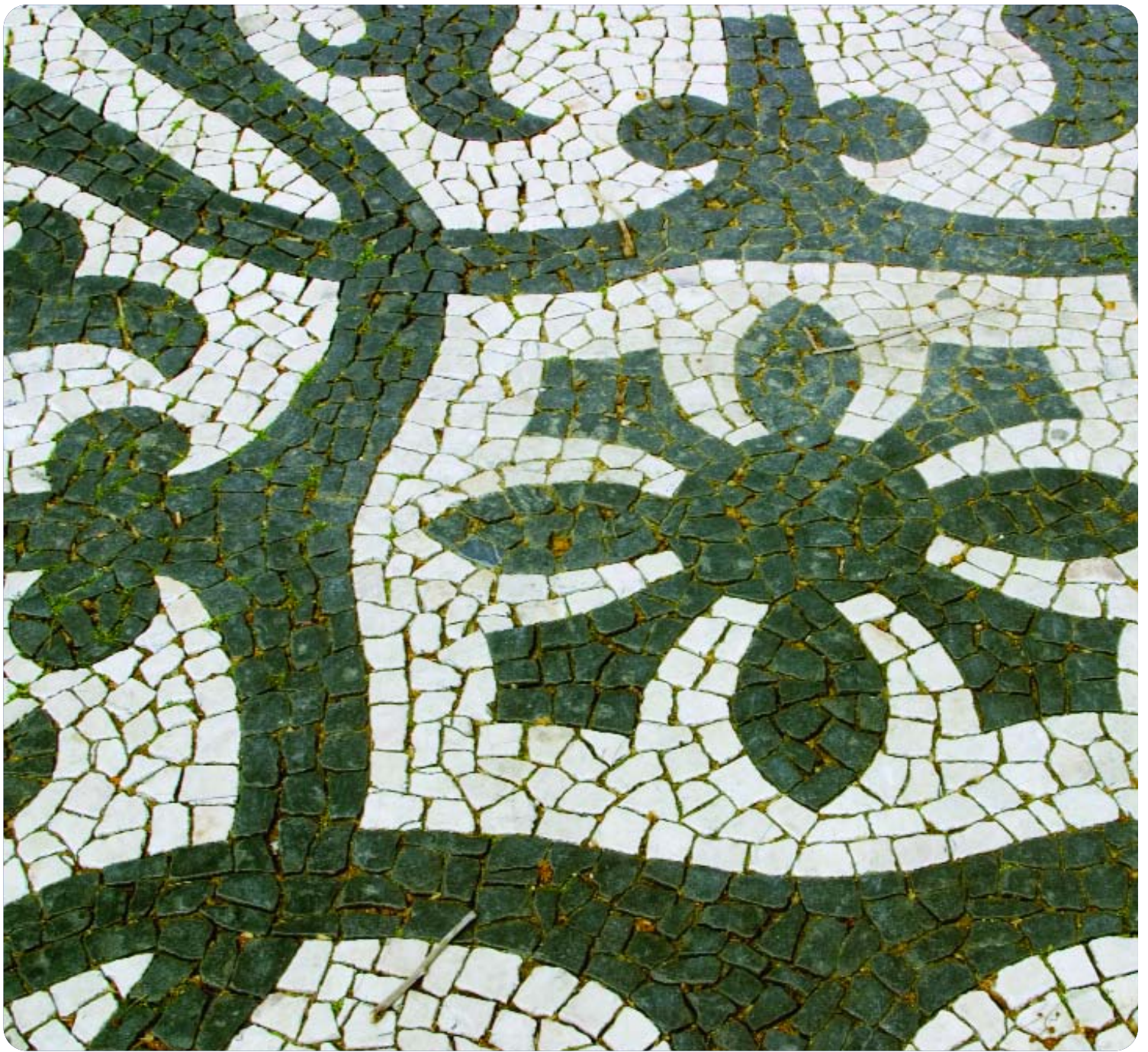
## Dr. Luis Lopes Laranjo

Cargos Exercidos nas Empresas

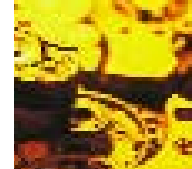
Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
<b>Órgão Social - Conselho de Administração</b>				
Administrador	Caixa-Banco de Investimento, SA		30-11-05	2005/2007

### 3. Remuneração dos administradores

Segundo o estipulado nos Estatutos do CaixaBI, artº 23º, as remunerações dos membros dos órgãos sociais serão fixadas pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Remuneração por aquela designada por períodos de três anos.



# Responsabilidade Social e Sustentabilidade



Relatório e Contas | 2005

## Relatório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do CaixaBI

A responsabilidade social é entendida e praticada no Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) de uma forma transversal ao conjunto da sua actividade. As características de entidade socialmente responsável adoptadas pelo CaixaBI, são as seguintes:

- o Um envolvimento baseado em valores de ética empresarial;
- o Uma vontade de progresso contínuo;
- o Uma compreensão e uma aceitação da interdependência da empresa com os seus meios envolventes;
- o Uma visão a longo termo baseada na responsabilidade face às gerações futuras;
- o O princípio de prudência como regra de decisão;
- o Uma prática regular de diálogo e de consulta de todas as partes envolvidas, incluindo sobre os temas mais delicados;
- o Uma vontade de informação e transparência;
- o Uma capacidade de responder pelos seus actos e de prestar contas sobre as consequências directas e indirectas da sua actividade.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é orientativo no desempenho financeiro do Banco, reflectindo-se na preocupação em privilegiar orientações de negócio que salvaguardem os efeitos sociais e ambientais correlacionados. Temas como a protecção de um ambiente limpo, a boa gestão dos recursos naturais e a gestão de recursos humanos atenta à qualidade de vida, fazem parte da noção de sustentabilidade que o CaixaBI aplicada de uma forma interdisciplinar.

### Os três P's ou a *triple bottom line*

Na Agenda 21 - o plano de sustentabilidade para o século XXI adoptado na Cimeira do Rio de Janeiro em 1992 - fixaram-se as três áreas do Desenvolvimento Sustentável: a dimensão económica, a dimensão ambiental, e a dimensão social, também conhecidas pela expressão *triple bottom line* ou ainda pelos 3 P's - *People, Planet, Profit*.

Com a crescente consciencialização da sociedade para esta matéria, o CaixaBI surge na fileira das primeiras instituições a sublinhar a importância daquelas três áreas para a comunidade onde está inserido: O eixo económico representa a criação de riqueza para todos pelo modo de produção e de consumo duráveis; o eixo ecológico reporta-se à conservação e gestão de recursos e o eixo social reflecte a equidade e a participação de todos os grupos sociais.

Cada uma destas dimensões é vista no CaixaBI como uma responsabilidade indissociável da boa condução dos negócios:

#### A dimensão económica

A dimensão económica da sustentabilidade tem como medida o impacto das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre o sistema económico a todos os níveis, obedecendo a uma visão de longo prazo que deve abranger as disciplinas do ambiente, do social e dos recursos humanos.

Esta interdisciplinaridade do desempenho económico abrange todos os aspectos das interacções económicas que podem existir entre uma organização e as suas partes interessadas, incluindo os resultados tradicionalmente apresentados nos balanços financeiros. Estes balanços financeiros destacam prioritariamente os indicadores relacionados com a rentabilidade da empresa porque estão vocacionados para informar as direcções e os accionistas.

Mas são os indicadores de Desenvolvimento Sustentável que respondem a outras prioridades e devem permitir perceber quais são as implicações da actividade de uma organização empresarial no bem estar económico dos seus *stakeholders* – Accionistas, Clientes, Fornecedores, Empregados, Governo, Bancos e demais parceiros sociais.

É neste sentido que o CaixaBI elabora os seus Planos de Actividade e procura executá-los no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em que se concilia a obtenção dos rácios de rentabilidade exigidos pelos accionistas, com a dinamização do tecido empresarial que forma a sua clientela, repercutindo assim na comunidade os efeitos positivos da sua saúde económica e financeira. O Banco procura assim novos contextos de eficácia económica, consciente de que a sua missão passa, de uma forma sustentada, pela criação de valor para os seus *stakeholders*, proporcionada pela sua oferta de produtos e serviços financeiros de reconhecida qualidade, apoiado pela sua inserção no maior grupo financeiro português – Grupo Caixa Geral de Depósitos – ostentando o melhor *rating* de longo prazo no nosso sistema financeiro – AA- pela Fitch, Aa3 pela Moody's e A+ pela Standard & Poor.

Dentro destes parâmetros comportamentais, o CaixaBI sabe reconhecer e superar as expectativas do cliente, elevar a sua actuação a um nível de exigência de qualidade superior, ser uma referência no mercado pela diferença de propostas baseadas nos padrões éticos e de responsabilidade, o que lhe tem granjeado a confiança dos seus Clientes.

## A dimensão ambiental

Embora o sector financeiro não faça parte das áreas de actividade com maiores riscos ambientais, ele pode intervir com um papel, que não deve ser menosprezado, actuando sobre a sua operacionalidade interna – consumos de energia, água, papel, consumíveis, combustíveis, reciclagem, reutilização de materiais, redução de resíduos, selecção de fornecedores, entre outros, estão entre os principais impactos ambientais directos a serem devidamente acautelados.

Para além desta intervenção directa, o sector financeiro assume um papel fundamental a partir do momento em que os promotores dos projectos com impacto ambiental solicitam a sua assessoria e/ou financiamento.

Neste contexto, a actividade desenvolvida pelo CaixaBI traduz um impacto indirecto no ambiente, enquanto entidade que tem apoiado empresas através da concessão de crédito e enquanto investidores no mercado financeiro.

A introdução de critérios ambientais e a aferição dos riscos ambientais na análise de projectos e empresas a apoiar, representa um contributo fundamental para a defesa do ambiente.

Processos de angariação e montagem de operações (sejam de *Corporate Finance* ou de *Project Finance*) são oportunidades que o Banco tem para fazer sentir a preocupação de avaliar o impacto ambiental da actividade das empresas suas clientes e de repercutir a análise dos efeitos ambientais na avaliação das empresas e no preço dos financiamentos contratados.

O CaixaBI tem tido importantes participações em financiamentos a projectos na área ambiental, designadamente projectos de parques eólicos, hídricos, de outras fontes de energia renovável, de tratamento de resíduos e de saneamento básico, projectos de enorme impacto ambiental e que requerem uma complexidade a todos os níveis, incluindo ao nível da aprovação e monitorização ambiental. O Banco, em



conjunto com os promotores de energias renováveis, está empenhado no sucesso e na concretização dos objectivos traçados pelas autoridades governamentais de, no final da década, 12% da capacidade de geração eléctrica instalada ser proveniente da componente renovável, excluindo as grandes hídricas.

## A dimensão social

A dimensão social é abordada por meio da análise do impacto da organização sobre as suas partes interessadas - colaboradores, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade em geral - a nível local, nacional e global.

Assim, em relação aos colaboradores, a empresa socialmente responsável favorece o desenvolvimento pessoal através da formação e proporciona um acompanhamento regular da saúde dos mesmos.

Por isso o CaixaBI entende como sua responsabilidade imediata proporcionar aos seus empregados um ambiente de trabalho saudável – quer oferecendo um Plano Médico que abrange o agregado familiar directo (cônjuges e filhos), quer acompanhando a saúde dos seus empregados através da Medicina no trabalho e respectivos exames anuais (check up) – e de elevado perfil profissional, aprovando um Plano de Formação que proporciona múltiplas acções de formação, desde a frequência de seminários até à frequência de pós-graduações e MBA's. O Banco proporciona ainda aos seus empregados um plano complementar de reforma.

Dentro da dimensão social, o CaixaBI, torna público o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, assumindo total transparência perante todos os *stakeholders*. Internamente, o Banco possui regulamentos que permitem assegurar um elevado comportamento ético dos seus colaboradores, bem como procedimentos preventivos e fiscalizadores, possuindo um Gabinete de *Compliance* para verificação do cumprimento de normas e regulamentos em vigor. Para além de possuir um Código de Conduta que vincula todos os colaboradores, para prevenir as práticas fraudulentas, o CaixaBI possui ainda um Manual de Prevenção do Branqueamento de Capitais que prevê a colaboração com as autoridades de Supervisão.

Sendo parte integrante do Grupo CGD, o Banco participa ainda, directa ou indirectamente, em diversas acções de mecenato proporcionando, em particular, a realização de eventos artísticos no auditório da Culturgest, e ajudando a promover o património cultural nacional como base para dar continuidade a uma herança cultural rica, a qual se continua a considerar um importante catalizador para a consolidação de uma identidade comunitária.





# Demonstrações Financeiras



Relatório e Contas | 2005

## Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2005		2004	
		Activo Bruto	Imparidades e Amortizações	Activo Líquido (pró-forma)	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(5)	1.441.790	–	1.441.790	2.660.928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(6)	430.463.087	–	430.463.087	10.083.197
Aplicações em instituições de crédito	(7)	20.164.327	–	20.164.327	13.403.557
Carteira de títulos e derivados					
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(8)	450.382.009	–	450.382.009	453.359.156
Activos financeiros disponíveis para venda	(9)	21.401.521	–	21.401.521	81.249.701
Crédito a clientes	(11)	648.462.562	9.425.711	639.036.851	407.133.829
Activos não correntes detidos para venda	(12)	66.540.860	–	66.540.860	–
Outros activos tangíveis	(13)	20.076.578	8.309.109	11.767.469	12.022.362
Activos intangíveis	(14)	3.784.757	3.360.640	424.117	381.479
Investimentos em associadas	(15)	1.181.838	–	1.181.838	1.786.675
Activos por impostos correntes	(16)	1.269.021	–	1.269.021	1.428.171
Activos por impostos diferidos	(16)	3.729.860	–	3.729.860	2.554.291
Outros Activos	(17)	142.227.241	7.291.244	134.935.997	110.824.984
<b>Total do Activo</b>		<b>1.811.125.451</b>	<b>28.386.704</b>	<b>1.782.738.747</b>	<b>1.096.888.330</b>



(Montantes expressos em Euros)

<b>PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	Notas	<b>2005</b>	<b>2004</b> (pró-forma)
Recursos de outras instituições de crédito	(18)	1.218.922.896	703.661.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19)	109.220.048	81.067.523
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(10)	17.382.371	9.697.095
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	(10)	2.539.975	123.980
Passivos não correntes detidos para venda	(12)	5.540.860	–
Provisões	(20)	3.537.717	4.091.165
Passivos por impostos correntes	(16)	2.603.310	2.875.436
Passivos por impostos diferidos	(16)	2.555.442	2.033.947
Outros Passivos	(21)	173.294.184	96.511.673
<b>Total de Passivo</b>		<b>1.535.596.803</b>	<b>900.062.532</b>
Capital	(22)	81.250.000	81.250.000
Acções próprias	(22)	(5.999.453)	(5.999.453)
Reservas de justo valor	(23)	548.013	–
Outras reservas e resultados transitados	(23)	91.199.590	99.334.084
Resultado do exercício <sup>(a)</sup>	(23)	25.004.347	22.241.167
Interesses minoritários	(24)	55.139.447	–
<b>Total da Situação Líquida</b>		<b>247.141.944</b>	<b>196.825.798</b>
<b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b>		<b>1.782.738.747</b>	<b>1.096.888.330</b>

(a) Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco.

## Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Capital	Acções Próprias	Reserva de justo valor
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2003</b>				
- PCSB		<b>81.250.000</b>	-	-
Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2004	(34)	-	(5.999.453)	-
		81.250.000	(5.999.453)	-
Distribuição do lucro do exercício de 2003:				
Transferências para reservas e resultados transitados		-	-	-
Provisões para participações financeiras	(2.6 e )	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	-
Distribuição do lucro do exercício de 2004:				
Distribuição de dividendos pelo Banco	(23)	-	-	-
Transferências para reservas e resultados transitados		-	-	-
Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	(34)	-	-	(1.059.163)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda				
Acréscimos	(9)	-	-	2.088.545
Recuperações	(9)	-	-	(398.333)
Efeito fiscal	(16)	-	-	(83.036)
Constituição da Inbepor	(24)	-	-	-
Outros		-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>548.013</b>



(Montantes expressos em Euros)

<b>Outras reservas e resultados transitados</b>					
Reservas	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Interesses minoritários	Total
<b>42.834.722</b>	<b>35.817.946</b>	<b>78.652.668</b>	<b>20.106.806</b>	–	<b>108.0009.474</b>
–	848.770	848.770	–	–	(5.150.683)
42.834.722	36.666.716	79.501.438	20.106.806	–	174.858.791
3.592.787	16.514.019	20.106.806	(20.106.806)	–	–
(274.160)	–	(274.160)	–	–	(274.160)
–	–	–	22.241.167	–	22.241.167
<b>46.153.349</b>	<b>53.180.735</b>	<b>99.334.084</b>	<b>22.241.167</b>	–	<b>196.825.798</b>
–	983.618	983.618	(17.157.342)	–	(16.173.724)
3.772.690	1.311.135	5.083.825	(5.083.825)	–	–
–	(14.201.936)	(14.201.936)	–	–	(15.261.099)
–	–	–	–	–	2.088.545
–	–	–	–	–	(398.333)
–	–	–	–	–	(83.036)
–	–	–	–	56.250.000	56.250.000
(1)	–	(1)	–	–	(1)
–	–	–	25.004.347	(1.110.553)	23.893.794
<b>49.926.038</b>	<b>41.273.552</b>	<b>91.199.590</b>	<b>25.004.347</b>	<b>55.139.447</b>	<b>247.141.944</b>

## Demonstrações de Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares	(25)	35.678.244	27.600.026
Juros e encargos similares	(25)	(24.927.727)	(16.683.642)
Rendimentos de instrumentos de capital		131.484	229.805
<b>Margem Financeira Alargada</b>		<b>10.882.001</b>	<b>11.146.189</b>
Rendimentos de serviços e comissões	(26)	36.717.777	37.942.486
Encargos com serviços e comissões	(26)	(1.348.496)	(2.899.731)
Resultados em operações financeiras	(27)	7.848.524	2.157.627
Outros resultados de exploração	(28)	898.704	(547.019)
<b>Produto Bancário</b>		<b>54.998.510</b>	<b>47.799.552</b>
Custos com pessoal	(29)	(12.833.070)	(11.496.997)
Outros gastos administrativos	(30)	(7.572.828)	(6.804.238)
Depreciações e amortizações	13 e 14	(1.062.518)	(1.142.235)
Provisões líquidas de anulações	(20)	33.957	342.893
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(31)	(1.063.969)	(1.275.797)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(31)	(224.537)	442.162
Resultados em empresas associadas	(15)	(638.233)	(586.515)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>		<b>31.637.313</b>	<b>27.278.825</b>
Impostos sobre lucros:			
Correntes	(16)	(6.903.932)	(5.726.608)
Diferentes	(16)	(839.587)	688.950
		(7.743.519)	(5.037.658)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários		<b>(6.903.932)</b>	<b>(5.726.608)</b>
Interesses minoritários	(24)	1.110.553	-
<b>Resultado Líquido Consolidado atribuível aos Accionistas do Banco</b>		<b>25.004.347</b>	<b>22.241.167</b>
Acções em circulação		76.592.000	76.592.000
Resultado por acção		0,33	0,29



## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	2005	2004 (pró-forma)
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
Juros e comissões recebidas	72.754.098	68.055.357
Juros e comissões pagas	(23.041.464)	(17.145.772)
Pagamento ao pessoal e fornecedores	(20.558.011)	(17.720.399)
Pagamento de impostos sobre lucros	(6.872.773)	(7.417.599)
Outros resultados	1.375.746	2.398.628
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<b>23.657.596</b>	<b>28.170.215</b>
<b>(Aumentos) diminuições de activos operacionais</b>		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.401.170	(114.028.351)
Activos financeiros disponíveis para venda	47.865.876	(40.144.022)
Aplicações em instituições de crédito	(6.761.481)	25.146.308
Crédito a clientes	(234.582.957)	(95.367.088)
Outros activos	(25.374.889)	(59.203.891)
	<b>(211.452.281)</b>	<b>(283.597.044)</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação	7.076.746	(4.037.564)
Recursos de outras instituições de crédito	512.030.682	197.341.488
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.610.178	17.343.927
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	–	(36.253.378)
Outros passivos	76.773.232	79.285.718
	<b>623.490.838</b>	<b>253.680.191</b>
Caixa líquida das actividades operacionais	<b>435.696.153</b>	<b>(1.746.638)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(867.393)	(1.275.123)
Resultados de outros investimentos	505.716	18.987
Caixa líquida das actividades de investimento	<b>(361.677)</b>	<b>(1.256.136)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(16.173.724)	–
Caixa líquida das actividades de financiamento	<b>(16.173.724)</b>	–
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>419.160.752</b>	<b>(3.002.774)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.744.125	15.746.899
Caixa e seus equivalentes no fim do período	431.904.877	12.744.125





# Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

## 1. Nota Introdutória

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como *Corporate Finance*, *Project Finance*, Corretagem, Renda Fixa, *Research* e Capital de Risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha. A Sucursal em Espanha foi constituída em 29 de Outubro de 2004, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Janeiro de 2005.

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa – Banco de Investimento (Grupo).

Conforme descrito na Nota 22, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Fevereiro de 2006.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias e associadas em 31 de Dezembro de 2005 encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2005 são as primeiras apresentadas pelo Grupo de acordo com os IFRS. Deste modo, tal como definido na Norma "IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, bem como no Decreto-Lei nº 36/92, de 26 de Março. As principais diferenças entre os dois normativos e os impactos de transição para as IFRS são explicados na Nota 34.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Conforme permitido pelo IFRS 1, o Grupo não reflectiu na informação comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (Norma IAS 32 – "Instrumentos

financeiros – divulgação e apresentação” e Norma IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas consolidadas de 2004, nomeadamente os constantes do Plano de Contas para o Sector Bancário (ver Nota 2.6. e)). No entanto, os saldos relativos a instrumentos financeiros foram classificados nas diversas rubricas do balanço e da demonstração de resultados em conformidade com as disposições das Normas IAS 32 e IAS 39, de forma a facilitar a comparação com os correspondentes saldos do período corrente.

## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

O exercício das empresas Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland termina em 30 de Novembro. No processo de consolidação em 2005 e 2004, foram utilizadas as demonstrações financeiras intercalares provisórias em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

## 2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O *goodwill* é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas.



As aquisições de subsidiárias com o objectivo de venda num prazo não superior a um ano são classificadas de acordo com a Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 12).

## 2.4. Investimentos em associadas

Consideram-se empresas “associadas” aquelas sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situa, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, sendo o valor subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das empresas associadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a utilização dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill” correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade anuais.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

## 2.5. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, todas as empresas do Grupo tinham como moeda funcional o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.6. Instrumentos financeiros

### a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

### **i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

### **ii) Empréstimos e contas a receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das categorias de activos financeiros referidas anteriormente. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### **iii) Activos financeiros disponíveis para venda**

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade e os investimentos da área de capital de risco do Grupo, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

### **Justo valor**

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.



O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Grupo independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- o Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- o Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

i) Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;

ii) Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;

iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- o Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da actividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

i) Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;

ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;

iii) Fluxos de caixa descontados;

iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;

v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

Caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações, a respectiva valorização contabilística não poderá exceder o valor actual do preço de saída.

Aos valores obtidos com base nas metodologias de avaliação acima descritas é aplicado, caso se justifique, um factor de desconto de forma a reflectir a iliquidez dos títulos e/ou o risco de crédito da contraparte nos acordos celebrados.

- o Os restantes instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

## **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

### **i) Passivos financeiros detidos para negociação**

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

## ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

## c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

### Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.



Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

### Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- o Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- o Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- o Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

### d) Imparidade de activos financeiros

#### Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Crédito a clientes, Aplicações em instituições de crédito e Outros activos.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo e numa base colectiva quanto a activos homogéneos, cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- o Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- o Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- o Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- o Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- o Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- o Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos *cash-flows* futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Os activos que não foram objecto de análise específica foram incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo sido classificados para este efeito em grupos homogêneos com características de risco similares. Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, tal como referido no parágrafo anterior.

Dada a inexistência de um histórico relevante ao nível do Banco, as perdas por imparidade calculadas na análise colectiva foram determinadas com base em parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O montante apurado de imparidade é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Sempre que aplicável, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada, mediante aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados.

#### **Activos financeiros disponíveis para venda**

Conforme referido na Nota 2.6. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.



### e) Políticas contabilísticas reflectidas nas demonstrações financeiras comparativas

Conforme referido na Nota 2.1, o Grupo optou por não reflectir na informação financeira comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas consolidadas de 2004, nomeadamente os definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário. Apresenta-se de seguida uma descrição resumida das áreas em que estes princípios contabilísticos divergem dos IFRS. O impacto em capital próprio da adopção destas normas em 1 de Janeiro de 2005 é apresentado na Nota 34.

#### Carteira de títulos

Os títulos eram classificados em função das suas características e atendendo à intenção de manutenção em carteira quando da sua aquisição, nas seguintes categorias:

**Títulos de negociação** - Compreendiam os títulos adquiridos com o objectivo de venda, até um prazo que não poderia exceder seis meses. Estes títulos eram valorizados ao justo valor. As variações no justo valor eram reconhecidas em resultados, com excepção de diferenças de reavaliação referentes a acções que não integravam índices definidos pelo Banco de Portugal. Nestes casos, as mais-valias potenciais eram diferidas em “Outros activos”.

**Títulos de investimento** - Compreendiam os títulos em carteira cujo período de detenção fosse superior, em regra, a seis meses, visando a obtenção de um rendimento estável, sem o objectivo de exercer influência na gestão da entidade emissora. Estes títulos eram valorizados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

**Participações** – Esta rubrica incluía as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido fosse igual ou inferior a 50% ou, sendo superior, não fossem estratégicas para a actividade do Grupo. Estas participações eram registadas ao custo. As provisões para menos-valias eram registadas com base nos seguintes critérios:

- o De acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal, era obrigatório o provisionamento da totalidade das menos-valias latentes caso a empresa participada se encontrasse numa das situações previstas no Aviso, incluindo a apresentação de resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos, encontrar-se em insolvência ou falência, ter cessado a actividade, etc.;
- o De acordo com o Aviso nº 4/2002, de 25 de Junho do Banco de Portugal as menos-valias latentes eram determinadas face à cotação média dos últimos seis meses, para empresas com acções cotadas em mercados organizados, e face a 150% do valor contabilístico dos capitais próprios da participada, para as restantes. Ao abrigo do referido Aviso eram constituídas provisões nos casos em que a menos valia latente numa participação excedia 15% do valor de balanço, devendo a provisão corresponder, pelo menos, a 40% desse excesso. Para as participações que já se encontravam em carteira em 31 de Dezembro de 2001, tinha ainda sido definido um período transitório de entre 5 e 10 anos para provisionamento das menos-valias apuradas ao abrigo do Aviso, tendo estas provisões até 2004 sido reflectidas por contrapartida de reservas. No exercício de 2004, as menos-valias reflectidas em reservas ascenderam a 274.160 Euros.

Σ

**Acções próprias** – As acções próprias detidas pelo Banco eram registadas no activo ao custo de aquisição.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, os saldos relativos a títulos e participações financeiras foram reclassificados para as categorias definidas na Norma IAS 39, em função da classificação adoptada pelo Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2005. O valor líquido de balanço manteve-se inalterado, tendo no entanto as provisões para menos-valias nas carteiras de investimento e participações financeiras sido deduzidas ao saldo do correspondente activo. As acções próprias foram reclassificadas para o capital próprio.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente do reconhecimento de mais-valias potenciais na anterior carteira de investimento e no registo de perdas por imparidade em participações financeiras para além das já reconhecidas ao abrigo do Aviso nº 4/2002 (Nota 34).

#### **Derivados e contabilidade de cobertura**

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os derivados de negociação eram registados ao justo valor, com excepção das operações “swap” de divisas. Neste caso, o segmento a prazo das operações, deduzido do prémio ou desconto a amortizar, era incluído na reavaliação da posição cambial à vista. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado eram amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

As operações de cobertura não eram normalmente reavaliadas, sendo os resultados reconhecidos de forma consistente com os do elemento coberto, que na maioria das situações se encontrava registado ao custo. Deste modo, no caso dos *swaps* de taxa de juro, eram apenas reconhecidos os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, foram reclassificados para as rubricas “Derivados de cobertura com reavaliação positiva e negativa” os juros a receber e a pagar de operações que foram classificadas como de cobertura em 1 de Janeiro de 2005. Os restantes saldos relacionados com derivados foram reflectidos nas rubricas de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados, com excepção dos prémios recebidos em operações extrapatrimoniais (Notas 10 e 21).

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente da valorização ao justo valor dos derivados e da valorização dos elementos cobertos. Dado tratarem-se de operações de cobertura “back-to-back”, o impacto foi reduzido (Nota 34).

#### **Provisões para riscos de crédito**

As provisões eram constituídas pelo Grupo de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal a este respeito, nomeadamente o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro. Neste sentido, eram constituídas as seguintes provisões:

**Provisão para crédito e juros vencidos** – Incidia sobre as prestações vencidas de capital e juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependiam do tipo de garantias existentes e eram função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

**Provisão para créditos de cobrança duvidosa** – Incidia sobre o capital vincendo relativo a créditos concedidos com prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas, de acordo com critérios específicos definidos pelo Banco de Portugal. As percentagens provisionadas correspondiam, no todo ou em parte, às aplicadas relativamente ao crédito vencido das operações. De referir que os créditos nestas condições eram considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

O Banco constituía ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, com base numa análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos.

**Provisão para riscos gerais de crédito** - Encontrava-se registada no passivo, e destinava-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados. Esta provisão era calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação



- financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, os saldos relativos às provisões acima referidas foram mantidos, tendo a parcela da provisão para riscos gerais de crédito correspondente a crédito concedido sido transferida para o activo, sendo apresentada como uma dedução ao valor do crédito concedido.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 correspondeu à diferença entre o montante da imparidade calculado de acordo com os princípios definidos na Nota 2.6. d) acima, e a totalidade das provisões constituídas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 34).

### Outras situações

De acordo com os IFRS, certas comissões e outros custos ou proveitos recebidos e pagos relativos a operações de crédito e outros instrumentos financeiros são incluídos no custo amortizado e reconhecidos como custos ou proveitos ao longo da operação, pelo método da taxa de juro efectiva. Conforme permitido pelo normativo anterior, estes custos e proveitos eram registados no momento do seu pagamento ou recebimento.

De acordo com as regras do Banco de Portugal, a diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso de instrumentos financeiros era normalmente reconhecida em resultados de forma linear até à data de vencimento, sendo no caso de títulos de investimento a amortização reconhecida em rubricas de "Resultados em operações financeiras". De acordo com os IFRS, esta diferença é reconhecida em resultados através do método da taxa efectiva, sendo reflectida na margem financeira.

## 2.7. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

De acordo com a Norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas", os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica deverá ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- o A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- Σ o O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- o Existe a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica inclui os activos e passivos da Nutricafés - Cafés e Restauração, S.A. ("Nutricafés"). Conforme descrito em maior detalhe nas Notas 4 e 12, esta empresa foi adquirida pelo Grupo no final de 2005, com o objectivo de vir a ser alienada a curto prazo. Deste modo, os activos e passivos da Nutricafés, bem como o "goodwill" gerado na aquisição, foram registados em "Activos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda". Não foi reflectida qualquer desvalorização, dado ser convicção do Grupo que o valor de venda da Nutricafés, deduzido dos custos a incorrer na venda, será superior ao respectivo valor líquido de balanço em 31 de Dezembro de 2005.

## 2.8. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito da referida reavaliação, uma vez que o seu resultado, no momento em que foi efectuada, correspondia genericamente ao custo ou custo depreciado de acordo com as IFRS ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços.

## 2.9. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

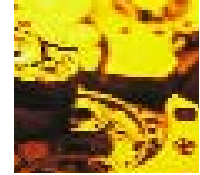
As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

## 2.10. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são registadas como custos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## 2.11. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do Banco são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior do Banco na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (Caixa Desenvolvimento) está sujeita ao regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 318/94, de 24 de Dezembro e pelo Decreto-Lei nº 378/98, de 30 de Dezembro).

Ao abrigo deste regime, os lucros distribuídos à Caixa Desenvolvimento pelas suas participadas são integralmente excluídos de tributação em sede de IRC.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento aplicou às mais-valias e menos-valias obtidas nos exercícios de 1999 e 2000, decorrentes da troca ou venda de quotas ou acções de que era titular, o regime de diferimento de tributação destes rendimentos, então estabelecido no Código do IRC. Nos termos da legislação em vigor nesses exercícios, a Caixa Desenvolvimento tinha essa possibilidade sempre que o valor de realização associado à mais-valia fiscal "excluída" de tributação fosse reinvestido, total ou parcialmente, na aquisição de quotas, acções ou títulos emitidos pelo Estado, no prazo aí fixado. As mais-valias obtidas na alienação de participações nos exercícios de 1999 e 2000 foram deduzidas à matéria colectável por ser intenção do Conselho de Administração da Caixa Desenvolvimento proceder ao seu reinvestimento nos três exercícios seguintes. Face ao regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2002, quando fossem alienados os investimentos nos quais a Caixa Desenvolvimento tivesse efectuado o reinvestimento, a respectiva mais-valia calculada face ao custo de aquisição das participações vendidas em 1999 e 2000 seria tributada de forma escalonada por um período de dez anos, caso se verificasse novo reinvestimento do valor de realização. Neste sentido, e relativamente às mais-valias obtidas nos referidos anos de 1999 e 2000, afectas a investimentos alienados até 31 de Dezembro de 2004, as mesmas começaram a ser tributadas pelo referido período de 10 anos, tendo o Grupo registado o respectivo passivo por impostos diferidos.

No exercício de 2005 a Caixa Desenvolvimento optou por tributar, ao abrigo do regime previsto no número 8 do artigo 32º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2002, 50% das mais-valias suspensas, obtidas nos anos de 1999 e 2000, referentes a títulos que não tinham sido alienados até 31 de Dezembro de 2004. Esta opção não está condicionada à exigência de novo reinvestimento. Relativamente a estas mais-valias, foi anulado o respectivo passivo por impostos diferidos, o qual foi compensado em apenas 50% pelo custo registado como imposto corrente do exercício de 2005.

Em 2003 e 2004 a Caixa Desenvolvimento alienou títulos aos quais haviam sido imputadas mais-valias obtidas nos anos de 1999 e 2000, tendo ficado com a obrigação de reinvestir o valor de realização desses

títulos. Tendo em consideração o reinvestimento efectuado em 2005, em 31 de Dezembro de 2005, o diferimento de tributação das mais-valias implicava uma necessidade de reinvestimento adicional de aproximadamente 2.623.605 Euros, o qual deverá ser totalmente concretizado até 31 de Dezembro de 2006.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de *goodwill*;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões, reavaliações legais de activos tangíveis, reavaliações de instrumentos financeiros derivados, mais-valias na alienação de participações (ver acima), bem como benefícios fiscais concedidos à actividade de capital de risco.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

## 2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.



As provisões destinam-se a fazer face a:

- o Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes;
- o Contingências fiscais, legais e outras.

### 2.13. Benefícios dos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco, equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2005 e 2004, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 296.838 Euros e 270.309 Euros, respectivamente (Nota 29).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

As restantes empresas do Grupo não têm responsabilidades com pensões.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### 2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.6, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas como custos ou proveitos ao longo do período da operação, pelo método da taxa de juro efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

### 2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

### 2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

## 2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Grupo são descritas na Nota 2. Na aplicação destas políticas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

### DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITO CONCEDIDO

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada com base em parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

### VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.6. a), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

### DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.6. d), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, incluindo os afectos à actividade de risco, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Grupo.

### DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das filiais sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.



### 3. Relato por Segmentos

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Banco adoptou os segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de originação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

#### **Corporate Finance**

Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Acções, bem como a actividade de Project Finance.

#### **Trading and sales**

Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.

#### **Corretagem**

Inclui a actividade de intermediação financeira.

#### **Banca comercial**

Inclui a originação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.

#### **Capital de risco**

A actividade de capital de risco do Grupo CGD continuou, em 2005, a ser desenvolvida através da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (que, para além de concentrar toda a actividade operacional é também a sociedade gestora de dois fundos de capital de risco) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (vencionada principalmente para participar nas operações de carácter estratégico e com maior potencial de valorização).

#### **Outros**

Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Em 2005 e 2004, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2005						Total	
	Corporate Finance	Trading and Sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros		
Juros e rendimentos similares	8.685.837	13.065.892	184.013	10.544.563	3.089.059	108.880	35.678.244	
Juros e encargos similares	(6.068.633)	(9.128.896)	(128.567)	(7.367.291)	(2.158.268)	(76.072)	(24.927.727)	
	<b>I</b>	<b>2.617.204</b>	<b>3.936.996</b>	<b>55.446</b>	<b>3.177.272</b>	<b>930.791</b>	<b>32.808</b>	<b>10.750.517</b>
Rendimentos de serviços e comissões	20.639.501	228.344	7.551.571	6.680.928	1.593.899	23.534	36.717.777	
Encargos com serviços e comissões	(930)	(110.620)	(1.184.816)	(6.276)	(10.257)	(35.597)	(1.348.496)	
	<b>II</b>	<b>20.638.571</b>	<b>117.724</b>	<b>6.366.755</b>	<b>6.674.652</b>	<b>1.583.642</b>	<b>(12.063)</b>	<b>35.369.281</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	–	41.898	–	–	89.586	–	131.484	
Resultados em operações financeiras	(456.255)	1.663.924	(6.915)	881.993	6.004.668	(238.891)	7.848.524	
	<b>III</b>	<b>(456.255)</b>	<b>1.705.822</b>	<b>(6.915)</b>	<b>881.993</b>	<b>6.094.254</b>	<b>(238.891)</b>	<b>7.980.008</b>
Provisões líquidas de anulações	–	–	–	–	–	33.957	33.957	
	<b>IV</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>33.957</b>	<b>33.957</b>	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(960.715)	(34)	(2.043)	19.336	178.528	(299.041)	(1.063.969)	
	<b>V</b>	<b>(960.715)</b>	<b>(34)</b>	<b>(2.043)</b>	<b>19.336</b>	<b>(299.041)</b>	<b>(1.063.969)</b>	
Outros resultados de exploração	194.251	337	41.610	57.640	20.807	584.059	898.704	
	<b>VI</b>	<b>194.251</b>	<b>337</b>	<b>41.610</b>	<b>57.640</b>	<b>584.059</b>	<b>898.704</b>	
<b>Total</b>	<b>22.033.056</b>	<b>5.760.845</b>	<b>6.454.853</b>	<b>10.810.893</b>	<b>8.808.022</b>	<b>100.829</b>	<b>53.968.498</b>	
Outros custos e proveitos							(28.964.151)	
<b>Resultado líquido consolidado</b>							<b>25.004.347</b>	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	28.865.244	379.549.108	–	41.967.657	–	–	450.382.009	
Activos financeiros disponíveis para venda	–	4.601.473	–	–	16.800.048	–	21.401.521	
Crédito a clientes	295.291.277	–	8.876.729	327.093.171	–	7.775.674	639.036.851	
Recursos de outras instituições de crédito	221.637.526	274.977.598	67.424.648	589.108.206	42.048.385	23.726.533	1.218.922.896	
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.527.258	8.152	6.694.254	81.990.384	–	–	109.220.048	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	–	17.382.371	–	–	–	–	17.382.371	
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	–	2.539.975	–	–	–	–	2.539.975	
<b>Activo líquido total</b>	<b>324.156.521</b>	<b>402.169.177</b>	<b>98.612.088</b>	<b>861.601.688</b>	<b>61.497.971</b>	<b>37.701.302</b>	<b>1.782.738.747</b>	



	2004						
	Corporate Finance	Trading and Sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5.836.949	13.009.390	227.146	7.137.644	1.388.897	–	27.600.026
Juros e encargos similares	(3.860.071)	(7.844.050)	(149.510)	(4.836.597)	(2.164)	8.750	(16.683.642)
<b>I</b>	<b>1.976.878</b>	<b>5.165.340</b>	<b>77.636</b>	<b>2.301.047</b>	<b>1.386.733</b>	<b>8.750</b>	<b>10.916.384</b>
Rendimentos de serviços e comissões	21.920.683	234.028	6.830.356	7.248.382	1.706.217	2.820	37.942.486
Encargos com serviços e comissões	(1.469.705)	(167.590)	(1.259.175)	–	(441)	(2.820)	(2.899.731)
<b>II</b>	<b>20.450.978</b>	<b>66.438</b>	<b>5.571.181</b>	<b>7.248.382</b>	<b>1.705.776</b>	<b>–</b>	<b>35.042.755</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	–	–	299.805	–	299.805
Resultados em operações financeiras	105.677	575.323	(127.645)	–	1.471.873	132.399	2.157.627
<b>III</b>	<b>105.677</b>	<b>575.323</b>	<b>(127.645)</b>	<b>–</b>	<b>1.701.678</b>	<b>132.399</b>	<b>2.387.432</b>
Provisões líquidas de anulações	–	–	–	–	–	342.893	342.893
<b>IV</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>342.893</b>	<b>342.893</b>
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(515.842)	(133)	(30.118)	(1.196.552)	–	466.848	(1.275.797)
<b>V</b>	<b>(515.842)</b>	<b>(133)</b>	<b>(30.118)</b>	<b>(1.196.552)</b>	<b>–</b>	<b>466.848</b>	<b>(1.275.797)</b>
Outros resultados de exploração	–	–	–	–	–	(547.019)	(547.019)
<b>VI</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(547.019)</b>	<b>(547.019)</b>
<b>Total</b>	<b>22.017.691</b>	<b>5.806.968</b>	<b>5.491.054</b>	<b>8.352.877</b>	<b>4.794.187</b>	<b>403.871</b>	<b>46.866.648</b>
Outros custos e proveitos							(24.625.481)
<b>Resultado líquido consolidado</b>							<b>22.241.167</b>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	140.968.675	306.173.299	–	6.217.182	–	–	453.359.156
Activos financeiros disponíveis para venda	–	2.983.481	–	–	78.266.220	–	81.249.701
Crédito a clientes	194.431.232	–	8.658.122	198.428.108	16.688	5.599.679	407.133.829
Recursos de outras instituições de crédito	216.333.924	231.329.184	23.572.461	130.855.761	78.936.094	22.634.289	703.661.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.839.650	–	4.358.067	55.073.778	–	796.028	81.067.523
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	–	9.697.095	–	–	–	–	9.697.095
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	–	123.980	–	–	–	–	123.980
<b>Activo líquido total</b>	<b>337.227.608</b>	<b>360.602.655</b>	<b>36.745.438</b>	<b>203.981.763</b>	<b>123.047.878</b>	<b>35.282.988</b>	<b>1.096.888.330</b>

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio foi efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos.

Em 2005 e 2004, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por mercados geográficos é a seguinte:

	2005		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	34.093.031	1.585.213	35.678.244
Juros e encargos similares	(24.927.628)	(99)	(24.927.727)
	<b>I 9.165.403</b>	<b>1.585.114</b>	<b>10.750.517</b>
Rendimentos de serviços e comissões	36.584.664	133.113	36.717.777
Encargos com serviços e comissões	(1.341.280)	(7.216)	(1.348.496)
	<b>II 35.243.384</b>	<b>125.897</b>	<b>35.369.281</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	131.484	–	131.484
Resultados em operações financeiras	8.216.096	(367.572)	7.848.524
	<b>III 8.347.580</b>	<b>(367.572)</b>	<b>7.980.008</b>
Provisões líquidas de anulações	33.957	–	33.957
	<b>IV 33.957</b>	–	<b>33.957</b>
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1.111.685)	47.716	(1.063.696)
	<b>V (1.111.685)</b>	<b>47.716</b>	<b>(1.063.696)</b>
Outros resultados de exploração	896.269	435	898.704
	<b>VI 896.269</b>	<b>435</b>	<b>898.704</b>
<b>Total</b>	<b>52.576.908</b>	<b>1.391.590</b>	<b>53.968.498</b>
Outros custos e proveitos			(28.964.151)
<b>Resultado líquido consolidado</b>			<b>25.004.347</b>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	414.861.015	35.520.994	450.382.009
Activos financeiros disponíveis para venda	21.401.521	–	21.401.521
Crédito a clientes	621.266.285	17.770.566	639.036.851
Recursos de outras instituições de crédito	1.218.922.896	–	1.218.922.896
Recursos de clientes e outros empréstimos	109.220.048	–	109.220.048
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	17.382.371	–	17.382.371
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	2.539.975	–	2.539.975
<b>Activo líquido total</b>	<b>1.729.337.227</b>	<b>53.401.520</b>	<b>1.782.738.747</b>



	2004		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	26.559.151	1.040.875	27.600.026
Juros e encargos similares	(16.683.642)	–	(16.683.642)
<b>I</b>	<b>9.875.509</b>	<b>1.040.875</b>	<b>10.916.384</b>
Rendimentos de serviços e comissões	37.942.486	–	37.942.486
Encargos com serviços e comissões	(2.892.145)	(7.586)	(2.899.731)
<b>II</b>	<b>35.050.341</b>	<b>(7.586)</b>	<b>35.042.755</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	229.805	–	229.805
Resultados em operações financeiras	2.278.439	(120.812)	2.157.627
<b>III</b>	<b>2.508.244</b>	<b>(120.812)</b>	<b>2.387.432</b>
Provisões líquidas de anulações	342.893	–	342.893
<b>IV</b>	<b>342.893</b>	–	<b>342.893</b>
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1.275.797)	–	(1.275.797)
<b>V</b>	<b>(1.275.797)</b>	–	<b>(1.275.797)</b>
Outros resultados de exploração	(547.019)	–	(547.019)
<b>VI</b>	<b>(547.019)</b>	–	<b>(547.019)</b>
<b>Total</b>	<b>45.954.171</b>	<b>912.477</b>	<b>46.866.648</b>
Outros custos e proveitos			(24.625.481)
<b>Resultado líquido consolidado</b>			<b>22.241.167</b>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	414.620.503	38.738.653	453.359.156
Activos financeiros disponíveis para venda	81.249.701	–	81.249.701
Crédito a clientes	407.133.829	–	407.133.829
Recursos de outras instituições de crédito	703.661.713	–	703.661.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	81.067.523	–	81.067.523
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	9.697.095	–	9.697.095
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	123.980	–	123.980
<b>Activo líquido total</b>	<b>1.058.149.677</b>	<b>38.738.653</b>	<b>1.096.888.330</b>

## 4. Empresas do Grupo e Transacções ocorridas no Período

Os dados financeiros retirados das contas individuais provisórias das entidades incluídas no perímetro de consolidação, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação efectiva	Data	Activo	Lucro (Prejuízo)	Situação Líquida
Caixa-Banco de Investimento, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-05	1.353.291.143	19.463.277	172.376.940
Caixa Ireland Limited	Dublin	100,00%	30-11-05	39.133.318	(2.202)	39.130.084
Caixa Investments Ireland	Dublin	100,00%	30-11-05	39.481.057	400.297	39.378.191
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-05	111.703.093	1.936.568	41.495.138
Caixa-Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-05	25.387.006	5.775.777	23.876.272
Inbepor, SGPS, S.A.	Lisboa	55,00%	31-12-05	487.050.000	(2.467.896)	122.532.104

A situação líquida da Caixa Ireland Limited e da Caixa Desenvolvimento inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco, nos montantes de 39.083.397 Euros e 27.284.245 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a situação líquida da Inbepor, SGPS, S.A. inclui prestações suplementares concedidas pela Caixa Desenvolvimento no montante de 68.722.500 Euros.

A Caixa Ireland Limited é uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu activo é composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland é uma sociedade com sede na República da Irlanda e tem como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários. A situação líquida destas empresas reflecte já a aplicação de resultados e o respectivo pagamento de dividendos ao Banco em 2005, no valor de 260.000 Euros (875.000 Euros no exercício de 2004) (Nota 23).

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Sociedade tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe.

Em 2 de Novembro de 2005, a Caixa Desenvolvimento celebrou dois Contratos relativos à aquisição de acções da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (“Compal”) e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. (“Nutricafés”). As principais condições definidas nos Contratos são as seguintes:

- A Caixa Desenvolvimento e a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A. (Sumolis), em conjunto os “Compradores”, comprometem-se a adquirir acções representativas da totalidade do capital social da Compal e da Nutricafés, bem como suprimentos e prestações suplementares prestados a estas entidades.
- O preço das acções a adquirir foi fixado em 365.000.000 Euros e 61.000.000 Euros, respectivamente, para as acções da Compal e da Nutricafés. O preço foi determinado tendo em conta pressupostos



relativos a indicadores financeiros da Compal e Nutricafés em 30 de Setembro de 2005, podendo ser objecto de correcção se, em resultado de auditorias a efectuar às contas das entidades, os referidos indicadores financeiros não vierem a verificar-se.

o Nos termos dos Contratos, a aquisição das acções será efectuada através de uma sociedade a constituir, cujo capital será detido em 80% pela Caixa Desenvolvimento e nos restantes 20% pela Sumolis. Neste contexto, foi constituída em Dezembro de 2005 a Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A. (Inbepor), com um capital de 50.000 Euros, tendo ainda em 2005 sido realizadas pelos accionistas prestações suplementares num total de 124.950.000 Euros. A Caixa Desenvolvimento cedeu acções representativas de 25% do capital da Inbepor ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital.

o Na data dos Contratos, o custo de aquisição e as acções foram desde logo depositados numa “escrow account” junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 6). No entanto, a concretização das transacções ficou sujeita à obtenção das autorizações/declarações de não oposição da Autoridade da Concorrência. Até à obtenção das referidas autorizações, os Compradores não poderiam nomear qualquer elemento para os órgãos de gestão das empresas a adquirir, nem exercer controlo sobre a sua gestão.

o A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Nutricafés foi decidida em 23 de Dezembro de 2005, tendo ainda neste mês a gestão da empresa sido transferida para os Compradores. Deste modo, a Nutricafés foi incluída no perímetro de consolidação ainda no exercício de 2005. No entanto, dada a intenção de venda desta participação a curto prazo, a mesma foi registada de acordo com a Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” (Nota 12). A transferência do controlo sobre a Compal ocorreu apenas no exercício de 2006 (ver Nota 35).

## 5. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Caixa	2.846	2.846
Depósitos a ordem em Bancos Centrais	1.438.944	2.658.082
	<b>1.441.790</b>	<b>2.660.928</b>

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## 6. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Cheques a cobrar		
No País	1.903	929.975
Depósitos à ordem		
No País	429.380.877	5.982.940
No Estrangeiro	1.080.307	3.170.282
	<b>430.461.184</b>	<b>9.153.222</b>
	<b>430.463.087</b>	<b>10.083.197</b>

Os valores a cobrar de instituições de crédito correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo de “Depósitos à ordem” inclui 426.000.000 Euros relativos a um depósito da Inbepor junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinado à aquisição das participações na Compal e na Nutricafés (Nota 4).

## 7. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Mercado Monetário Interbancário	2.000.0000	–
Depósitos a prazo		
No País	18.063.496	13.302.015
	<b>20.063.496</b>	<b>13.302.015</b>
Juros a receber	100.831	101.542
	<b>20.164.327</b>	<b>13.403.557</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as aplicações em instituições de crédito tinham vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte, eram denominadas em Euros e remuneradas às seguintes taxas de juro médias anuais:

	2005	2004
Mercado Monetário Interbancário	2,32%	–
Depósitos a prazo	2,96%	3,28%



## 8. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005			2004		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De emissores públicos						
Obrigações	18.968.501	48.331.776	67.300.277	19.385.914	47.315.272	66.701.186
De organismos financeiros internacionais	–	1.263.632	1.263.632	–	1.260.984	1.260.984
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos						
De residentes	15.988.996	124.176.531	140.165.527	2.504.644	147.746.193	150.250.837
De não residentes	29.428.741	190.870.103	220.298.844	58.747.478	164.689.072	223.436.550
	<b>64.386.238</b>	<b>364.642.042</b>	<b>429.028.280</b>	<b>80.638.036</b>	<b>361.011.521</b>	<b>441.649.557</b>
<b>Instrumentos de capital</b>						
De residentes	577.827	166.815	744.642	1.011.081	127.410	1.138.491
De não residentes	–	3.268.408	3.268.408	–	3.125.414	3.125.414
	<b>577.827</b>	<b>3.435.223</b>	<b>4.013.050</b>	<b>1.011.081</b>	<b>3.252.824</b>	<b>4.263.905</b>
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</b>	17.340.679	–	17.340.679	7.445.694	–	7.445.694
	<b>82.304.744</b>	<b>368.077.265</b>	<b>450.382.009</b>	<b>89.094.811</b>	<b>364.264.345</b>	<b>453.359.156</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Banco detinha títulos da dívida pública dados em garantia cujo valor nominal ascendia a 45.000.000 Euros (Nota 20).

## 9. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De dívida publica portuguesa	<b>608.709</b>	<b>49.633.683</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções		
- Emitidos por residentes		
Valorizados ao justo valor	31.181.704	31.424.802
Valorizados ao custo histórico	7.297	7.297
- Emitidos por não residentes	3.278.660	2.936.642
	<b>34.467.661</b>	<b>34.368.741</b>
<b>Imparidade (Nota 31)</b>	(13.770.511)	(2.848.384)
	<b>20.697.150</b>	<b>31.520.357</b>
<b>Unidades de participação</b>	95.662	95.662
	<b>20.792.812</b>	<b>31.616.019</b>
	<b>21.401.521</b>	<b>81.249.701</b>

O movimento na rubrica relativo a “Instrumentos de capital – acções” no exercício de 2005 foi o seguinte:

	31.12.2004		Adopção da IAS 39		
	Valor de aquisição	Imparidade (Nota 31)	Valor líquido	Resultados Transitados (Nota 34)	Reservas (Nota 34)
<b>Participações detidas pelo Banco</b>					
SAG Gest, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4.999.760	(667.910)	4.331.850	(1.733.200)	–
Corporation Interamericana para el Financiamento de Infraestructuras	2.936.642	–	2.936.642	(1.837.740)	–
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	260.460	(220.918)	39.542	(39.542)	–
Marconi	7.297	–	7.297	–	–
	<b>8.204.159</b>	<b>(888.828)</b>	<b>7.315.331</b>	<b>(3.610.482)</b>	–
<b>Participações detidas pela Caixa Desenvolvimento</b>					
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	7.891.778	(1.046.041)	6.845.737	(6.845.737)	–
Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.	5.000.000	–	5.000.000	(2.227.301)	–
Visabeira Indústria, SGPS, S.A.	2.899.995	–	2.899.995	–	315.645
NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A.	1.608.750	–	1.608.750	–	(361.884)
	<b>17.400.523</b>	<b>(1.046.041)</b>	<b>16.354.482</b>	<b>(9.073.038)</b>	<b>(46.239)</b>
<b>Participações detidas pela Caixa Capital</b>					
Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.	2.500.000	–	2.500.000	(1.113.650)	–
Portuvinus, SGPS, S.A.	2.288.750	–	2.288.750	–	(858.281)
Plataforma, SGPS, S.A.	1.000.000	–	1.000.000	–	31.267
Fespect - Serviços de Consultoria, S.A.	637.500	–	637.500	–	–
Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, S.A.	469.060	–	469.060	–	(195.951)
PMH, Produtos Médicos Hospitalares	319.598	–	319.598	–	71.803
Gresval - Fábrica de Produtos de Grés, S.A.	658.039	(460.627)	197.412	–	–
Prado Karton, S.A.	108.260	–	108.260	–	(76.446)
Visabeira Indústria, SGPS, S.A.	100.003	–	100.003	–	10.885
Visabeira, SGPS, S.A.	–	–	–	–	–
Outros inferiores a 100.000 Euros	682.849	(452.888)	229.961	(24.282)	3.799
	<b>8.764.059</b>	<b>(913.515)</b>	<b>7.850.544</b>	<b>(1.137.932)</b>	<b>(1.012.924)</b>
	<b>34.368.741</b>	<b>(2.848.384)</b>	<b>31.520.357</b>	<b>(13.821.452)</b>	<b>(1.059.163)</b>

(1) A participação na SAG Gest, SGPS, S.A. foi adquirida pelo Banco à Caixa Desenvolvimento em Setembro de 2005 pelo respectivo valor de mercado nessa data. Em resultado desta operação foi utilizada Imparidade no montante de 2.401.110 Euros.

A variação na reserva de justo valor registada no exercício de 2005, excluindo o efeito fiscal, ascende a 1.690.212 Euros, dos quais 1.690.407 Euros relativos a instrumentos de capital e uma variação negativa de 195 Euros relativos a instrumentos de dívida.

A participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Até 31 de Dezembro de 2004, o Banco reflectia as variações cambiais do custo de aquisição em resultados, dado que essa exposição se encontrava coberta através da tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. Dado ter sido determinada imparidade nesta participação com referência a 1 de Janeiro de 2005, o Banco manteve o custo de aquisição convertido à taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2004.

No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2005 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.



	Compras / (Vendas)	Varição na reserva de justo valor	Varição na imparidade	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2005
<b>Participações detidas pelo Banco</b>					
SAG Gest, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	(224.433)	779.040	–	–	3.153.257
Corporation Interamericana para el Financiamento de Infraestruturas	–	172.109	–	169.909	1.440.920
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. Marconi	–	–	–	–	7.297
	<b>(224.433)</b>	<b>951.149</b>	–	<b>169.909</b>	<b>4.601.474</b>
<b>Participações detidas pela Caixa Desenvolvimento</b>					
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	–	–	–	–	–
Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.	–	172.436	–	–	2.945.135
Visabeira Indústria, SGPS, S.A.	(2.899.995)	(315.645)	–	–	–
NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A.	–	64.805	–	–	1.311.671
	<b>(2.899.995)</b>	<b>(78.404)</b>	–	–	<b>4.256.806</b>
<b>Participações detidas pela Caixa Capital</b>					
Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.	–	86.218	–	–	1.472.568
Portuvinus, SGPS, S.A.	–	698.068	–	–	2.128.537
Plataforma, SGPS, S.A.	–	63.968	–	–	1.095.235
Fespect - Serviços de Consultoria, S.A. Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, S.A.	(637.500)	–	–	–	–
	940	27.158	–	–	301.207
PMH, Produtos Médicos Hospitalares	(319.598)	(71.803)	–	–	–
Gresval - Fábrica de Produtos de Grés, S.A.	(320.367)	–	122.955	–	–
Prado Karton, S.A.	–	8.334	–	–	40.148
Visabeira Indústria, SGPS, S.A.	(100.003)	(10.885)	–	–	–
Visabeira, SGPS, S.A.	6.600.005	–	–	–	6.600.005
Outros inferiores a 100.000 Euros	(62.500)	16.604	37.588	–	201.170
	<b>5.160.977</b>	<b>817.662</b>	<b>160.543</b>	–	<b>11.838.870</b>
	<b>2.036.549</b>	<b>1.690.407</b>	<b>160.543</b>	<b>169.909</b>	<b>20.697.150</b>

Os principais instrumentos de capital registados como “Activos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2005 e 2004:

#### Visabeira SGPS, S.A.

Em Dezembro de 2005, a Caixa Capital participou no aumento de capital da Visabeira, SGPS, S.A. através da subscrição de 708.155 acções de valor nominal unitário de 5 euros ao preço unitário de 9,32 Euros.

#### Visabeira Indústria, SGPS, S.A.

Em Dezembro de 2005, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital alienaram as suas participações na Visabeira Indústria, SGPS, S.A. por 3.585.082 Euros, tendo registado uma mais-valia de 585.085 Euros (Nota 27).

No âmbito desta operação, foram transmitidos ainda os suprimentos prestados a esta participada, pelo valor nominal de 1.500.000 Euros (Nota 17).

#### **Fespect – Serviços de Consultoria, S.A.**

Em Outubro de 2004, a Caixa Capital adquiriu 21.250 acções da Fespect – Serviços de Consultoria, S.A. pelo montante de 21.250 Euros. Adicionalmente, em Dezembro de 2004, participou no aumento de capital desta Sociedade através da subscrição de 616.250 acções com valor nominal de 1 Euro, pelo montante global de 616.250 Euros.

Adicionalmente, a Caixa Capital prestou suprimentos no montante de 1.644.511 Euros (Nota 17).

Em Dezembro de 2005, a Caixa Capital alienou a sua participação na Fespect – Serviços de Consultoria, S.A. pelo montante global de 6.289.438 Euros, tendo registado uma mais-valia de 5.651.938 Euros (Nota 27). Adicionalmente, no âmbito desta operação, a Caixa Capital transmitiu os suprimentos prestados à Fespect.

#### **PMH, Produtos Médicos Hospitalares, S.A.**

Em Abril de 2005, a Sociedade alienou a sua participação no capital da PMH, Produtos Médicos Hospitalares, S.A. por 397.708 Euros, tendo registado uma mais-valia de 78.110 Euros (Nota 27).

Adicionalmente, no âmbito desta operação, a Sociedade transmitiu os suprimentos prestados a esta participada, no montante de 89.639 Euros (Nota 17).

#### **Gresval – Fábrica de Produtos de Grés, S.A.**

Em Maio de 2005, a Caixa Capital alienou a sua participação na Gresval – Fábrica de Produtos de Grés, S.A. por 320.367 Euros, tendo ainda cedido créditos no montante de 51.751 Euros.

Do valor global desta transacção, 370.000 Euros serão liquidados em prestações semestrais crescentes entre Junho de 2006 e Dezembro de 2010. Esta operação gerou a reposição de Imparidade no montante de 122.955 Euros e a utilização de Imparidade no montante de 337.672 Euros. A reposição de Imparidade desta participada foi integralmente compensada pela constituição de Imparidade para o saldo devedor resultantes desta operação.

Os valores em dívida são remunerados a uma taxa de juro fixa.

#### **Portuvinus, SGPS, S.A.**

Em Dezembro de 2005, a Caixa Capital celebrou um contrato de promessa de alienação da participação na Portuvinus, SGPS, S.A. por 2.128.537 Euros, o qual prevê ainda a transmissão dos suprimentos concedidos a esta participada pelo respectivo valor nominal. Este contrato foi reflectido na valorização destes activos em 31 de Dezembro de 2005.

#### **NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A.**

Em 2004, a Caixa Desenvolvimento adquiriu 250.000 acções da NG – Negócios e Gestão, SGPS, S.A. representativas de 50% do capital social ao preço unitário de 0,5 Euros por acção.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento participou no aumento de capital desta sociedade através da subscrição de 1.358.750 acções preferenciais remíveis com valor nominal de 1 Euro, ao preço unitário de 1 Euro. Posteriormente, a Caixa Desenvolvimento efectuou a permuta das 250.000 acções ordinárias por 250.000 acções preferenciais remíveis, mediante o pagamento adicional de 125.000 Euros.

A Caixa Desenvolvimento prestou ainda suprimentos no montante de 1.599.877 Euros (Nota 17).

#### **Solidal – Condutores Eléctricos, S.A.**

Em Novembro de 2004, a Caixa Desenvolvimento alienou a sua participação na Solidal – Condutores Eléctricos, S.A. pelo montante global de 6.917.687 Euros. Esta operação originou uma mais-valia de 1.167.687 Euros (Nota 27) e a reversão de imparidade de outros activos financeiros no montante de 619.617 Euros.



#### **Cabelte - Projectos Internacionais, SGPS, S.A.**

Em Julho de 2004, a Caixa Capital alienou a sua participação na Cabelte - Projectos Internacionais, SGPS, S.A. por 2.844.608 Euros, tendo registado uma mais-valia de 100.108 Euros (Nota 27).

#### **Tegopi – Indústria Metalomecânica S.A.**

Em Novembro de 2004, a Caixa Capital alienou a sua participação na Tegopi – Indústria Metalomecânica, S.A. por 998.511 Euros, tendo registado uma mais-valia de 56.571 Euros (Nota 27).

#### **Fundição FSM Internacional, S.A.**

Em Janeiro de 2004, a Caixa Capital alienou a sua participação na Fundição FSM Internacional, S.A. por 335.197 Euros. Esta operação gerou uma mais-valia de 85.798 Euros (Nota 27) e a reversão de imparidade de outros activos financeiros no montante de 249.399 Euros (Nota 31).

Adicionalmente, a Caixa Capital anulou o ganho extraordinário reconhecido no exercício de 2003 no montante de 125.000 Euros referentes à indemnização recebida no âmbito do litígio por incumprimento de acordos celebrados relativamente a esta participada.

#### **Unifer – Indústrias Metalúrgicas, S.A.**

Em Novembro de 2004, ao abrigo do contrato de Promessa de Compra e Venda celebrado, a Caixa Capital alienou 31.500 acções da Unifer – Indústrias Metalúrgicas, S.A. por 217.350 Euros. Esta operação gerou uma mais-valia no montante de 60.229 Euros (Nota 27) e a reversão de imparidade de outros activos financeiros no montante de 157.121 Euros (Nota 31).

## 10. Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. c). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2005						
	Montante nocional			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
- Swaps							
Taxa de juro	948.966.122	14.574.700	963.540.822	17.082.400	(17.141.566)	(2.539.975)	(2.599.141)
- Caps	347.031.822	–	347.031.822	258.279	(240.805)	–	17.474
- Floors	280.132.690	–	280.132.690	–	–	–	–
	<b>1.576.130.634</b>	<b>14.574.700</b>	<b>1.590.705.334</b>	<b>17.340.679</b>	<b>(17.382.371)</b>	<b>(2.539.975)</b>	<b>(2.581.667)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
- Futuros							
Taxas de juro	23.095.346	–	23.095.346	–	–	–	–
	<b>1.599.225.980</b>	<b>14.574.700</b>	<b>1.613.800.680</b>	<b>17.340.679</b>	<b>(17.382.371)</b>	<b>(2.539.975)</b>	<b>(2.581.667)</b>

2004							
Montante nominal				Valor contabilístico			
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total		Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
- Swaps							
Taxa de juro	1.387.624.908	15.199.715	1.042.824.623	7.108.200	(10.579.264)	(123.980)	(3.595.044)
- Caps	331.492.760	-	331.492.760	337.494	(314.605)	-	22.889
- Floors	300.402.636	-	300.402.636	-	-	-	-
	<b>2.019.520.304</b>	<b>15.199.715</b>	<b>2.034.720.019</b>	<b>7.445.694</b>	<b>(10.893.869)</b>	<b>(123.980)</b>	<b>(3.572.155)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
- Futuros							
Taxas de juro	19.843.321	-	19.843.321	-	-	-	-
	<b>2.039.363.625</b>	<b>15.199.715</b>	<b>2.054.563.340</b>	<b>7.445.694</b>	<b>(10.893.869)</b>	<b>(123.980)</b>	<b>(3.572.155)</b>

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor contabilístico dos passivos detidos para negociação inclui 1.196.774 Euros relativos a prémios recebidos em *swaps* de taxa de juro registados em "Outros passivos" (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor contabilístico do elemento coberto pelos "Derivados de cobertura" ascende a 17.193.459 Euros, incluindo 2.409.751 Euros (Nota 11) relativos a correcções de valor.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2005						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	20.000.000	14.993.989	41.530.917	635.751.885	236.689.331	948.966.122
Cobertura	-	-	-	-	14.574.700	14.574.700
	<b>20.000.000</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>635.751.885</b>	<b>251.264.031</b>	<b>963.540.822</b>
- Caps						
Negociação	-	-	-	280.132.690	66.899.132	347.031.822
- Floors						
Negociação	-	-	-	280.132.690	-	280.132.690
	<b>20.000.000</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>1.196.017.265</b>	<b>318.163.163</b>	<b>1.590.705.334</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	23.095.346	-	-	-	-	23.095.346
	<b>43.095.346</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>1.196.017.265</b>	<b>318.163.163</b>	<b>1.613.800.680</b>



	2004					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
<i>- Swaps</i>						
Taxa de juro						
Negociação	95.717.958	739.000.000	7.500.000	432.630.817	112.776.133	1.387.624.908
Cobertura	-	-	-	-	15.199.715	15.199.715
	<b>95.717.958</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>432.630.817</b>	<b>127.975.848</b>	<b>1.402.824.623</b>
<i>- Caps</i>						
Negociação	-	-	-	300.402.636	31.090.124	331.492.760
<i>- Floors</i>						
Negociação	-	-	-	300.402.636	-	300.402.636
	<b>95.717.958</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>1.033.436.089</b>	<b>159.065.972</b>	<b>2.034.720.019</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
<i>- Futuros</i>						
Taxa de juro						
Negociação	19.843.321	-	-	-	-	19.843.321
	<b>115.561.279</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>1.033.436.089</b>	<b>159.065.972</b>	<b>2.054.563.340</b>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2005		2004
	Valor nacional	Valor contabilístico	Valor nacional
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>			
<i>Swaps de taxa de juro</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>	593.979.571	(6.059.437)	810.384.499
<i>Clientes</i>	369.561.251	3.460.296	592.440.124
	<b>963.540.822</b>	<b>2.599.141</b>	<b>1.402.824.623</b>
<i>Caps</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>	173.515.911	(240.805)	165.746.380
<i>Clientes</i>	173.515.911	258.279	165.746.380
	<b>347.031.822</b>	<b>17.474</b>	<b>331.492.760</b>
<i>Floors</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>	140.066.345	N/D	150.201.318
<i>Clientes</i>	140.066.345	N/D	150.201.318
	<b>280.132.690</b>	-	<b>300.402.636</b>
<i>Futuros</i>			
Em bolsa	23.095.346	-	19.843.321
	<b>1.613.800.680</b>	<b>(2.581.667)</b>	<b>2.054.563.340</b>

## 11. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Crédito interno		
Empréstimos	383.093.432	303.459.012
Créditos em conta corrente	43.129.346	19.354.701
Descobertos em depósitos à ordem	19.980.846	15.046.171
Outros créditos	7.830.974	6.887.212
Crédito ao exterior		
Empréstimos	188.616.064	65.463.496
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 10)	2.409.751	–
	<b>645.060.413</b>	<b>410.210.592</b>
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	2.593.613	2.098.303
Comissões associadas ao custo amortizado	(3.621.818)	–
	<b>644.032.208</b>	<b>412.308.895</b>
Crédito e juros vencidos	4.430.354	4.203.194
	<b>648.462.562</b>	<b>416.512.089</b>
Imparidade (Nota 31)	(9.425.711)	(9.378.260)
	<b>639.036.851</b>	<b>407.133.829</b>

O movimento na imparidade, durante os exercícios de 2005 e 2004, é apresentado na Nota 31.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	2005	2004
Até três meses	2.851.204	754.904
De três meses a um ano	71.891.095	36.698.202
De um a cinco anos	68.203.774	79.073.949
Mais de cinco anos	439.004.148	259.282.661
Descobertos e créditos em conta corrente	63.110.192	34.400.876
	<b>645.060.413</b>	<b>410.210.592</b>

Da imparidade registada em 31 de Dezembro de 2005, 5.661.147 Euros resultam de análise específica de clientes e 3.764.064 Euros de análise colectiva (Nota 2.6. d)). O valor nominal total dos créditos com imparidade ascende a 8.631.949 Euros, incluindo os montantes registados em crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o crédito vencido apresenta antiguidade superior a três anos, e encontra-se integralmente coberto pela imparidade.



Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes (valor nominal), excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

Sector de actividade	2005		2004	
	Valor	%	Valor	%
<b>Indústrias transformadoras:</b>				
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	137.472.289	21,3	65.395.536	15,9
Indústrias alimentares, de bebidas e tabaco	35.915.984	5,6	1.559.193	0,4
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	19.285.714	3,0	300.000	0,1
Indústria da pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	12.728.929	2,0	17.164.465	4,2
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	9.750.960	1,5	2.360.201	0,6
Indústria têxtil	9.669.934	1,5	–	–
Fabricação de material de transporte	8.000.000	1,2	–	–
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2.393.939	0,4	–	–
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	–	–	4.75.046	0,1
<b>Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas:</b>				
Actividades imobiliárias	16.984.450	2,6	15.199.715	3,7
Outras actividades	136.869.933	21,2	130.289.742	31,8
Transportes, armazenagem e comunicações	141.687.671	22,0	111.198.396	27,1
Construção	17.001.096	2,6	–	–
Alojamento e restauração	2.000.000	0,3	1.200.000	0,3
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	85.797.980	13,3	56.479.203	13,8
Crédito a particulares	9.501.534	1,5	8.589.095	2,0
	<b>645.060.413</b>	<b>100</b>	<b>410.210.592</b>	<b>100</b>

## 12. Activos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda

Em 31 de Dezembro de 2005, estas rubricas correspondem ao valor agregado dos activos e passivos da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. (Nutricafés), incluindo o “goodwill” gerado na aquisição desta subsidiária. Estes saldos foram reflectidos de forma agregada nesta rubrica de acordo com a Norma IFRS 5, dado esta filial ter sido adquirida com o objectivo de venda e existir a convicção por parte do Grupo de que a mesma será alienada no exercício de 2006. De facto, a participação na Nutricafés está no mercado para venda na modalidade de leilão competitivo, tendo o Banco já sido sondado por potenciais interessados na respectiva aquisição.

O valor contabilístico (sem imputação de justo valor) das principais categorias de activos e passivos da Nutricafés é apresentado no quadro seguinte.

<b>Activos não correntes detidos para venda</b>	
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	37.124.453
Existências	2.699.860
Clientes	5.108.514
Disponibilidades	223.504
Outros activos	1.533.651
	<b>46.689.982</b>
Goodwill (face ao valor contabilístico)	19.850.878
	<b>66.540.860</b>
<b>Passivos não correntes detidos para venda</b>	
Empréstimos bancários	(47)
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	(2.948.130)
Outros passivos	(2.592.683)
	<b>(5.540.683)</b>
<b>Custo de aquisição (Nota 4)</b>	<b>61.000.000</b>

### 13. Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					
	Saldo em 31.12.04		Aquisições	Amortiz. do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.05
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas				
Imóveis						
De serviço próprio	13.093.384	(2.501.847)	–	(168.764)	–	10.422.773
Outros imóveis	77.843	(77.843)	–	–	–	–
Equipamento						
Mobiliário e material	964.508	(891.121)	55.401	(38.738)	–	90.050
Material de transporte	302.367	(222.590)	36.600	(48.588)	(16.821)	50.968
Equipamento informático	1.004.541	(908.954)	140.799	(82.970)	–	153.416
Instalações inferiores	2.058.064	(1.845.011)	43.011	(56.098)	–	199.966
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	–	–	–	–
Máquinas e ferramentas	484.822	(418.994)	8.371	(20.328)	–	53.871
Outro equipamento	5.258	(4.067)	–	(136)	–	1.055
Imobilizado em locação financeira						
Material de transporte	1.577.056	(675.054)	475.373	(447.431)	(134.574)	795.370
	<b>19.807.930</b>	<b>(7.785.568)</b>	<b>759.555</b>	<b>(863.053)</b>	<b>(151.395)</b>	<b>11.767.469</b>



	2004					
	Saldo em 31.12.03		Aquisições	Amortiz. do exercício	Abates (liquido)	Valor líquido em 31.12.04
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas				
Imóveis						
De serviço próprio	13.093.384	(2.333.083)	–	(168.764)	–	10.591.537
Outros imóveis	77.843	(77.843)	–	–	–	–
Equipamento						
Mobiliário e material	1.016.562	(938.927)	30.648	(34.896)	–	73.387
Material de transporte	397.448	(292.430)	70.552	(64.791)	(31.002)	79.777
Equipamento informático	1.379.791	(1.256.807)	70.507	(82.242)	–	111.249
Instalações inferiores	2.007.067	(1.781.411)	40.947	(69.212)	–	197.391
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	–	–	–	–
Máquinas e ferramentas	454.137	(414.280)	56.864	(30.893)	–	65.828
Outro equipamento	5.258	(3.825)	–	(242)	–	1.191
Imobilizado em locação financeira						
Material de transporte	1.215.771	(566.170)	768.397	(402.089)	(113.907)	902.002
	<b>19.887.348</b>	<b>(7.904.863)</b>	<b>1.037.915</b>	<b>(853.129)</b>	<b>(144.909)</b>	<b>12.022.362</b>

## 14. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					
	Saldo em 31-12-04		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31-12-05
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Sistemas de tratamento automático de dados	3.489.666	(3.164.200)	46.905	22.701	(199.465)	195.607
Actos intangíveis em curso	56.013	–	195.198	(22.701)	–	228.510
	<b>3.545.679</b>	<b>(3.164.200)</b>	<b>242.103</b>	<b>–</b>	<b>(199.465)</b>	<b>424.117</b>

	2004							Valor líquido em 31-12-04
	Saldo em 31-12-04							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adopção das IFRS (nota 34)	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	
Sistemas de tratamento automático de dados	3.952.115	(3.785.075)	-	278.740	168.792	(289.106)	-	325.466
Despesas de Estabelecimento	1.276.547	(1.276.015)	(532)	-	-	-	-	-
Custos Plurianuais	502.963	(502.963)	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	136.181	-	-	124.887	(168.792)	-	(36.263)	56.013
	<b>5.867.806</b>	<b>(5.564.053)</b>	<b>(532)</b>	<b>403.627</b>	<b>-</b>	<b>(289.106)</b>	<b>(36.263)</b>	<b>381.479</b>

Em 31 de Dezembro de 2005, o imobilizado em curso corresponde a despesas incorridas na aquisição de software, o qual não está ainda a ser utilizado nesta data.

## 15. Investimentos em Associadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica "Investimentos em associadas" era constituída pelas seguintes participações:

	2005		2004
	Percentagem de participação	Valor de balanço	Valor de balanço
Grupo Pestana Pousadas			
Investimentos Turísticos, S.A. (Grupo Pestana)	25%	969.040	1.608.116
Finpro, Infraestruturas, S.A. (Finpro)	30%	212.798	178.559
		<b>1.181.838</b>	<b>1.786.675</b>

Os dados financeiros retirados das contas individuais provisórias destas entidades relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação efectiva	Data	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação Líquida
Grupo Pestana Pousadas						
Investimentos Turísticos, S.A.	Lisboa	25,00%	30-11-2005	32.718.817	(2.084.298)	3.876.158
Finpro, Infraestruturas, S.A.	Lisboa	30,00%	31-12-2005	711.760	2.812	709.328



O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2004 e 2005 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<b>Grupo Pestana</b>	<b>Gimob</b>	<b>Finpro</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2003</b>	<b>2.193.839</b>	<b>95.290</b>	<b>177.867</b>	<b>2.466.996</b>
Liquidação da Gimob	–	(93.806)	–	(93.806)
Resultados em associados (nota 23)	(585.723)	(1.484)	692	(586.515)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2004</b>	<b>1.608.116</b>	<b>–</b>	<b>178.559</b>	<b>1.786.675</b>
Resultados em associados (nota 23)	(639.076)	–	844	(638.232)
Outras variações	–	–	33.395	33.395
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>969.040</b>	<b>–</b>	<b>212.798</b>	<b>1.181.838</b>

Em 2004, a Gimob foi liquidada. O valor de liquidação atribuído à Caixa Capital ascendeu a 93.806 Euros, tendo sido registada uma perda de 1.484 Euros.

## 16. Imposto sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 eram os seguintes:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	1.269.021	1.428.171
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2.603.310)	(2.875.436)
	<b>(1.334.289)</b>	<b>(1.447.265)</b>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	3.729.860	2.554.291
Passivos por impostos diferidos	(2.555.442)	(2.033.947)
	<b>1.174.418</b>	<b>520.344</b>

Durante o exercício de 2004, no âmbito da revisão da declaração fiscal do Banco referente ao exercício de 2000, as autoridades fiscais efectuaram correcções à matéria colectável no montante de 590.507 Euros. Estas correcções originaram o reconhecimento de uma perda de 44.560 Euros e o acréscimo dos prejuízos fiscais reportáveis referentes ao exercício de 2001 em 1.654.385 Euros. Desta forma, o Banco apresentou uma declaração de substituição e registou imposto a recuperar referente ao exercício de 2003 no montante de 545.947 Euros, o qual foi recebido em 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Imposto sobre o rendimento a recuperar” inclui 657.900 Euros relativos a uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					
	Saldo em 31-12-04	Adopção da IAS 39 (Nota 34)	Variação em Resultados	Reversão em capital próprio	Outros	Saldo em 31-12-2005
Provisões não aceites fiscalmente	1.509.721	(814)	(194.606)	-	-	1.314.301
Comissões	300.935	591.645	(385.766)	-	-	506.814
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(56.420)	779.268	(406.791)	-	-	316.057
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(215.984)	-	6.166	-	-	(209.818)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	516.253	-	(83.036)	-	433.217
Diferimento de tributação de mais valias na alienação de participações financeiras	(1.542.413)	(120.318)	(194.548)	-	335.168	(1.522.111)
Benefícios Fiscais - Capital de risco	524.505	-	335.958	-	(524.505)	335.958
	<b>520.344</b>	<b>1.766.034</b>	<b>(839.587)</b>	<b>(83.036)</b>	<b>(189.337)</b>	<b>1.174.418</b>

	2004				
	Saldo em 31-12-03	Adopção das IFRS (Nota 34)	Variação em Resultados (Nota 34)	Outros	Saldo em 31-12-2004
Provisões não aceites fiscalmente	-	1.067.188	442.533	-	1.509.721
Comissões	-	110.000	190.935	-	300.935
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(105.627)	49.207	-	(56.420)
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	-	(222.259)	6.275	-	(215.984)
Diferimento de tributação de mais valias na alienação de participações financeiras	(1.696.277)	-	-	153.864	(1.542.413)
Benefícios Fiscais - Capital de risco	(1.696.277)	849.302	688.950	678.369	524.505
	<b>(1.696.277)</b>	<b>849.302</b>	<b>688.950</b>	<b>678.369</b>	<b>520.344</b>

Os impostos diferidos activos relativos a benefícios fiscais da actividade de capital de risco resultam do disposto no número 4 do artigo 31º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Em 2005 e 2004, a coluna "Outros" reflecte movimentos em impostos diferidos registados por contrapartida da rubrica de impostos correntes.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos sempre que não seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o respectivo aproveitamento. Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2005,



não foram registados impostos diferidos activos ao nível da Caixa Capital e da Inbepor nos montantes de 1.260.422 Euros e de 678.671 Euros, respectivamente.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2005	2004
Impostos correntes		
Do exercício	6.919.036	5.707.325
Correcções relativas a exercícios anteriores	(15.104)	19.283
	6.903.932	5.726.608
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	839.587	(688.950)
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>7.743.519</b>	<b>5.037.658</b>
<b>Resultado antes de imposto e interesses minoritários</b>	<b>31.637.313</b>	<b>27.278.825</b>
<b>Carga fiscal</b>	<b>24,48%</b>	<b>18,47%</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2005 e 2004 pode ser demonstrada como se segue:

	2005		2004	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de imposto e interesses minoritários		<b>31.637.313</b>		<b>27.278.825</b>
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	8.700.261	27,50%	7.501.677
Prejuízo fiscal imputado por ACE	(3,46%)	(1.094.869)	(5,08%)	(1.384.482)
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.8)	(1,43%)	(451.354)	(0,99%)	(270.434)
Impacto do regime de tributação da actividade desenvolvida na Irlanda	(0,28%)	(87.761)	(0,48%)	(130.123)
Benefícios fiscais	(1,21%)	(381.525)	(1,91%)	(521.525)
Resultados em associadas	0,55%	175.514	0,59%	161.291
Impostos diferidos activos não reconhecidos	2,15%	678.671	-	-
Mais - valias fiscais	(1,07%)	(339.509)	(1,46%)	(397.675)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	1,88%	594.025	0,14%	(37.449)
Outros custos não aceites	(0,14%)	(45.567)	0,12%	34.065
Tributação autónoma	0,13%	41.337	0,13%	35.476
Outros	(0,14%)	(45.704)	0,19%	46.837
	<b>24,48%</b>	<b>7.743.519</b>	<b>18,47%</b>	<b>5.037.658</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

## 17. Outros Activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Valor a receber pela venda da Barraqueiro		
Capital	27.924.909	27.924.909
Juros a receber	1.037.417	-
Suprimentos prestados	4.683.184	7.882.581
Outras aplicações	1.328.462	1.352.704
Devedores por operações sobre futuros	502.853	725.144
P.M.M. Imobiliária, S.A. e Pardal Monteiro Mármore, S.A.	-	1.264.569
Outros devedores diversos	5.217.921	3.350.419
	<b>40.694.739</b>	<b>42.500.326</b>
<b>Outros activos</b>	<b>48.846</b>	<b>48.846</b>
<b>Rendimentos a receber</b>		
Outros juros a receber	34.182	103.790
Outros rendimentos a receber	384.574	325.223
	<b>418.756</b>	<b>429.013</b>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	9.002	6.815
Rendas de locação operacional	3.812	3.812
Outras despesas com encargo diferido	2.328.019	2.884.813
	<b>2.340.833</b>	<b>2.895.440</b>
<b>Contas de regularização activas</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	93.245.537	66.784.847
Outras operações activas a regularizar	75.097	160.002
	<b>93.320.634</b>	<b>66.944.849</b>
<b>Créditos e juros vencidos</b>		
	5.403.433	4.598.742
	<b>142.227.241</b>	<b>117.417.216</b>
<b>Imparidade (Nota 31)</b>		
	(7.291.244)	(6.592.232)
	<b>134.935.997</b>	<b>110.824.984</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante de 27.924.909 Euros refere-se ao valor a receber no âmbito da alienação da participação que a Caixa Desenvolvimento detinha na Barraqueiro, SGPS, S.A no exercício de 2002. Nos termos do contrato de compra e venda celebrado em 27 de Junho de 2002, o preço de venda acrescido do valor de reembolso das prestações suplementares concedidas pela Caixa Desenvolvimento ascendeu a 50.856.262 Euros, a receber da seguinte forma:

- o 22.931.353 Euros recebidos de imediato;



- o 27.924.909 Euros a receber em três prestações anuais iguais, até 31 de Dezembro de 2005, o que não veio a acontecer, uma vez que o pagamento das prestações vencidas foi diferido.

Os valores em dívida são remunerados a uma taxa de juro de mercado, sendo os juros pagos na data de liquidação de cada prestação. Os juros a receber relativos ao exercício de 2005 no montante de 1.037.410 Euros foram recebidos em Janeiro de 2006. Como garantia dos valores em dívida, a Caixa Desenvolvimento dispõe de penhor sobre as acções vendidas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Suprimentos ” apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Grupo Pestana - Pousadas Investimentos Turísticos, S.A.	2.500.000	2.500.000
NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A. (Nota 9)	1.599.877	1.599.877
Portuvinus, SGPS, S.A.	521.033	501.280
PMH, Produtos Médicos Hospitalares (Nota 9)	–	89.639
Fespect - Serijos de Consultoria, S.A. (Nota 9)	–	1.644.511
Visabeira Indústria, SGPS, S.A. (Nota 9)	–	1.500.000
Outros	62.274	47.274
	<b>4.683.184</b>	<b>7.882.581</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os suprimentos são remunerados a taxas de juro de mercado e apresentam os seguintes prazos residuais até ao seu reembolso:

	2005	2004
De três meses a um ano	47.274	47.274
De um a cinco anos	1.599.877	4.834.027
Indeterminado	3.036.033	3.001.280
	<b>4.683.184</b>	<b>7.882.581</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Outras aplicações ” apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Prestações suplementares		
Biomediche, Produtos Terapêuticos, Hospitalares e Cirúrgicos, Lda.	1.097.355	1.097.355
Prestações acessórias		
Sinalemp - Sinaléctica Empresarial, S.A.	139.442	139.442
Outros	91.665	91.665
Adiantamentos por conta de aumentos de capital	–	24.092
Outros	–	150
	<b>1.328.462</b>	<b>1.352.704</b>

No exercício de 2003, a Caixa Capital adquiriu no âmbito do processo de liquidação da Caixa Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A., dívidas da P.M.M. Imobiliária, S.A. e Pardal Monteiro Mármore, S.A. num total de 1.563.848 Euros pelo valor de 931.378 Euros. As dívidas foram registadas na rubrica “Outros activos” pelo seu valor nominal, tendo sido reflectidas provisões para cobrança duvidosa de outras aplicações no montante de 632.470 Euros. Em 2004, as provisões constituídas foram anuladas face à liquidação dos valores em dívida em Janeiro de 2005, o que gerou um proveito de 632.470 Euros registado em “Outros resultados de exploração” (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui 2.984.730 Euros relativos a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Outras despesas com encargo diferido” inclui 2.108.502 Euros e 2.781.409 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM II).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Crédito e juros vencidos” inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito apresenta imparidade de igual montante. Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a “Imparidade” apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Outras aplicações e suprimentos		
Biomediche, Produtos Terapêuticos, Hospitalares e Cirúrgicos, Lda.	1.112.355	1.097.355
NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A.	399.969	–
Sinalemp - Sinaléctica Empresarial, S.A.	140.037	46.679
Outros	87.082	87.082
	<b>1.739.443</b>	<b>1.231.116</b>
Devedores	5.551.801	5.361.116
	<b>7.291.244</b>	<b>6.592.232</b>



## 18. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Recursos de instituições de crédito no país		
Recursos do mercado monetário interbancário	575.000.000	509.500.000
Depósitos a prazo	333.900.000	189.450.000
Empréstimos a curto prazo	301.000.000	–
Recursos a muito curto prazo	3.560.226	2.716.394
Depósitos à ordem	138.888	166.613
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	1.457	1.457
Outros recursos - Descobertos em depósitos à ordem	264.575	–
	<b>1.213.865.146</b>	<b>701.834.464</b>
Juros a pagar	5.057.750	1.827.249
	<b>1.218.922.896</b>	<b>703.661.713</b>

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	2005	2004
Depósitos à ordem	404.920	168.070
Até três meses	921.161.293	518.016.394
De três meses a um ano	292.298.933	183.650.000
	<b>1.213.865.146</b>	<b>701.834.464</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo depósitos à ordem eram remunerados às taxas de juro médias anuais de 2,84% e 2,33%, respectivamente.

## 19. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Depósitos		
À ordem	58.841.697	55.163.962
A prazo	48.642.616	24.710.173
	<b>107.484.313</b>	<b>79.874.135</b>
Juros a pagar de depósitos	1.735.735	1.193.388
	<b>109.220.048</b>	<b>81.067.523</b>

Os depósitos a prazo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 apresentam a seguinte composição, de acordo com o respectivo prazo residual das operações:

	2005	2004
Até três meses	40.415.465	15.521.597
Mais de cinco anos	8.227.151	9.188.576
	<b>48.642.616</b>	<b>24.710.173</b>

## 20. Provisões e Passivos Contingentes

### Provisões

O movimento nas "Provisões para outros riscos" nos exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005				
	Saldo em 31-12-04	Adopção da IAS 39 (Nota 34)	Reforços	Anulações e reposições	Saldo em 31-12-05
Para outros riscos e encargos					
Garantias e compromissos assumidos	1.491.995	(138.255)	-	(296.584)	1.057.156
Outros riscos	2.217.934	-	262.627	-	2.480.561
Outras	381.236	(381.236)	-	-	-
	<b>4.091.165</b>	<b>(519.491)</b>	<b>262.627</b>	<b>(296.584)</b>	<b>3.537.717</b>

	2004			
	Saldo em 31-12-03	Reforços	Anulações e reposições	Saldo em 31-12-04
Para outros riscos e encargos				
Garantias e compromissos assumidos	1.015.370	476.625	-	1.491.995
Outros riscos	3.075.999	963.855	(1.821.920)	2.217.934
Outras	342.689	-	38.547	381.236
	<b>4.434.058</b>	<b>1.440.480</b>	<b>(1.783.373)</b>	<b>4.091.165</b>

As provisões para garantias prestadas e compromissos assumidos são calculadas com base na estimativa de perdas associadas às operações em aberto, de acordo com análise individual e parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos.



As provisões para outros riscos correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a dispender na resolução de contingências legais, fiscais e outras.

Em 2004, as “Provisões – outras” destinam-se a fazer face a reduções de valor em activos registados em “Outros activos” pela Caixa Capital, as quais foram anuladas no âmbito da adopção da Norma IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005.

### Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2005	2004
<b>Passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	139.038.212	172.586.607
Activos dados em garantia	45.000.000	45.000.000
	<b>184.038.212</b>	<b>217.586.607</b>
<b>Compromissos</b>		
Linhas de crédito revogáveis	158.034.724	198.456.723
Subscrição de títulos	66.730.651	75.874.336
Outros compromissos irrevogáveis	4.238.366	3.670.802
Responsabilidade para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2.052.436	2.052.436
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	155.395	149.620
Linhas de crédito irrevogáveis	-	1.612.955
Outros	422.468	422.468
	<b>231.634.040</b>	<b>282.239.340</b>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Depósito e guarda de valores	<b>2.983.380.688</b>	<b>3.104.567.136</b>
<b>Valores administrados pela instituição</b>	<b>76.912.728</b>	<b>64.925.459</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Activos dados em garantia” corresponde ao valor nominal de títulos da dívida pública dados em garantia pelo Banco relativamente às seguintes situações:

Sistema de Processamento de Grandes Transacções (SPGT)	42.000.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Euronext	2.000.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	1.000.000
	<b>45.000.000</b>

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2005 e 2004, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível ao Banco ascendeu a 17.500 Euros. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 5.775 Euros e 8.750 Euros respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.395 Euros e 149.620 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo da rubrica “Valores administrados pela Instituição” corresponde ao valor dos fundos de capital de risco geridos pela Caixa Capital, com o seguinte detalhe:

Fundo	2005		2004	
	Valor do Fundo	Resultado líquido	Valor do Fundo	Resultado líquido
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	65.416.471	3.092.473	53.294.403	(5.869.217)
FIQ PME - Caixa Capital	11.496.257	256.026	11.631.056	(656.260)
	<b>76.912.728</b>		<b>64.925.459</b>	

## 21. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector Público Administrativo		
Imposto sobre Valor Acrescentado	271.472	277.784
Retenção de impostos na fonte	1.712.755	2.197.114
Contribuições para a Segurança Social	190.246	172.975
Credores por operações sobre fundos e opções	483.920	397.360
Juros e dividendos a pagar	112.014	99.439
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores imobiliários	9.607.063	3.302.758
Fornecedores de bens de locação financeira	1.017.203	1.078.520
Outros fornecedores	275.227	387.201
Outros	61.084.230	209.107
	<b>74.754.130</b>	<b>8.122.258</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros a pagar	202	80
Outros encargos a pagar		
Remunerações adicionais	1.781.198	1.500.000
Férias e subsídios de férias	1.406.746	1.377.412
Fundo de pensões	288.220	258.587
Comissões a pagar	–	1.094.309
Outros	1.002.117	629.056
	<b>4.478.483</b>	<b>4.859.444</b>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Comissões de agenciamento	836.036	–
Comissões por garantias prestadas e outros passivos eventuais	79.094	–
Prémios recebidos de operações extrapatrimoniais (Nota 2.6 e)	–	1.196.774
Outros	–	7.666
	<b>915.130</b>	<b>1.204.440</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	92.700.094	81.757.781
Outras operações a regularizar	446.347	567.750
	<b>93.146.441</b>	<b>82.325.531</b>
	<b>173.294.184</b>	<b>96.511.673</b>



Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo da rubrica “Credores por operações sobre valores mobiliários”, refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo de “Credores diversos – outros” inclui 61.000.000 Euros relativos ao valor a pagar pela Inbepor no âmbito da aquisição da participação na Nutricafés (Notas 4 e 12).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

## 22. Capital Subscrito e Acções Próprias

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura accionista é a seguinte:

	2005		2004	
	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%
Gerbanca, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	7.964.177	9,8	7.959.630	9,8
Acções próprias	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
Outros	279.378	0,4	283.925	0,4
	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.

## 23. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2005	2004
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	26.131.254	24.224.883
Reserva livre	19.456.381	17.590.063
Reserva de reavaliação legal	4.338.403	4.338.403
Resultados Transitados	41.273.552	53.180.735
	<b>91.199.590</b>	<b>99.334.084</b>
Reservas de justo valor	548.013	–
Lucro do exercício	25.004.347	22.241.167
	<b>116.751.950</b>	<b>121.575.251</b>

## Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a reserva legal registada pelo Banco ascende a 24.716.565 Euros e 22.810.194 Euros, respectivamente.

## Reserva de reavaliação legal

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação", das contas individuais.

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## Reservas de Justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

## Dividendos

Na Assembleia Geral do Banco realizada em 24 de Março de 2005, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2004 no montante de 17.157.342 Euros, dos quais 983.618 Euros atribuídos a acções próprias.

## Lucro do exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2005 e 2004 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2005	2004
<b>Resultado líquido individual do Banco (Contas estatutárias)</b>	<b>19.463.277</b>	<b>19.063.713</b>
<b>Contribuição para o resultado das filiais:</b>		
Caixa Capital	5.775.777	1.553.983
Caixa Desenvolvimento	1.936.568	772.652
Inbepor	(1.357.343)	–
Caixa Investments Ireland	423.493	691.819
Caixa Ireland Limited	875	(27.819)
	<b>6.779.370</b>	<b>2.990.635</b>
Contribuição para o resultado das empresas associadas (Nota 15)	(638.232)	(586.515)
Anulação de dividendos recebidos		
Caixa Ireland Limited (Nota 4)	(260.000)	(875.000)
Anulação de resultados em operações entre empresas do Grupo	(649.200)	–
Impacto da conversão das contas individuais para IFRS:		
Valorização de participadas pela Caixa Capital	(843.145)	–
Imparidade de crédito concedido	1.152.281	–
Provisões para participações financeiras da Caixa Desenvolvimento	–	1.012.580
Ajustamento de conversão para IFRS (Nota 34)	–	689.482
Outros	(4)	(53.728)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>25.004.347</b>	<b>22.241.167</b>



## 24. Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica corresponde integralmente à participação de minoritários na Inbepor (ver Nota 4).

No exercício de 2005, a parcela do prejuízo apurado pela Inbepor atribuível aos accionistas minoritários ascendeu a 1.110.553 Euros.

## 25. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	543.386	648.395
Juros de crédito interno	11.817.975	11.239.032
Juros de ao exterior	5.154.025	1.004.537
Juros de crédito vencido	428	-
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	2.288.760	1.526.760
Instrumentos derivados - <i>swaps</i>	1.077.314	-
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	10.855.078	9.315.063
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	141.461	-
Juros de derivados de cobertura	611.630	2.516.811
Juros de devedores e outras aplicações		
Devedores	1.259.935	973.346
Suprimentos	291.807	318.855
Juros de disponibilidades	39.337	57.227
	<b>35.351.136</b>	<b>27.600.026</b>
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	<b>327.108</b>	-
	<b>35.678.244</b>	<b>27.600.026</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	433.092	525.264
De outros residentes	1.152.912	748.520
De outros não residentes	65.237	5.278
	<b>1.651.241</b>	<b>1.279.062</b>
Juros de recursos de instituições de crédito no país	20.526.866	11.598.471
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	272	125
Juros de passivos financeiros de negociação		
<i>Swaps</i>	1.373.253	-
Juros de derivados de cobertura	1.339.320	3.505.336
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	-	258.279
Outros juros e encargos similares	36.563	42.369
	<b>23.276.274</b>	<b>15.404.580</b>
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	<b>212</b>	-
	<b>24.927.727</b>	<b>16.683.642</b>

No exercício de 2004, os juros de *swaps* de taxa de juro de negociação estão reflectidos em "Resultados em Operações Financeiras".

## 26. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por serviços prestados		
Por montagem de operações	7.964.288	13.756.905
Gestão de fundos de capital de risco (Caixa Capital)	1.593.899	1.706.216
Por depósito e guarda de valores	406.268	606.957
Outros	9.106.946	6.702.039
Por garantias prestadas	1.048.458	1.169.304
Por operações realizadas por conta de terceiros	7.060.303	6.195.221
Por compromissos assumidos perante terceiros	382.311	284.730
Por operações sobre instrumentos financeiros	–	496.575
Outros	9.155.404	7.024.539
	<b>36.717.777</b>	<b>37.942.486</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por operações realizadas por terceiros	1.297.188	1.406.131
Por serviços bancários prestados por terceiros	51.298	1.115.780
Por operações sobre instrumentos financeiros	–	2.820
Outros	10	375.000
	<b>1.348.496</b>	<b>2.899.731</b>

## 27. Resultados em Operações Financeiras

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Resultados cambiais</b>		
Reavaliação da posição cambial	<b>(210.461)</b>	<b>242.133</b>
<b>Resultados em activos e passivos retidos para negociação</b>		
Instrumentos de dívida	691.031	1.045.422
Instrumentos de capital	42.386	726.754
Instrumentos derivados		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	927.971	(192.623)
Futuros	(1.488.894)	(1.206.178)
Opções	(22.580)	(48.826)
<i>Forward rate agreement</i>	–	9.195
	<b>149.914</b>	<b>333.744</b>
<b>Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>		
Instrumentos de dívida	(814.681)	(3.013)
Instrumentos de capital	2.720.023	110.095
	<b>1.905.342</b>	<b>107.082</b>
<b>Resultados em outros activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Instrumentos de dívida	(371.833)	(93.767)
Instrumentos de capital	6.388.122	1.486.374
	<b>6.016.289</b>	<b>1.392.607</b>

(Continua)



(Continuação)	2005	2004
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>	<b>(2.376)</b>	–
<b>Resultados em operações de cobertura</b>		
Swaps de taxa de juro	<b>(94.309)</b>	–
<b>Resultados em outras operações financeiras</b>		
Correcções de valor de activos que sejam objecto de cobertura	84.284	–
Outros	(158)	82.061
	<b>84.126</b>	<b>82.061</b>
	<b>7.848.524</b>	<b>2.157.627</b>

Nos exercícios de 2005 e 2004, os resultados em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição (Nota 9):

	2005	2004
Fespect, Serviços de Consultoria, S.A.	5.651.938	–
Visabeira Indústria, SGPS, S.A.	585.085	–
PMH, Produtos Médicos Hospitalares, S.A.	78.110	15.981
SAG Gest, SGPS, S.A.	72.989	–
Solidal, S.A.	–	1.167.687
Cabelte - Projectos Internacionais, SGPS, S.A.	–	100.108
Fundição FSM Internacional, S.A.	–	85.798
Unifer - Indústrias Metalúrgicas, S.A.	–	60.229
Tegopi - Indústrias Metalomecânicas, S.A.	–	56.571
	<b>6.388.122</b>	<b>1.486.374</b>

## 28. Outros Resultados de Exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Outros rendimentos de exploração</b>		
Cedência de pessoal - Grupo CGD	1.437.658	1.281.466
Prestação de serviços diversos	419.616	397.498
Reembolso de despesas	327.348	138.347
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	20.310	2.380
Ganhos em activos não financeiros:		
Outros activos tangíveis	1.791	6.958
Anulação de provisões referentes às dívidas		
P.M.M. Imobiliária, S.A. e Pardal Monteiro Mármores, S.A. (Nota 17)	–	632.470
Outros	75.211	254.985
	<b>2.281.934</b>	<b>2.714.104</b>

(Continua)

(Continuação)	2005	2004
<b>Outros encargos de exploração</b>		
Impostos		
Impostos indirectos		
Imposto do selo	359.625	16.557
Taxas	112.139	60.423
Impostos sobre transportes rodoviários	2.790	2.676
Outros Impostos	18.143	–
Impostos directos		
Outros Impostos	128.316	118.339
	<b>621.013</b>	<b>197.995</b>
TREM II	672.907	2.688.702
Donativos e quotizações	31.570	56.656
Perdas em activos tangíveis	18.921	21.709
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	11.725	8.750
Outros	27.094	287.311
	<b>762.217</b>	<b>3.063.128</b>
	<b>1.383.230</b>	<b>3.261.123</b>
<b>Outros resultados de exploração (líquidos)</b>	<b>898.704</b>	<b>(547.019)</b>

## 29. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	766.436	780.356
Remuneração dos empregados	9.443.734	8.485.822
	<b>10.210.170</b>	<b>9.266.178</b>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	1.787.641	1.580.895
Encargos com pensões	296.838	270.309
Outros encargos sociais obrigatórios	73.676	94.423
	<b>1.158.156</b>	<b>1.945.627</b>
Outros custos com pessoal	464.745	285.192
	<b>12.833.070</b>	<b>11.496.997</b>

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco e das suas subsidiárias nos anos de 2005 e 2004, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 173 e 164 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	2005	2004
Direcção	45	42
Técnicos e chefias	96	77
Administrativos e pessoal auxiliar	32	45
	<b>173</b>	<b>164</b>



## 30. Outros Gastos Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Serviços especializados	3.837.820	3.885.947
Conservação e reparação	1.549.091	991.765
Deslocações, estadias e representação	583.518	413.141
Comunicações	450.217	483.475
Publicidade e edição de publicações	263.757	236.687
Rendas e alugueres	245.006	158.221
Outros serviços de terceiros	204.062	226.588
Água, energia e combustíveis	113.602	112.589
Seguros	105.564	58.967
Formação de pessoal	85.022	95.582
Material de consumo corrente	69.717	83.205
Publicações	33.869	33.219
Outros fornecimentos de terceiros	31.583	24.852
	<b>7.572.828</b>	<b>6.804.238</b>

## 31. Imparidade

O movimento na Imparidade nos exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005						Saldo em 31-12-05
	Saldo em 31-12-04	Adopção da IAS 39	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	
Crédito a Clientes (Nota 11)	9.378.260	135.295	4.879.539	(3.637.042)	(1.562.500)	232.159	9.425.711
Devedores e outras aplicações (Nota 17)	6.592.232	658.854	595.721	(389.169)	(166.394)	—	7.291.244
Activos disponíveis para venda (Nota 9)	2.848.384	13.821.452	17.984	(178.527)	(2.738.782)	—	13.770.511
	<b>18.818.876</b>	<b>14.615.601</b>	<b>5.493.244</b>	<b>(4.204.738)</b>	<b>(4.467.676)</b>	<b>232.159</b>	<b>30.487.466</b>

	2004						Saldo em 31-12-04
	Saldo em 31-12-03	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Outros	Diferenças cambiais	
Crédito a Clientes (Nota 11)	8.220.279	2.793.664	(1.517.867)	–	–	(117.816)	9.378.260
Devedores e outras aplicações (Nota 17)	7.598.958	461.992	(792.748)	(43.500)	(632.470)	–	6.592.232
Activos disponíveis para venda (Nota 9)	2.674.238	295.114	(406.520)	–	285.552	–	2.848.384
	<b>18.493.475</b>	<b>3.550.770</b>	<b>(2.717.135)</b>	<b>(43.500)</b>	<b>(346.918)</b>	<b>(117.816)</b>	<b>18.818.876</b>

## 32. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão.

### Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os principais saldos com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2005	2004
<b>Activos</b>		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	428.950.036	5.392.343
Banco Siméon, S.A.	57.057	70
Aplicações em instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	20.063.495	13.403.557
Activos financeiros detidos para negociação		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	20.838.824	10.750.863
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.809.590	528.391
Crédito a clientes		
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	48.007.470	–
<b>Outros activos</b>		
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	495.442	–
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	285.365	64.857
Sogrupos - Sistemas de informação, ACE	81.418	27.201
FIQ PME - Caixa Capital	78.060	–
Sogrupos - Serviços Administrativos, ACE	14.531	–
Sogrupos IV - Gestão de Imóveis, ACE	12.044	–
Sogrupos III - Gestão de Activos, ACE	9.826	9.117
Caixa Web, SGPS, S.A.	2.975	8.925

(Continua)



(Continuação)	2005	2004
<b>Passivos</b>		
Passivos financeiros de negociação		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	12.979.706	2.502.157
Recursos de outras instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.218.782.553	703.493.643
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	124.042	124.042
<b>Outros passivos</b>		
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	849.171	923.939
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	127.171	104.066
Sogrupos - Sistemas de informação, ACE	70.213	–
Banco Siméon, S.A.	6.479	142.173
Sogrupos - Serviços Administrativos, ACE	1.157	–

### Transações com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2005 e 2004, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A. não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2005	2004
<b>Proveitos</b>		
Juros e rendimentos similares		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.123.586	3.000.609
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	7.470	–
Comissões		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.527.388	297.266
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	1.337.547	1.461.570
FIQ PME - Caixa Capital	256.352	244.646
Caixa Web, SGPS, S.A.	25.825	52.500
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	25.000	591.350
Lucros com operações financeiras		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	26.447.107	24.796.387
Outros proveitos de exploração		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	829.402	741.723
Sogrupos - Sistemas de informação, ACE	321.418	298.870
Sogrupos IV - Gestão de Imóveis, ACE	159.871	–
Sogrupos - Serviços Administrativos, ACE	90.272	199.659
Sogrupos III - Gestão de Activos, ACE	50.411	46.411
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	–	101
<b>Custos</b>		
Juros e encargos similares		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	22.822.042	15.015.802
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	91.313	–
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	24.623	20.623
Banco Siméon, S.A.	179	–

(Continua)

(Continuação)	2005	2004
Comissões		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	335.565	313.901
Prejuizos em operações financeiras		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	27.483.005	28.802.721
Outros gastos administrativos		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	869.915	780.745
Sogrupu - Sistemas de informação, ACE	234.719	298.870
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	78.311	83.098
Banco Siméon, S.A.	73.416	142.173
Sogrupu - Serviços Administrativos, ACE	16.891	13.300

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

### Órgãos de gestão do Banco

Em 2005, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 772.212 Euros, dos quais 7.073 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.13.

Em 2005 e 2004 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 152.000 Euros e 142.000 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 2005 e 2004, os órgãos de gestão não têm operações de crédito contratadas junto do Banco. Adicionalmente, o Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

## 33. Instrumentos Financeiros

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo

O controlo e gestão dos riscos está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários riscos a seguir identificados.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IAS 32 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo.



## Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	Moeda					Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.441.790	-	-	-	-	1.441.790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	430.209.798	85.850	92.859	20.565	54.015	430.463.087
Aplicações em instituições de crédito	20.164.327	-	-	-	-	20.164.327
Activos financeiros ao justo valor	450.382.009	-	-	-	-	450.382.009
Activos financeiros disponíveis para venda	19.960.601	1.440.920	-	-	-	21.401.521
Crédito a clientes	646.728.876	1.733.686	-	-	-	648.462.562
Outros activos	142.115.263	111.978	-	-	-	142.227.241
Provisões e imparidade	(14.983.269)	(1.733.686)	-	-	-	(16.716.955)
	<b>1.696.019.395</b>	<b>1.638.748</b>	<b>92.859</b>	<b>20.565</b>	<b>54.015</b>	<b>1.697.825.582</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	(1.215.361.751)	(3.561.145)	-	-	-	(1.218.922.896)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(109.024.227)	(191.987)	(3.763)	-	(71)	(109.220.048)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(17.382.371)	-	-	-	-	(17.382.371)
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	(2.539.975)	-	-	-	-	(2.539.975)
Outros passivos	(173.294.184)	-	-	-	-	(173.294.184)
	<b>(1.517.602.508)</b>	<b>(3.753.132)</b>	<b>(3.763)</b>	-	<b>(71)</b>	<b>(1.521.359.474)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>178.416.887</b>	<b>(2.114.384)</b>	<b>89.096</b>	<b>20.565</b>	<b>53.944</b>	<b>176.466.108</b>

A exposição em Dólares Norte-Americanos resulta de uma sobre-cobertura do risco cambial de activos disponíveis para venda.

## Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Grupo é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (*Asset-Liability Committee*, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano. Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo da responsabilidade do Grupo CGD essa captação numa forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

Em 31 de Dezembro de 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a composição:

	Prazos residuais contratuais			
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De 1 ano a 3 anos
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.441.790	–	–	–
Disponibilidades em outras instituições de crédito	430.463.087	–	–	–
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	40.618.669	91.714.046	110.401.504
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	608.709
Aplicações em instituições de crédito	–	20.164.327	–	–
Crédito a clientes	19.980.846	24.416.412	72.919.499	10.904.737
Outros activos	93.245.537	15.047.139	7.591.934	3.417.622
	<b>545.131.260</b>	<b>100.246.547</b>	<b>172.225.479</b>	<b>125.332.572</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	404.920	926.219.043	292.298.933	–
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.841.697	40.663.413	–	–
Passivos financeiros detidos para negociação	–	361.807	811.634	4.373.899
Derivados de cobertura	–	–	–	–
Outros passivos	102.791.077	63.286.487	6.301.490	–
	<b>162.037.694</b>	<b>1.030.530.750</b>	<b>299.412.057</b>	<b>4.373.899</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>383.093.566</b>	<b>(930.284.203)</b>	<b>(127.186.578)</b>	<b>120.958.673</b>

(Continua)

	Prazos residuais contratuais				
	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	–	–	–	–	1.441.790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	–	430.463.087
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	138.309.628	65.325.112	4.013.050	–	450.382.009
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	20.792.812	–	21.401.521
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	–	20.164.327
Crédito a clientes	57.830.134	461.602.398	4.430.354	(3.621.818)	648.462.562
Outros activos	12.144.710	–	8.439.466	2.340.833	142.227.241
	<b>208.284.472</b>	<b>526.927.510</b>	<b>37.675.682</b>	<b>(1.280.985)</b>	<b>1.714.542.537</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	1.218.922.896
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	9.714.938	–	–	109.220.048
Passivos financeiros detidos para negociação	2.828.788	9.006.243	–	–	17.382.371
Derivados de cobertura	–	2.539.975	–	–	2.539.975
Outros passivos	–	–	–	915.130	173.294.184
	<b>2.828.788</b>	<b>21.261.156</b>	–	<b>915.130</b>	<b>1.521.359.474</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>205.455.684</b>	<b>505.666.354</b>	<b>37.675.682</b>	<b>(2.196.115)</b>	<b>193.183.063</b>



Na construção do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- o os descobertos em depósitos à ordem e os depósitos à ordem de clientes foram classificados como "À vista";
- o a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos; e
- o o crédito vencido a clientes e as acções foram classificadas como a prazo indeterminado.

Em 31 de Dezembro de 2005, as disponibilidades em outras instituições de crédito incluem 426.000.000 Euros relativos a um depósito destinado à aquisição pela Inbepor das participações na Compal e Nutricafés (Nota 4), pelo que não pode ser movimentado para qualquer outra finalidade.

### Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos	577.827	10.378.192	54.008.046	64.964.065
Instrumentos financeiros derivados	–	456.342.170	–	456.342.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.435.223	37.422.341	327.219.701	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	20.792.812	608.709	–	21.401.521
Aplicações em instituições de crédito	–	–	20.164.327	20.164.327
Crédito a clientes	808.536	17.211.724	630.442.302	648.462.562
Outros activos	108.581.738	–	33.645.503	142.227.241
	<b>134.196.136</b>	<b>521.963.136</b>	<b>1.065.479.879</b>	<b>1.721.639.151</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivados	–	470.379.572	–	470.379.572
Recursos de outras instituições de crédito	–	404.919	1.218.517.977	1.218.922.896
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	23.939.392	85.280.656	109.220.048
Derivados de cobertura	–	14.574.700	–	14.574.700
Outros passivos	173.294.184	–	–	173.294.184
	<b>173.294.184</b>	<b>509.298.583</b>	<b>1.303.798.633</b>	<b>1.986.391.400</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(39.098.048)</b>	<b>12.664.553</b>	<b>(238.318.754)</b>	<b>(264.752.249)</b>

Em 31 de Dezembro de 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	Prazos de fixação de taxa / Maturidade residual			
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 ano a 3 anos
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos	–	54.008.046	–	–
Instrumentos financeiros derivados	–	7.500.000	50.722.434	79.340.063
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	323.709.456	31.445.60	4.020.346
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	608.709
Aplicações em instituições de crédito	–	–	20.164.327	–
Crédito a clientes	19.980.846	271.690.764	338.788.957	–
Outros activos	93.245.537	15.047.139	7.591.934	3.417.622
	<b>113.226.383</b>	<b>671.955.405</b>	<b>448.712.712</b>	<b>87.386.740</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivados	–	12.500.000	53.228.445	86.834.052
Recursos de outras instituições de crédito	404.920	926.219.043	292.298.933	–
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.841.697	40.663.413	–	–
Derivados de cobertura	–	–	–	–
Outros passivos	102.791.077	63.286.487	6.301.490	–
	<b>162.037.694</b>	<b>1.042.668.943</b>	<b>351.828.868</b>	<b>86.834.052</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(48.811.311)</b>	<b>(370.713.538)</b>	<b>96.883.844</b>	<b>552.688</b>

(Continua)

	Prazos de fixação de taxa / Maturidade residual				
	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Activos financeiros detidos para negociação					
Títulos	–	10.378.192	577.827	–	64.964.065
Instrumentos financeiros derivados	233.712.579	85.067.094	–	–	456.342.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.467.178	2	3.435.223	–	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	20.792.812	–	21.401.521
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	–	20.164.327
Crédito a clientes	–	17.193.459	4.430.354	(3.621.818)	648.462.562
Outros activos	12.144.710	–	8.439.466	2.340.833	142.227.241
	<b>251.324.467</b>	<b>112.638.747</b>	<b>37.675.682</b>	<b>(1.280.985)</b>	<b>1.721.639.151</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos financeiros derivados	235.865.191	81.951.884	–	–	470.379.572
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	1.218.922.896
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	9.714.938	–	–	109.220.048
Derivados de cobertura	–	14.574.700	–	–	14.574.700
Outros passivos	–	–	–	915.130	173.294.184
	<b>235.865.191</b>	<b>106.241.522</b>	–	<b>915.130</b>	<b>1.986.391.400</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>15.459.276</b>	<b>6.397.225</b>	<b>37.675.682</b>	<b>(2.196.115)</b>	<b>(264.752.249)</b>



Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- o nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- o nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- o o valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- o o valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- o nos *swaps* de taxa de juro, são apresentados os valores nominais, sendo considerado como um activo (no caso de o Banco receber taxa fixa) ou como um passivo (no caso de o Banco pagar taxa fixa). Os *swaps* de taxa de juro nos quais o Banco recebeu prémios no início das operações e paga taxa variável não estão incluídos;
- o o crédito vencido a clientes foi considerado como não sujeito a risco de taxa de juro; e
- o os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

### Justo valor

O Grupo mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- o As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refixação curtos;
- o Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, o crédito concedido é na sua quase totalidade remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos. A única operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível a risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do crédito concedido (ver Nota 11);
- o A totalidade dos depósitos de clientes tem prazos até ao vencimento inferiores a 3 meses.

Face ao exposto, o Grupo considera que o valor de balanço dos seus activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.

## 34. O Impacto na Adopção do IFRS

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital Próprio		Resultado 2004
		31-12-2004	31-12-2003	
<b>Saldos de acordo com o PCSB</b>		<b>201.286.999</b>	<b>180.009.474</b>	<b>21.551.685</b>
<b>Impacto das normas adoptadas a partir de 1 de Janeiro de 2004</b>				
Reclassificação das acções próprias	(a)	(5.999.453)	(5.999.453)	–
Impostos diferidos (Nota 16)	(b)	1.538.252	849.302	688.482
Activos intangíveis (Nota 14)		–	(532)	532
		<b>(4.461.201)</b>	<b>(5.150.683)</b>	<b>(689.482)</b>
<b>Saldos de acordo com IFRS - contas pró-forma</b>		<b>196.825.798</b>	<b>174.858.791</b>	<b>22.241.167</b>
<b>Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005</b>				
Valorização da carteira de títulos	(c)	(12.216.763)		
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(d)	(3.024.525)		
Aplicação da contabilidade de cobertura - valorização do elemento coberto	(d)	2.325.469		
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(e)	(2.507.737)		
Imparidade de crédito concedido e valores a receber	(f)	(655.894)		
Impacto fiscal				
Reconhecido em imposto corrente	(g)	(981.079)		
Reconhecido em imposto diferido (Nota 16)	(g)	1.766.034		
Outros		33.396		
<b>Sub-total de ajustamentos em 1 de Janeiro de 2005</b>		<b>(15.261.099)</b>		
<b>Saldos de acordo com IFRS em 1 de Janeiro de 2005</b>		<b>181.564.699</b>		

**(a)** Conforme referido na Nota 2.6. e), de acordo com o PCSB as acções próprias eram registadas no activo. De acordo com o IAS 1, as acções próprias são registadas como uma dedução ao capital próprio.

**(b)** De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos relativos a situações já existentes nas referidas datas (ver detalhe na Nota 16).

**(c)** Este impacto resulta da valorização ao justo valor de títulos anteriormente registados nas carteiras de investimento e participações financeiras, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.6. e), e apresenta a seguinte composição:



	Resultados Transitados	Reserva de justo valor	Total
Valorização de "Activos ao justo valor através de resultados"			
Provenientes da carteira de investimento	1.845.097	–	1.845.097
Provenientes da carteira de participações financeiras	437.519	–	437.519
	<b>2.282.616</b>	–	<b>2.282.616</b>
Valorização de "Activos disponíveis para venda" (Nota 9)			
Provenientes da carteira de investimento	(39.542)	–	(39.542)
Provenientes da carteira de participações financeiras:			
Banco	(3.570.940)	–	(3.570.940)
Actividade de capital de risco	(10.210.970)	(1.059.163)	(11.270.133)
	<b>(13.821.452)</b>	<b>(1.059.163)</b>	<b>(14.880.615)</b>
Anulação de provisões para outros riscos e encargos (Nota 20)	<b>381.236</b>	–	<b>381.236</b>
	<b>(11.157.600)</b>	<b>(1.059.163)</b>	<b>(12.216.763)</b>

Com a adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, o Banco transferiu a totalidade da sua carteira de investimento para a rubrica de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados", com excepção das acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. e da Marconi (Nota 9). Deste modo, foram reconhecidas as mais-valias potenciais que não eram registadas ao abrigo do PCSB, num total de 1.845.097 Euros. De referir que uma parte destas mais-valias é proveniente de títulos de taxa fixa cuja cobertura estava a ser efectuada através de *swaps* de taxa de juro (ver nota (d) abaixo).

Adicionalmente, o Banco transferiu para esta categoria a participação na Euronext N.V., tendo reconhecido a mais-valia potencial de 437.519 Euros face ao respectivo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2004.

Finalmente, o Grupo transferiu para a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda os títulos apresentados na Nota 9, tendo reconhecido uma desvalorização líquida de 14.499.379 Euros. A este respeito:

- o A *Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura* é uma instituição financeira com sede na Costa Rica, que se dedica ao financiamento de projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão na América Latina. O Banco determinou a valorização desta entidade com referência a 1 de Janeiro de 2005, com base no método dos "Discounted cash-flows", tendo sido determinada uma imparidade de 1.837.740 Euros (Nota 9).
- o No que respeita às acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., tendo em conta a reduzida liquidez do título na Euronext Lisboa e a situação em que se encontra a empresa, o Banco determinou a existência de imparidade pelo valor total do investimento (Nota 9).
- o As participações da área de capital de risco do Grupo, detidas pela Caixa Desenvolvimento e Caixa Capital, foram igualmente reflectidas na categoria de activos financeiros disponíveis para venda. A valorização destes activos originou um ajustamento de transição negativo de 12.622.097 Euros, resultante das seguintes situações:

- Reconhecimento de menos-valias potenciais em empresas cotadas, que não tinham sido reconhecidas em PCSB no âmbito das regras do Aviso nº 4/2002 (Ver Nota 2.6. e)), num total de

5.428.838 Euros. A imparidade adicional determinada para as acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. ascendeu a 3.150.099 Euros;

- Reconhecimento de menos-valias em resultado da adopção das metodologias de valorização das participações em empresas não cotadas na área de capital de risco descritas na Nota 2.6. a). As menos-valias adicionais líquidas reconhecidas neste âmbito ascenderam a 4.043.160 Euros, dos quais 1.059.163 Euros foram reflectidos na Reserva de justo valor. O valor registado por contrapartida de Resultados transitados é líquido de uma provisão de 381.236 Euros constituída pela Caixa Capital ao nível das "Provisões para outros riscos" (Nota 20).

**(d)** Conforme referido na Nota 2.6. e), de acordo com o PCSB os *swaps* de taxa de juro de cobertura não eram geralmente reavaliados, sendo apenas reconhecidos os acréscimos de juros a receber e a pagar. Com a adopção do IAS 39, estes derivados foram valorizados pelo respectivo justo valor, o que originou um impacto negativo de 3.024.525 Euros em Resultados transitados. Este impacto foi compensado:

o pela valorização de uma operação de crédito com taxa fixa objecto de cobertura, cujo impacto positivo ascendeu a 2.325.469 Euros;

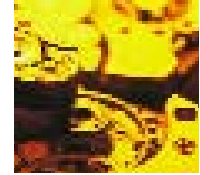
o pelo registo de mais-valias potenciais de 818.577 Euros em títulos de taxa fixa anteriormente registados na carteira de investimento (ver parágrafo (c) acima).

**(e)** Conforme referido na Nota 2.6. a), de acordo com os IFRS o Banco passou a incluir as comissões cobradas na originação de operações de crédito no custo amortizado, sendo o respectivo proveito reconhecido ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado o levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2005, tendo sido calculado e registado a correspondente redução de 2.507.737 Euros no crédito a clientes, que originou um impacto negativo de igual montante em Resultados transitados.

**(f)** Com a adopção das IFRS o Banco passou a determinar a imparidade de crédito concedido e as responsabilidades com garantias prestadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. d). Adicionalmente, a imparidade em suprimentos concedidos a empresas participadas na área de capital de risco passou a ser determinada de forma coerente com os pressupostos utilizados na valorização das correspondentes participações. Como resultado, foi reconhecido um ajustamento de transição negativo de 655.894 Euros, com o seguinte detalhe:

Imparidade de crédito e provisões para garantias prestadas	
Crédito	(135.295)
Garantias prestadas (Nota 20)	138.255
	<b>2.960</b>
Imparidade de suprimentos registados em "Outros activos"	(658.854)
	<b>(655.894)</b>

**(g)** Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição resultantes da adopção do IAS 39. O Banco reflectiu directamente em impostos correntes os ajustamentos que originam impacto na carga fiscal do exercício de 2005.



## 35. Eventos Subsequentes

Conforme descrito na Nota 4, em Novembro de 2005 o Grupo, através da Caixa Desenvolvimento, celebrou um contrato com vista à aquisição da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (“Compal”), cuja finalização estava sujeita à não oposição da Autoridade da Concorrência. Deste modo, e dado que o controlo sobre a gestão da Compal não tinha sido transferido em 31 de Dezembro de 2005, esta empresa não foi incluída no perímetro de consolidação.

A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência foi decidida em 9 de Janeiro de 2006.

Conforme referido na Nota 4, o custo de aquisição da Compal pela Inbepor ascendeu a 365.000.000 Euros, o qual poderá ainda vir a ser objecto de correcções. Por este motivo, e por não se encontrar ainda concluída a afectação do custo de aquisição aos activos e passivos da Compal, não está ainda disponível o montante do *goodwill* a originar por esta operação nas contas consolidadas do Grupo. Os capitais próprios da Compal em 30 de Setembro de 2005 não incluindo o efeito das reservas expressas no Relatório de Auditoria ascendiam a 55.468.595 Euros.





## Demonstrações de Resultados Individuais para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares	(22)	32.985.910	25.518.030
Juros e encargos similares	(22)	(22.985.786)	(16.768.541)
<b>Margem Financeira</b>		<b>10.000.124</b>	<b>8.749.489</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	(23)	301.898	875.000
Rendimentos de serviços e comissões	(24)	35.489.818	36.274.989
Encargos com serviços e comissões	(24)	(1.331.221)	(2.891.704)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(25)	2.412.802	561.639
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(26)	11.621	–
Resultados de reavaliação cambial	(27)	(210.461)	242.133
Resultados de alienação de outros activos		(19.496)	63.785
Outros resultados de exploração	(28)	1.247.348	(1.108.255)
<b>Produto Bancário</b>		<b>47.902.433</b>	<b>42.767.076</b>
Custos com pessoal	(29)	(12.056.622)	(10.873.496)
Gastos gerais administrativos	(30)	(6.643.469)	(6.097.391)
Amortizações do exercício	(11) e (12)	(1.006.118)	(1.095.392)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(18)	(2.918.227)	(491.919)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(18)	120.335	(406.243)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(18)	(113.125)	627.382
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>25.285.207</b>	<b>24.430.017</b>
Impostos			
Correntes	(14)	(4.902.152)	(5.365.772)
Diferentes	(14)	(919.778)	688.950
<b>Resultado após impostos</b>		<b>19.463.277</b>	<b>19.753.195</b>
Acções em circulação		76.592.000	76.592.000
Resultado por acção		0,25	0,26

## Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2005		2004	
		Activo Bruto	Provisões, imparidades e amortizações	Activo Líquido Activo Líquido (pró-forma)	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(4)	1.440.790	–	1.440.790	2.659.928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(5)	4.449.967	–	4.449.967	10.065.449
Activos financeiros detidos para negociação	(6)	46.783.750	–	46.783.750	50.356.158
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	(6)	368.077.265	–	368.077.265	364.264.345
Activos financeiros disponíveis para venda	(8)	4.601.474	–	4.601.474	2.983.481
Aplicações em instituições de crédito	(9)	11.669.345	–	11.669.345	10.272.974
Crédito a clientes	(10)	721.259.900	(4.558.438)	716.701.462	467.544.986
Outros activos tangíveis	(11)	19.769.824	(8.119.421)	11.650.403	11.914.923
Activos intangíveis	(12)	3.779.177	(3.355.060)	424.117	381.479
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(13)	17.088.434	–	17.088.434	17.088.434
Activos por impostos correntes	(14)	657.900	–	657.900	1.294.303
Activos por impostos diferidos	(14)	3.393.901	–	3.393.901	2.029.786
Outros Activos	(15)	170.436.924	(4.084.589)	166.352.335	138.114.778
<b>Total do Activo</b>		<b>1.373.408.651</b>	<b>(20.117.508)</b>	<b>1.353.291.143</b>	<b>1.078.971.024</b>



(Montantes expressos em Euros)

<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	Notas	<b>2005</b>	<b>2004</b> (pró-forma)
Passivos financeiros detidos para negociação	(7)	17.382.371	9.697.095
Recursos de outras instituições de crédito	(16)	915.515.582	703.661.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17)	117.418.281	88.377.914
Derivados de cobertura	(7)	2.539.975	123.980
Provisões	(18)	9.997.304	7.079.077
Passivos por impostos correntes	(14)	1.747.729	2.816.090
Passivos por impostos diferidos	(14)	1.091.615	491.534
Outros Passivos	(19)	115.221.346	95.839.452
<b>Total de Passivo</b>		<b>1.180.914.203</b>	<b>908.086.855</b>
Capital	(20)	81.250.000	81.250.000
Acções próprias	(20)	(5.999.453)	(5.999.453)
Reservas de reavaliação	(21)	4.557.316	4.338.403
Outras reservas e resultados transitados	(21)	73.105.800	71.542.024
Resultado do exercício	(21)	19.463.277	19.753.195
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>172.376.940</b>	<b>170.884.169</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>1.353.291.143</b>	<b>1.078.971.024</b>

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individual para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Capital	Acções Próprias	Reservas de reavaliação
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2003</b>				
- PCSB		<b>81.250.000</b>	-	<b>4.338.403</b>
Impacto da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas em 1 de Janeiro de 2004	(33)	-	(5.999.453)	-
		81.250.000	(5.999.453)	4.338.403
Distribuição do lucro do exercício de 2003:				
Transferências para reservas e resultados transitados		-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2004 pró-forma</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>4.338.403</b>
Distribuição do lucro do exercício de 2004:				
Distribuição de dividendos pelo Banco	(21)	-	-	-
Transferências para reservas e resultados transitados		-	-	-
Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	(33)	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda				
Acréscimos	(8)	-	-	301.949
Efeito fiscal	(14)	-	-	(83.036)
Lucro do exercício		-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>4.557.316</b>



(Montantes expressos em Euros)

Outras reservas e resultados transitados					
Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Total
<b>21.035.182</b>	<b>9.328.907</b>	<b>22.579.051</b>	<b>52.943.140</b>	<b>17.750.114</b>	<b>156.281.657</b>
–	–	848.770	848.770	–	(5.150.683)
21.035.182	9.328.907	23.427.821	53.791.910	17.750.114	151.130.974
1.775.012	–	15.975.102	17.750.114	(17.750.114)	–
–	–	–	–	19.753.195	19.753.195
<b>22.810.194</b>	<b>9.328.907</b>	<b>39.402.923</b>	<b>71.542.024</b>	<b>19.753.195</b>	<b>170.884.169</b>
–	–	983.618	983.618	(17.157.342)	(16.173.724)
1.906.371	–	689.482	2.595.853	(2.595.853)	–
–	–	(2.015.695)	(2.015.695)	–	(2.015.695)
–	–	–	–	–	301.949
–	–	–	–	–	(83.036)
–	–	–	–	19.463.277	19.463.277
<b>24.716.565</b>	<b>9.328.907</b>	<b>39.060.328</b>	<b>73.105.800</b>	<b>19.463.277</b>	<b>172.376.940</b>

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	2005	2004 (pró-forma)
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
Juros e comissões recebidas	68.444.434	64.278.289
Juros e comissões pagas	(23.598.313)	(17.201.088)
Pagamento ao pessoal e fornecedores	(18.918.160)	(16.379.247)
Pagamento de impostos sobre lucros	(4.662.477)	(6.447.153)
Outros resultados	1.707.417	1.822.641
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<b>22.972.901</b>	<b>26.073.442</b>
<b>(Aumentos) diminuições de activos operacionais</b>		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.454.906	(113.939.065)
Activos financeiros disponíveis para venda	(3.222.841)	241.814
Aplicações em instituições de crédito	(1.401.481)	26.326.308
Crédito a clientes	(245.831.853)	(139.934.618)
Outros activos	(28.896.936)	(60.161.838)
	<b>(274.898.205)</b>	<b>(287.467.399)</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação	7.076.746	(4.037.564)
Recursos de outras instituições de crédito	211.030.682	197.341.488
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.494.893	21.986.691
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	-	(36.253.378)
Outros passivos	15.203.443	79.680.675
	<b>261.805.764</b>	<b>258.717.912</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>9.880.460</b>	<b>(2.676.045)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(801.356)	(1.174.879)
Dividendos recebidos	260.000	875.000
Caixa líquida das actividades de investimento	<b>(541.356)</b>	<b>(299.879)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(16.173.724)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	<b>(16.173.724)</b>	-
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(6.834.620)</b>	<b>(2.975.924)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.725.377	15.701.301
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.890.757	12.725.377



# Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

## 1. Nota Introdutória

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do *Manufacturers Hanover Trust Company*, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças n.º 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como *Corporate Finance*, *Project Finance*, Corretagem, Renda Fixa, *Research* e Capital de Risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha. A Sucursal em Espanha foi constituída em 29 de Outubro de 2004, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Janeiro de 2005.

Conforme descrito na Nota 20, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Fevereiro de 2006.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2005 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra pro rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;

ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;

iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iv) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal e demais disposições emitidas. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Banco apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as NCA, sendo o impacto de transição explicado na Nota 33.

De acordo com a Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Conforme permitido pela Norma IFRS 1, o Banco não reflectiu na informação comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas individuais de 2004, nomeadamente os constantes do Plano de Contas para o Sector Bancário (ver Nota 2.3. f)). No entanto, os saldos relativos a instrumentos financeiros foram classificados nas diversas rubricas do balanço e da demonstração de resultados em conformidade com as disposições das Normas IAS 32 e IAS 39, de forma a facilitar a comparação com os correspondentes saldos do período corrente.

## 2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações de acordo com o método “pro



rata temporis”, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

O regime de provisionamento corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, e inclui as seguintes provisões:

#### Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a cobrir os riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias.

#### Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

De acordo com o Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- o As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
    - o seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - o doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos;
    - o vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Estes créditos de cobrança duvidosa são provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- o Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2004, esta provisão encontrava-se acima dos níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal, não sendo esse excesso aceite como custo para efeitos fiscais.

#### Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco, tais como garantias e avals prestados. O montante a provisionar é calculado por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals:

- o 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- o 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- o 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 o reforço desta provisão deixou de ser aceite como custo para efeitos fiscais. O efeito em resultados é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

## **b) Outros activos financeiros**

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Estes activos são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

### **i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

### **ii) Empréstimos e contas a receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### *Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### **iii) Activos financeiros disponíveis para venda**

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

#### **Justo valor**

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.



O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Grupo CGD independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- o Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- o Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

i) Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;

ii) Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;

iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

##### i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

##### ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

#### d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- o Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- o Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

#### Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- o As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- o A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2005 o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- o Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- o Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- o Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- o Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

### Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- o Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- o Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- o Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente



reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

### e) Imparidade de activos financeiros

#### Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, as Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos *cash-flows* futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

#### **f) Políticas contabilísticas reflectidas nas demonstrações financeiras comparativas**

Conforme referido na Nota 2.1, o Banco optou por não reflectir na informação financeira comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas individuais de 2004, nomeadamente os definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário. Apresenta-se de seguida uma descrição resumida das áreas em que estes princípios contabilísticos divergem das NCA. O impacto em capital próprio da adopção destas normas em 1 de Janeiro de 2005 é apresentado na Nota 33.

#### **Carteira de títulos**

Os títulos eram classificados em função das suas características e atendendo à intenção de manutenção em carteira quando da sua aquisição, nas seguintes categorias:

**Títulos de negociação** - Compreendiam os títulos adquiridos com o objectivo de venda, até um prazo que não poderá exceder seis meses. Estes títulos eram valorizados ao justo valor. As variações no justo valor eram reconhecidas em resultados, com excepção de diferenças de reavaliação referentes a acções que não integravam índices definidos pelo Banco de Portugal. Nestes casos, as mais-valias potenciais eram diferidas em “Outros activos”.

**Títulos de investimento** - Compreendiam os títulos em carteira cujo período de detenção ultrapasse, em regra, seis meses, visando a obtenção de um rendimento estável, sem o objectivo de exercer influência na gestão da entidade emissora. Estes títulos eram valorizados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

**Participações** – Esta rubrica incluía as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido fosse igual ou inferior a 50% ou, sendo superior, não fossem estratégicas para a actividade do Banco. Estas participações eram registadas ao custo. As provisões para menos-valias eram registadas com base nos seguintes critérios:

- o De acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal, era obrigatório o provisionamento da totalidade das menos-valias latentes caso a empresa participada se encontrasse numa das situações previstas no Aviso, incluindo a apresentação de resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos, encontrar-se em insolvência ou falência, ter cessado a actividade, etc..
- o De acordo com o Aviso nº 4/2002, de 25 de Junho do Banco de Portugal, as menos-valias latentes eram determinadas face à cotação média dos últimos seis meses, para empresas com acções cotadas em mercados organizados, e face a 150% do valor contabilístico dos capitais próprios da participada, para as restantes. Ao abrigo do referido Aviso eram constituídas provisões nos casos em que a menos valia latente numa participação excedia 15% do valor de balanço, devendo a provisão corresponder, pelo menos, a 40% desse excesso. Para as participações que já se encontravam em carteira em 31 de Dezembro de 2001, tinha ainda sido definido um período transitório de entre 5 e 10 anos para provisionamento das menos-valias apuradas ao abrigo do Aviso, tendo estas provisões sido reflectidas por contrapartida de reservas até 2004.

Adicionalmente, o Aviso nº 4/2002 previa a aplicação às participações indirectas nas contas individuais dos mesmos critérios seguidos para a avaliação das necessidades de provisões para as participações directas. As menos-valias latentes em participações já provisionadas pelas subsidiárias do Banco não eram reflectidas nas suas contas individuais.



**Acções próprias** - As acções próprias detidas pelo Banco eram registadas no activo ao custo de aquisição.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, os saldos relativos a títulos e participações financeiras foram reclassificados para as categorias definidas na Norma IAS 39, em função da classificação adoptada pelo Banco a partir de 1 de Janeiro de 2005. O valor líquido de balanço manteve-se inalterado, tendo no entanto as provisões para menos-valias nas carteiras de investimento e participações financeiras sido deduzidas ao saldo do correspondente activo. As acções próprias foram reclassificadas para o capital próprio.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente do reconhecimento de mais-valias potenciais na anterior carteira de investimento, e no registo de perdas por imparidade em participações financeiras para além das já reconhecidas ao abrigo do Aviso nº 4/2002 (ver Nota 33).

#### **Derivados e contabilidade de cobertura**

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os derivados de negociação eram registados ao justo valor, com excepção das operações “swap” de divisas. Neste caso, o segmento a prazo das operações, deduzido do prémio ou desconto a amortizar, era incluído na reavaliação da posição cambial à vista. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado eram amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

As operações de cobertura não eram normalmente reavaliadas, sendo os resultados reconhecidos de forma consistente com os do elemento coberto, que na maioria das situações se encontrava registado ao custo. Deste modo, no caso dos *swaps* de taxa de juro, eram apenas reconhecidos os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, foram reclassificados para as rubricas de “Derivados de cobertura com reavaliação positiva e negativa” os juros a receber e a pagar de operações que foram classificadas como de cobertura em 1 de Janeiro de 2005. Os restantes saldos relacionados com derivados foram reflectidos nas rubricas de “Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, com excepção dos prémios recebidos em operações extrapatrimoniais (Notas 7 e 19).

Ao nível dos resultados, na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004 foram reclassificados para as rubricas “Juros de derivados de cobertura” os juros relativos a operações que estavam classificadas como de cobertura de acordo com as regras anteriores do Banco de Portugal. Os resultados gerados nas restantes operações foram registados em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente da valorização ao justo valor dos derivados e da valorização dos elementos cobertos. Dado tratarem-se de operações de cobertura “back-to-back”, o impacto foi reduzido (Nota 33).

#### **Outras situações**

De acordo com as NCA, certas comissões e outros custos ou proveitos recebidos e pagos relativos a operações de crédito e outros instrumentos financeiros são reconhecidos como custos ou proveitos ao longo da operação. Conforme permitido pelo normativo anterior, estes custos e proveitos eram registados no momento do seu pagamento ou recebimento respectivamente.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente do registo de proveitos diferidos relativos a comissões recebidas em operações de crédito em vigor naquela data (Nota 33).

## **2.4. Outros activos tangíveis**

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

## 2.5. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

## 2.6. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.



## 2.7. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

## 2.8. Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- o Diferenças temporárias resultantes de *goodwill*;
- o Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- o Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Banco tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões, amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

## 2.9. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

## 2.10. Benefícios dos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco, equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2005 e 2004, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 296.838 Euros e 270.309 Euros, respectivamente (Nota 29).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## 2.11. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

## 2.12. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

## 2.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.



## 2.14. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

### DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avals prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

### VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

### DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

## 3. Relato por Segmentos

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Banco adoptou os segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de originação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

### **Corporate Finance**

Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Acções, bem como a actividade de Project Finance.

### **Trading and sales**

Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.

### **Corretagem**

Inclui a actividade de intermediação financeira.

### **Banca comercial**

Inclui a originação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.

### **Outros**

Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Em 2005 e 2004, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2005					Total
	Corporate Finance	Trading and Sales	Corretagem	Banca comercial	Outros	
Juros e rendimentos similares	8.685.837	12.038.273	184.013	11.968.906	108.881	32.985.910
Juros e encargos similares	(6.052.608)	(8.388.708)	(128.227)	(8.340.371)	(75.872)	(22.985.786)
<b>I</b>	<b>2.633.229</b>	<b>3.649.565</b>	<b>55.786</b>	<b>3.628.535</b>	<b>33.009</b>	<b>10.000.124</b>
Rendimentos de serviços e comissões	20.639.501	267.023	7.551.724	7.008.036	23.534	35.489.818
Encargos com serviços e comissões	(930)	(103.404)	(1.184.803)	(6.487)	(35.597)	(1.331.221)
<b>II</b>	<b>20.638.571</b>	<b>163.619</b>	<b>6.366.921</b>	<b>7.001.549</b>	<b>(12.063)</b>	<b>34.158.597</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	–	301.898	–	–	–	301.898
Resultados de operações financeiras	(456.255)	2.031.496	(6.915)	881.993	(236.357)	2.213.962
<b>III</b>	<b>(456.255)</b>	<b>2.333.394</b>	<b>(6.915)</b>	<b>881.993</b>	<b>(238.357)</b>	<b>2.515.860</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	(1.320.903)	(34)	(2.809)	(1.322.361)	(272.120)	(2.918.227)
<b>IV</b>	<b>(1.320.903)</b>	<b>(34)</b>	<b>(2.809)</b>	<b>(1.322.361)</b>	<b>(272.120)</b>	<b>(2.918.227)</b>
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	–	–	–	120.335	–	120.335
<b>V</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>120.335</b>	<b>–</b>	<b>120.335</b>
Outros proveitos de exploração	197.321	(111)	41.610	57.640	931.392	1.227.852
<b>VI</b>	<b>197.321</b>	<b>(111)</b>	<b>41.610</b>	<b>57.640</b>	<b>931.392</b>	<b>1.227.852</b>
<b>Total</b>	<b>21.691.963</b>	<b>6.146.433</b>	<b>6.454.593</b>	<b>10.367.691</b>	<b>443.861</b>	<b>45.104.541</b>
Outros custos e proveitos						(25.641.264)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>19.463.277</b>
Activos financeiros detidos para negociação	28.865.244	17.918.506	–	–	–	46.783.750
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	326.109.608	–	41.967.657	–	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	–	4.601.474	–	–	–	4.601.474
Crédito a clientes	300.129.402	–	8.942.006	399.797.214	7.832.840	716.701.462
Passivos financeiros detidos para negociação	–	17.382.371	–	–	–	17.382.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.527.258	8.152	6.694.254	90.188.617	–	117.418.281
Recursos de outras instituições de crédito	221.847.412	249.888.352	66.540.043	297.902.446	79.337.329	915.515.582
Derivados de cobertura	–	2.539.975	–	–	–	2.539.975
<b>Activo líquido total</b>	<b>328.994.646</b>	<b>366.648.183</b>	<b>98.677.365</b>	<b>441.782.524</b>	<b>117.188.425</b>	<b>1.353.291.143</b>



	2004					Total
	Corporate Finance	Trading and Sales	Corretagem	Banca comercial	Outros	
Juros e rendimentos similares	5.836.949	11.968.512	227.146	7.485.423	—	25.518.030
Juros e encargos similares	(3.860.071)	(7.861.919)	(149.510)	(4.905.791)	8.750	(16.768.541)
<b>I</b>	<b>1.976.878</b>	<b>4.106.593</b>	<b>77.636</b>	<b>2.579.632</b>	<b>8.750</b>	<b>8.749.489</b>
Rendimentos de serviços e comissões	21.920.684	234.028	6.830.356	7.287.100	2.821	36.274.989
Encargos com serviços e comissões	(1.469.704)	(160.004)	(1.259.175)	—	(2.821)	(2.891.704)
<b>II</b>	<b>20.450.980</b>	<b>74.024</b>	<b>5.571.181</b>	<b>7.287.100</b>	<b>—</b>	<b>33.383.285</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	—	875.000	—	—	—	875.000
Resultados de operações financeiras	105.676	567.362	(127.645)	—	258.379	803.772
<b>III</b>	<b>105.676</b>	<b>1.442.362</b>	<b>(127.645)</b>	<b>—</b>	<b>258.379</b>	<b>1.678.772</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	(515.842)	(133)	(30.118)	(791.612)	845.786	(491.919)
<b>IV</b>	<b>(515.842)</b>	<b>(133)</b>	<b>(30.118)</b>	<b>(791.612)</b>	<b>845.786</b>	<b>(491.919)</b>
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	—	—	—	(404.940)	(1.303)	(406.243)
<b>V</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(404.940)</b>	<b>(1.303)</b>	<b>(406.243)</b>
Outros proveitos de exploração	—	—	—	—	(1.044.470)	(1.044.470)
<b>VI</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.044.470)</b>	<b>(1.044.470)</b>
<b>Total</b>	<b>22.017.692</b>	<b>5.622.846</b>	<b>5.491.054</b>	<b>8.670.180</b>	<b>67.142</b>	<b>41.868.914</b>
Outros custos e proveitos						(22.115.719)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>19.753.195</b>
Activos financeiros detidos para negociação	41.715.507	8.640.651	—	—	—	50.356.158
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	99.253.168	258.793.995	—	6.217.182	—	364.264.345
Activos financeiros disponíveis para venda	—	2.983.481	—	—	—	2.983.481
Crédito a clientes	195.473.925	—	8.658.122	256.524.343	6.888.596	467.544.986
Passivos financeiros detidos para negociação	—	9.697.095	—	—	—	9.697.095
Recursos de outras instituições de crédito	220.606.349	209.906.819	23.963.904	170.944.177	78.240.464	703.661.713
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.036.326	—	3.960.707	62.380.881	—	88.377.914
Derivados de cobertura	—	123.980	—	—	—	123.980
<b>Activo líquido total</b>	<b>338.270.298</b>	<b>321.864.002</b>	<b>36.745.438</b>	<b>262.120.007</b>	<b>119.971.279</b>	<b>1.078.971.024</b>

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio foi efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos.

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida em Portugal e Espanha. Deste modo, não é apresentada informação relativa a segmentos geográficos.

## 4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Caixa	1.846	1.846
Depósitos a ordem em Bancos Centrais	1.438.944	2.658.082
	<b>1.440.790</b>	<b>2.659.928</b>

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## 5. Disponibilidades à Vista sobre Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Cheques a cobrar		
No País	<b>1.903</b>	<b>929.975</b>
Depósitos à ordem		
No País	3.367.828	5.965.263
No Estrangeiro	1.080.236	3.170.211
	<b>4.448.064</b>	<b>9.153.474</b>
	<b>4.449.967</b>	<b>10.065.449</b>

Os valores a cobrar de instituições de crédito correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 6. Activos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:



	2005			2004		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De emissores públicos						
Obrigações	–	48.331.776	48.331.776	205.716	47.315.272	47.520.988
De organismos financeiros internacionais	–	1.263.632	1.263.632	–	1.260.984	1.260.984
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos:						
De residentes	15.988.996	124.176.531	140.165.527	2.504.644	147.746.193	150.250.837
De não residentes	12.876.248	190.870.103	203.746.351	39.189.023	164.689.072	203.878.095
	<b>28.865.244</b>	<b>364.642.042</b>	<b>393.507.286</b>	<b>41.899.383</b>	<b>361.011.521</b>	<b>402.910.904</b>
<b>Instrumentos de capital</b>						
De residentes	577.827	166.815	744.642	1.011.081	127.410	1.138.491
De não residentes	–	3.268.408	3.268.408	–	3.125.414	3.125.414
	<b>577.827</b>	<b>3.435.223</b>	<b>4.013.050</b>	<b>1.011.081</b>	<b>3.252.824</b>	<b>4.263.905</b>
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 7)</b>	17.340.679	–	17.340.679	7.445.694	–	7.445.694
	<b>46.783.750</b>	<b>368.077.265</b>	<b>414.861.015</b>	<b>50.356.158</b>	<b>364.264.345</b>	<b>414.620.503</b>

## 7. Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3. d). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2005						
	Montante nominal			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
- Swaps							
Taxa de juro	948.966.122	14.574.700	963.540.822	17.082.400	(17.141.566)	(2.539.975)	(2.599.141)
- Caps	347.031.822	–	347.031.822	258.279	(240.805)	–	17.474
- Floors	280.132.690	–	280.132.690	–	–	–	–
	<b>1.576.130.634</b>	<b>14.574.700</b>	<b>1.590.705.334</b>	<b>17.340.679</b>	<b>(17.382.371)</b>	<b>(2.539.975)</b>	<b>(2.581.667)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
- Futuros							
Taxas de juro	23.095.346	–	23.095.346	–	–	–	–
	<b>1.599.225.980</b>	<b>14.574.700</b>	<b>1.613.800.680</b>	<b>17.340.679</b>	<b>(17.382.371)</b>	<b>(2.539.975)</b>	<b>(2.581.667)</b>

2004							
Montante nominal				Valor contabilístico			
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total		Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
Instrumentos financeiros derivados							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
- Swaps							
Taxa de juro	1.387.624.908	15.199.715	1.042.824.623	7.108.200	(10.579.264)	(123.980)	(3.595.044)
- Caps	331.492.760	-	331.492.760	337.494	(314.605)	-	22.889
- Floors	300.402.636	-	300.402.636	-	-	-	-
	<b>2.019.520.304</b>	<b>15.199.715</b>	<b>2.034.720.019</b>	<b>7.445.694</b>	<b>(10.893.869)</b>	<b>(123.980)</b>	<b>(3.572.155)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
- Futuros							
Taxas de juro	19.843.321	-	19.843.321	-	-	-	-
	<b>2.039.363.625</b>	<b>15.199.715</b>	<b>2.054.563.340</b>	<b>7.445.694</b>	<b>(10.893.869)</b>	<b>(123.980)</b>	<b>(3.572.155)</b>

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor contabilístico dos passivos detidos para negociação inclui 1.196.774 Euros relativos a prémios recebidos em *swaps* de taxa de juro registados em "Outros passivos" (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor contabilístico do elemento coberto ascende a 17.193.459 Euros, incluindo 2.409.751 Euros (Nota 10) relativos a correcções de valor.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2005						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	20.000.000	14.993.989	41.530.917	635.751.885	236.689.331	948.966.122
Cobertura	-	-	-	-	14.574.700	14.574.700
	<b>20.000.000</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>635.751.885</b>	<b>251.264.031</b>	<b>963.540.822</b>
- Caps						
Negociação	-	-	-	280.132.690	66.899.132	347.031.822
- Floors						
Negociação	-	-	-	280.132.690	-	280.132.690
	<b>20.000.000</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>1.196.017.265</b>	<b>318.163.163</b>	<b>1.590.705.334</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	23.095.346	-	-	-	-	23.095.346
	<b>43.095.346</b>	<b>14.993.989</b>	<b>41.530.917</b>	<b>1.196.017.265</b>	<b>318.163.163</b>	<b>1.613.800.680</b>



	2004					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
<i>- Swaps</i>						
Taxa de juro						
Negociação	95.717.958	739.000.000	7.500.000	432.630.817	112.776.133	1.387.624.908
Cobertura	-	-	-	-	15.199.715	15.199.715
	<b>95.717.958</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>432.630.817</b>	<b>127.975.848</b>	<b>1.402.824.623</b>
<i>- Caps</i>						
Negociação	-	-	-	300.402.636	31.090.124	331.492.760
<i>- Floors</i>						
Negociação	-	-	-	300.402.636	-	300.402.636
	<b>95.717.958</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>1.033.436.089</b>	<b>159.065.972</b>	<b>2.034.720.019</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
<i>- Futuros</i>						
Taxa de juro						
Negociação	19.843.321	-	-	-	-	19.843.321
	<b>115.561.279</b>	<b>739.000.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>1.033.436.089</b>	<b>159.065.972</b>	<b>2.054.563.340</b>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2005		2004
	Valor nacional	Valor contabilístico	Valor nacional
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>			
<i>Swaps de taxa de juro</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>			
	593.979.571	(6.059.437)	810.384.499
<i>Clientes</i>			
	369.561.251	3.460.296	592.440.124
	<b>963.540.822</b>	<b>2.599.141</b>	<b>1.402.824.623</b>
<i>Caps</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>			
	173.515.911	(240.805)	165.746.380
<i>Clientes</i>			
	173.515.911	258.279	165.746.380
	<b>347.031.822</b>	<b>17.474</b>	<b>331.492.760</b>
<i>Floors</i>			
<i>Instituições Financeiras</i>			
	140.066.345	N/D	150.201.318
<i>Clientes</i>			
	140.066.345	N/D	150.201.318
	<b>280.132.690</b>	-	<b>300.402.636</b>
<i>Futuros</i>			
<i>Em bolsa</i>			
	23.095.346	-	19.843.321
	<b>1.613.800.680</b>	<b>(2.581.667)</b>	<b>2.054.563.340</b>

## 8. Activos Financeiros para Venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Valorizados ao justo valor	3.153.257	39.542
Valorizados ao custo histórico	7.297	7.297
Emitidos por não residentes		
Valorizados ao justo valor	1.440.920	2.936.642
	<b>4.601.474</b>	<b>2.983.481</b>

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2005 foi o seguinte:

	31.12.2004				
	Valor de aquisição	Imparidade (Nota 31)	Valor líquido	Adopção da IAS 39 (Nota 33)	Compras
SAG Gest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	3.309.218
Corporation Interamericana para el Financiamento de Infraestruturas Marconi	2.936.642 7.297	-	2.936.642 7.297	(1.837.740)	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	260.460	(220.918)	39.542	(39.542)	-
	<b>3.204.399</b>	<b>(220.918)</b>	<b>2.983.481</b>	<b>(1.877.282)</b>	<b>3.309.218</b>

(Continua)

(Continuação)	Vendas	Aumentos da reserva de justo valor	Diferenças de câmbio	Saldo em, 31.12.2005
SAG Gest, SGPS, S.A.	(285.801)	129.840	-	3.153.257
Corporation Interamericana para el Financiamento de Infraestruturas Marconi	-	172.109	169.909	1.440.920 7.297
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	-	-	-	-
	<b>(285.801)</b>	<b>301.949</b>	<b>169.909</b>	<b>4.601.474</b>

A adopção da IAS 39 com referência a 1 de Janeiro de 2005 gerou um impacto negativo de 1.877.282 Euros em Resultados Transitados (Nota 33).

A participação na SAG Gest, SGPS, S.A. foi adquirida à Caixa Desenvolvimento em Setembro de 2005 pelo respectivo valor de mercado nessa data. Nas vendas efectuadas em 2005 o Banco registou mais-valias de 11.621 Euros (Nota 26).



A participação na *Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura* foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Até 31 de Dezembro de 2004, o Banco reflectia as variações cambiais do custo de aquisição em resultados, dado que essa exposição se encontrava coberta através da tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. Dado ter sido determinada imparidade nesta participação com referência a 1 de Janeiro de 2005, o Banco manteve o custo de aquisição convertido à taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2004.

No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2005 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.

## 9. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Mercado Monetário Interbancário	2.000.0000	—
Depósitos a prazo		
No País	9.573.496	10.172.014
	<b>11.573.496</b>	<b>10.172.014</b>
Juros a receber	95.849	100.960
	<b>11.669.345</b>	<b>10.272.974</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as “Aplicações em instituições de crédito” tinham vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte, eram denominadas em Euros, e remuneradas à taxa de juro média anual de 3,40% e 3,64%, respectivamente.

## 10. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Crédito interno		
Empréstimos	383.093.432	360.459.012
Créditos em conta corrente	111.879.346	19.354.701
Descobertos em depósitos à ordem	19.980.846	15.046.171
Outros créditos	7.830.974	6.887.212
Crédito ao exterior		
Empréstimos	188.616.064	65.463.496
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 7)	2.409.751	—
	<b>713.810.412</b>	<b>467.210.592</b>
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	3.019.134	2.140.313
	<b>716.829.546</b>	<b>469.350.905</b>
Crédito e juros vencidos	4.430.354	4.203.194
	<b>721.259.900</b>	<b>473.554.099</b>
Provisões para crédito vencido (Nota 18)	(4.430.354)	(4.203.194)
Provisões para créditos de cobrança duvidosa (Nota 18)	(128.084)	(1.805.919)
	<b>(4.558.438)</b>	<b>(6.009.113)</b>
	<b>716.701.462</b>	<b>467.544.986</b>

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco tem constituída uma provisão para riscos gerais de crédito a qual, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, ascende a 7.516.742 Euros e 4.861.142 Euros, respectivamente (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	2005	2004
Até três meses	2.851.204	754.904
De três meses a um ano	71.891.094	93.698.202
De um a cinco anos	68.203.774	79.073.949
Mais de cinco anos	439.004.148	259.282.665
Descobertos e créditos em conta corrente	131.860.192	34.400.876
	<b>713.810.412</b>	<b>467.210.592</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o crédito vencido apresenta antiguidade superior a 3 anos, e encontra-se integralmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes, excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

Sector de actividade	2005		2004	
	Valor	%	Valor	%
<b>Indústrias transformadoras</b>				
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	137.472.289	19,3	65.395.536	14,0
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	35.915.984	5,0	1.559.193	0,3
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	19.285.714	2,7	300.000	0,1
Indústria da pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	12.728.929	1,8	17.164.465	3,7
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	9.750.960	1,4	2.360.201	0,5
Indústria têxtil	9.669.934	1,4	–	–
Fabricação de material de transporte	8.000.000	1,1	–	–
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2.393.939	0,3	–	–
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	–	–	475.046	0,1
<b>Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas</b>				
Actividades imobiliárias	16.984.450	2,4	15.199.715	3,3
Outras actividades	205.619.933	28,8	187.289.742	40,1
Transportes, armazenagem e comunicações	141.687.671	19,8	111.198.396	23,8
Construção	17.001.096	2,4	–	–
Alojamento e restauração	2.000.000	0,3	1.200.000	0,3
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	85.797.979	12,0	56.479.203	12,1
Crédito a particulares	9.501.534	1,3	8.589.095	1,7
	<b>713.810.412</b>	<b>100</b>	<b>467.210.592</b>	<b>100</b>



## 11. Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					Valor líquido em 31.12.05
	Saldo em 31.12.04		Aquisições	Amortiz. do exercício	Abates (líquido)	
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas				
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	13.093.384	(2.501.849)	–	(168.764)	–	10.422.771
Outros imóveis	77.843	(77.843)	–	–	–	–
<b>Equipamento</b>						
Mobiliário e material	945.784	(872.689)	55.401	(38.690)	–	89.806
Material de transporte	296.563	(216.788)	36.600	(48.588)	(16.821)	50.966
Equipamento informático	958.123	(864.598)	136.829	(80.805)	–	149.549
Instalações inferiores	2.043.606	(1.836.950)	43.011	(55.031)	–	194.636
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	–	–	–	–
Máquinas e ferramentas	475.728	(411.164)	8.372	(19.379)	–	53.557
<b>Imobilizado em locação financeira</b>						
Material de transporte	1.414.998	(609.225)	408.827	(395.395)	(130.087)	689.118
	<b>19.546.116</b>	<b>(7.631.193)</b>	<b>689.040</b>	<b>(806.652)</b>	<b>(146.908)</b>	<b>11.650.403</b>

	2004					Valor líquido em 31.12.04
	Saldo em 31.12.03		Aquisições	Amortiz. do exercício	Abates (líquido)	
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas				
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	13.093.384	(2.333.083)	–	(168.766)	–	10.591.535
Outros imóveis	77.843	(77.843)	–	–	–	–
<b>Equipamento</b>						
Mobiliário e material	997.838	(920.545)	30.649	(34.847)	–	73.095
Material de transporte	391.645	(286.629)	70.552	(64.791)	(31.002)	79.775
Equipamento informático	1.333.374	(1.218.885)	70.505	(75.806)	–	109.188
Instalações inferiores	1.992.609	(1.774.625)	40.947	(67.938)	–	190.993
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	–	–	–	–
Máquinas e ferramentas	445.043	(407.398)	56.864	(29.945)	–	64.564
<b>Imobilizado em locação financeira</b>						
Material de transporte	1.086.397	(467.154)	626.682	(364.193)	(75.959)	805.773
	<b>19.658.220</b>	<b>(7.726.249)</b>	<b>896.199</b>	<b>(806.286)</b>	<b>(106.961)</b>	<b>11.914.923</b>

## 12. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercicios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					
	Saldo em 31-12-04		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31-12-05
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Sistemas de tratamento automático de dados	3.484.087	(3.158.620)	46.905	22.701	(199.466)	195.607
Actos intangíveis em curso	56.012	–	195.199	(22.701)	–	228.510
	<b>3.540.099</b>	<b>(3.158.620)</b>	<b>242.104</b>	<b>–</b>	<b>(199.466)</b>	<b>424.117</b>

	2004							
	Saldo em 31-12-03#			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31-12-04
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adopção das NCA (nota 33)					
Despesas de Estabelecimento	1.215.901	(1.215.369)	(532)	–	–	–	–	–
Sistemas de tratamento automático de dados	3.946.534	(3.779.495)	–	278.742	168.792	(289.106)	–	325.467
Activos intangíveis em curso	136.181	–	–	124.887	(168.792)	–	(36.264)	56.012
	<b>5.298.616</b>	<b>(4.994.864)</b>	<b>(532)</b>	<b>403.629</b>	<b>–</b>	<b>(289.106)</b>	<b>(36.264)</b>	<b>381.479</b>

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos intangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na aquisição de software, o qual não está ainda a ser utilizado nesta data.

## 13. Investimento em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Caixa Capital, S.A.	14.575.724
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	2.500.000
Caixa Ireland Limited	12.710
	<b>17.088.434</b>



Os dados financeiros retirados das contas individuais das filiais (incluindo participações indirectas), relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação (%)		Data	Activo	Lucro (Prejuízo)	Situação Líquida
		Directa	Efectiva				
Caixa Ireland Limited	Dublin	100,00%	100,00%	30-11-05	39.133.318	(2.202)	39.130.084
Caixa Investments Ireland	Dublin	–	100,00%	30-11-05	39.481.057	400.297	39.378.191
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-05	111.703.093	1.936.568	41.495.138
Caixa-Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-05	25.387.006	5.775.777	23.876.272
Inbepor, SGPS, S.A.	Lisboa	–	55,00%	31-12-05	487.050.000	(2.467.896)	122.532.104

A situação líquida da Caixa Ireland Limited e da Caixa Desenvolvimento inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco, nos montantes de 39.083.397 Euros e 27.284.245 Euros, respectivamente. Nas demonstrações financeiras do Banco estes valores estão registados na rubrica "Outros activos" (Nota 15).

A Caixa Ireland Limited é uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu Activo é composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland é uma sociedade com sede na República da Irlanda, e tem como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários. A situação líquida destas empresas reflecte já a aplicação de resultados e o respectivo pagamento de dividendos ao Banco em 2005, no valor de 260.000 Euros (875.000 Euros no exercício de 2004) (Nota 23).

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., (Caixa Desenvolvimento) constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Sociedade tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe.

A Inbepor, SGPS, S.A. tem sede em Lisboa e foi constituída em Dezembro de 2005 com um capital de 50.000 Euros, inicialmente subscrito em 80% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, através da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. e em 20% pela Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A.. A Sociedade tem como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades financeiras, e foi constituída no âmbito da operação de aquisição da totalidade do capital social da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (Compal) e da Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. (Nutricafés), nos termos de contratos celebrados em 2 de Novembro de 2005.

A concretização das transacções ficou sujeita à obtenção das autorizações/declarações de não oposição da Autoridade da Concorrência. A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Nutricafés foi decidida em 23 de Dezembro de 2005, tendo ainda neste mês a gestão da empresa sido transferida para os Compradores. A transferência do controlo sobre a Compal ocorreu apenas no exercício de 2006. Na sequência da alienação ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital de 12.500 acções da Inbepor pelo respectivo valor nominal, em 31 de Dezembro de 2005 a Caixa Desenvolvimento detém acções representativas de 55% do capital da Inbepor. A situação líquida da Inbepor nessa data inclui prestações suplementares prestadas pelos accionistas num total de 124.950.000 Euros.

## 14. Imposto sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 eram os seguintes:

	2005	2004
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	657.900	1.294.303
Passivos por impostos correntes	(1.747.729)	(2.816.090)
Imposto sobre o rendimento a pagar	<b>(1.089.829)</b>	<b>(1.521.787)</b>
Activos por impostos diferidos	3.393.901	2.029.786
Por diferenças temporárias	(1.091.615)	(491.534)
Passivos por impostos diferidos	<b>2.302.286</b>	<b>1.538.252</b>

Durante o exercício de 2004, no âmbito da revisão da declaração fiscal do Banco referente ao exercício de 2000, as autoridades fiscais efectuaram correcções à matéria colectável no montante de 590.507 Euros. Estas correcções originaram o reconhecimento de uma perda de 44.560 Euros e o acréscimo dos prejuízos fiscais reportáveis referentes ao exercício de 2001 em 1.654.385 Euros. Desta forma, o Banco apresentou uma declaração de substituição e registou imposto a recuperar referente ao exercício de 2003 no montante de 545.947 Euros, o qual foi recebido em 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica "Imposto sobre o rendimento a recuperar" inclui 657.900 Euros relativos a uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005				Saldo em 31-12-2005
	Saldo em 31-12-04	Adopção da IAS 39 (Nota 33)	Variação		
			Resultados	Capital Próprio	
Provisões não aceites fiscalmente	1.509.721	–	242.466	–	1.752.187
Comissões	300.935	591.645	(385.767)	–	506.813
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(56.420)	779.268	(406.791)	–	316.057
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	–	516.253	–	(83.036)	433.217
Valorização de outros activos ao justo valor através de resultados	–	(120.318)	(375.852)	–	(496.170)
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(215.984)	–	6.166	–	(209.818)
	<b>1.538.252</b>	<b>1.766.848</b>	<b>(919.778)</b>	<b>(83.036)</b>	<b>2.302.286</b>



	2004			
	Saldo em 31-12-03	Adopção das NCA (Nota 33)	Varição em Resultados	Saldo em 31-12-2004
Provisões não aceites fiscalmente	-	1.067.188	442.533	1.509.721
Comissões	-	110.000	190.935	300.935
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(105.627)	49.207	(56.420)
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	-	(222.259)	6.275	(215.984)
	-	<b>849.302</b>	<b>688.950</b>	<b>1.538.252</b>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2005	2004
Impostos correntes		
Do exercício	4.917.256	5.332.620
Correcções relativas a exercícios anteriores	(15.104)	33.152
	4.902.152	5.365.772
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	919.778	(688.950)
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>5.821.930</b>	<b>4.676.822</b>
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>25.285.207</b>	<b>24.430.017</b>
<b>Carga fiscal</b>	<b>23,03%</b>	<b>19,14%</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2005 e 2004 pode ser demonstrada como se segue:

	2005		2004	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de imposto		<b>25.285.207</b>		<b>24.430.017</b>
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	6.953.432	27,50%	6.718.255
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.8)	(1,79%)	(451.354)	(1,11%)	(270.434)
Prejuízo fiscal imputado por ACE	(4,33%)	(1.094.869)	(5,67%)	(1.384.482)
Benefícios fiscais	(0,37%)	(92.431)	(1,04%)	(254.633)
Mais - valias fiscais	(0,09%)	(23.733)	(0,02%)	(3.797)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	1,99%	502.563	(0,96%)	(234.921)
Outros custos não aceites	0,08%	21.026	0,16%	40.111
Tributação autónoma	0,15%	37.977	0,13%	32.710
Outros	(0,10%)	(30.681)	0,15%	34.013
	<b>23,04%</b>	<b>5.821.930</b>	<b>19,14%</b>	<b>4.676.822</b>

## 15. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Prestações suplementares		
Caixa Ireland Limited (Nota 13)	39.083.397	39.083.397
Caixa Desenvolvimento (Nota 13)	27.284.245	27.284.245
Devedores por operações sobre futuros e opções	502.853	725.144
Outros devedores diversos	3.774.900	1.144.423
	<b>70.645.395</b>	<b>68.237.209</b>
<b>Outros activos</b>	<b>48.846</b>	<b>48.846</b>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	1.600	—
Rendas de locação operacional	3.812	3.812
Outras despesas com encargo diferido	2.333.174	2.881.027
	<b>2.338.586</b>	<b>2.884.839</b>
<b>Contas de regularização activas</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	93.245.537	66.784.847
Outras operações activas a regularizar	73.971	159.037
	<b>93.319.508</b>	<b>66.943.884</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>	4.084.589	3.971.464
	<b>170.436.924</b>	<b>142.086.242</b>
<b>Imparidade de outros activos (Nota 18)</b>	(4.084.589)	(3.971.464)
	<b>166.352.335</b>	<b>138.114.778</b>



Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Outros devedores diversos" corresponde essencialmente a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica " Outras despesas com encargo diferido" inclui 2.108.502 Euros e 2.781.409 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar" corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito encontra-se integralmente provisionado.

Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

## 16. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
À vista		
Depósitos a ordem		
Instituições de crédito no país	138.887	166.613
Instituições de crédito no estrangeiro	1.457	1.457
A prazo		
Recursos de instituições de crédito no país		
Recursos do mercado monetário interbancário	575.000.000	509.500.000
Depósitos a prazo	333.900.000	189.450.000
Recursos a muito curto prazo	3.560.226	2.716.394
Outros recursos - Descobertos em depósitos à ordem	264.576	-
	<b>912.865.146</b>	<b>701.834.464</b>
Juros a pagar		
Recursos de instituições de crédito no país	2.650.436	1.827.249
	<b>915.515.582</b>	<b>703.661.713</b>

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	2005	2004
Depósitos à ordem	404.920	168.070
Até três meses	622.560.226	518.016.394
De três meses a um ano	289.900.000	183.650.000
	<b>912.865.146</b>	<b>701.834.464</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo depósitos à ordem eram remunerados à taxa de juro média anual de 2,38% e 2,23%, respectivamente.

## 17. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Depósitos		
À ordem	58.892.255	56.091.354
A prazo	56.783.877	31.089.885
	<b>115.676.132</b>	<b>87.181.239</b>
Juros a pagar de depósitos	1.742.149	1.196.675
	<b>117.418.281</b>	<b>88.377.914</b>

Os recursos de clientes e outros empréstimos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 apresentam a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais até ao vencimento:

	2005	2004
À vista	58.892.255	56.091.354
Até três meses	48.556.726	21.901.309
Mais de cinco anos	8.227.151	9.188.576
	<b>115.676.132</b>	<b>87.181.239</b>

## 18. Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					Saldo em 31.12.05
	Saldo em 31.12.04	Reforços	Anulações e Reposições	Utilizações	Diferenças Cambiais	
Provisões para créditos sobre clientes						
Crédito vencido	4.203.194	201.188	(4.999)	(201.188)	232.159	4.430.354
Cobrança duvidosa	1.805.919	312.500	(629.024)	(1.361.311)	—	128.084
	<b>6.009.113</b>	<b>513.688</b>	<b>(634.023)</b>	<b>(1.562.499)</b>	<b>232.159</b>	<b>4.558.438</b>
Provisões riscos gerais de crédito (Nota 10)	4.861.142	4.365.851	(1.710.251)	—	—	7.516.742
Provisões para outros riscos e encargos	2.217.935	262.627	—	—	—	2.480.562
	<b>7.079.077</b>	<b>4.628.478</b>	<b>(1.710.251)</b>	—	—	<b>9.997.304</b>
Imparidade de outros activos (Nota 15)	3.971.464	123.835	(10.710)	—	—	4.084.589
	<b>17.059.654</b>	<b>5.266.001</b>	<b>(2.354.984)</b>	<b>(1.562.499)</b>	<b>232.159</b>	<b>18.640.331</b>



	2004					Saldo em 31.12.04
	Saldo em 31.12.03	Reforços	Anulações e Reposições	Utilizações	Diferenças Cambiais	
Provisões para créditos sobre clientes						
Crédito vencido	4.320.686	294.023	(293.699)	–	(117.816)	4.230.194
Cobrança duvidosa	1.400.000	1.047.221	(641.302)	–	–	1.805.919
	<b>5.720.686</b>	<b>1.341.244</b>	<b>(935.001)</b>	–	<b>(117.816)</b>	<b>6.009.113</b>
Provisões riscos gerais de crédito (Nota 10)	3.514.963	1.929.045	(582.866)	–	–	4.861.142
Provisões para outros riscos e encargos	3.076.006	967.660	(1.821.920)	(3.811)	–	2.217.935
	<b>6.590.969</b>	<b>2.896.705</b>	<b>(2.404.786)</b>	<b>(3.811)</b>	–	<b>7.079.077</b>
Imparidade de outros activos (Nota 15)	4.642.346	57.585	(684.967)	(43.500)	–	3.971.464
	<b>16.954.001</b>	<b>4.295.534</b>	<b>(4.024.754)</b>	<b>(47.311)</b>	<b>(117.816)</b>	<b>17.059.654</b>

## 19. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector Público Administrativo		
Imposto sobre Valor Acrescentado	240.710	248.430
Retenção de impostos na fonte	1.701.164	2.185.889
Contribuições para a Segurança Social	177.790	162.838
Credores por operações sobre fundos e opções	483.920	397.360
Juros e dividendos a pagar	112.014	99.439
Credores por operações sobre valores mobiliários	9.607.063	3.302.758
Credores diversos		
Fornecedores de bens de locação financeira	890.142	972.712
Outros	271.622	328.596
	<b>13.484.425</b>	<b>7.698.022</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Remunerações adicionais	1.651.198	1.500.000
Férias e subsídios de férias	1.320.000	1.277.400
Fundo de pensões	288.220	258.587
Comissões a pagar	–	1.094.309
Outros	792.470	531.162
	<b>4.051.888</b>	<b>4.611.458</b>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Comissões de operações de crédito (Nota 2.3.a))	3.639.470	–
Comissões associadas a operações de crédito	836.036	–
Comissões agenciamento	79.094	–
Prémios recebidos de operações extrapatrimoniais (Nota 7)	–	1.196.774
Outros	–	7.666
	<b>4.554.600</b>	<b>1.204.440</b>

(Continua)

(Continuação)	2005	2004
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	92.700.094	81.757.781
Outras operações a regularizar	430.339	567.751
	<b>93.130.433</b>	<b>82.325.532</b>
	<b>115.221.346</b>	<b>95.839.452</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo da rubrica “Credores por operações sobre valores mobiliários”, refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

## 20. Capital Subscrito e Acções Próprias

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura accionista é a seguinte:

	2005		2004	
	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%
Gerbanca, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
Companhia de Seguros				
Fidelidade - Mundial, S.A.	7.964.177	9,8	7.959.630	9,8
Acções próprias	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
Outros	279.378	0,4	283.925	0,4
	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.



## 21. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reserva de reavaliação de imobilizado	4.338.403	4.338.403
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	218.913	—
	<b>4.557.316</b>	<b>4.338.403</b>
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	24.716.565	22.810.194
Reserva livre	9.328.907	9.328.907
Resultados transitados	39.060.328	39.402.923
	<b>73.105.800</b>	<b>71.542.024</b>
<b>Lucro do Exercício</b>	19.463.277	19.753.195
	<b>97.126.393</b>	<b>95.633.622</b>

### Reservas de reavaliação

#### Reservas de reavaliação de imobilizado

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”.

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

#### Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

### Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 24 de Março de 2005, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2004 no montante de 17.157.342 Euros, dos quais 983.618 Euros atribuídos a acções próprias.

## 22. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	39.337	57.226
Juros de aplicações em instituições de crédito	417.177	592.125
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	13.569.426	11.586.816
Crédito ao exterior	5.154.025	1.004.537
Juros de activos detidos para negociação		
Títulos	1.261.142	670.494
<i>Swaps</i> de taxas de juro	1.077.315	–
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10.855.078	9.086.605
Juros de derivados de cobertura	611.630	2.516.811
Juros de devedores e outras aplicações	780	3.416
	<b>32.985.910</b>	<b>25.518.030</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos de instituições de crédito	18.438.485	11.598.596
Juros de depósitos de clientes	1.801.197	1.366.120
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	–	258.279
Juros de passivos financeiros de negociação		
<i>Swaps</i> de taxas de juro	1.373.253	–
Juros de derivados de cobertura	1.339.320	3.505.336
Outros juros e encargos		
Juros de credores e outros recursos	26.740	22.382
Outros	6.791	17.828
	<b>22.985.786</b>	<b>16.768.541</b>

No exercício de 2004, os juros de *swaps* de taxa de juro de negociação estão reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

## 23. Rendimentos de Instrumentos de Capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Caixa Ireland Limited (Nota 13)	260.000	875.000
Activos disponíveis para venda	41.898	–
	<b>301.898</b>	<b>875.000</b>



## 24. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Comissões recebidas</b>		
Comissões por garantias prestadas	1.048.458	1.169.304
Comissões por compromissos assumidos perante terceiros	382.311	284.730
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	–	496.574
Comissões por serviços prestados	7.964.288	13.756.905
Montagem de operações	444.743	645.282
Depósito e guarda de valores	220.894	159.415
Administração de valores	106.363	48.980
Outros serviços prestados	8.374.160	6.494.039
Comissões associadas ao custo amortizado		
Agenciamento	405.786	–
Operações de crédito	327.107	–
Comissões por operações realizadas por conta de terceiros	7.060.303	6.195.221
Outras comissões recebidas	9.155.405	7.024.539
	<b>35.489.818</b>	<b>36.274.989</b>
<b>Comissões pagas</b>		
Comissões por operações realizadas por terceiros	1.296.940	1.405.776
Comissões por serviços bancários prestados por terceiros	34.281	1.108.108
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	–	2.820
Outras comissões	–	375.000
	<b>1.331.221</b>	<b>2.891.704</b>

## 25. Resultados em Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Resultados em activos e passivos retidos para negociação</b>		
Instrumentos de dívida	1.058.603	1.167.328
Instrumentos de capital	42.386	726.754
Instrumentos derivados		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	927.971	(192.623)
Futuros	(1.488.894)	(1.206.178)
Opções	(22.580)	(48.826)
<i>Forward rate agreement</i>	–	9.195
	<b>517.486</b>	<b>455.650</b>
<b>Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>		
Instrumentos de dívida	(814.681)	(4.107)
Instrumentos de capital	2.720.023	110.096
	1.905.342	105.989
Resultados em operações de cobertura	(94.309)	–
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	84.283	–
	<b>2.412.802</b>	<b>561.639</b>

## 26. Resultados em Activos Financeiros Disponíveis para Venda

No exercício de 2005, os resultados em activos disponíveis para venda correspondem integralmente a ganhos na alienação de instrumentos de capital (Nota 8).

## 27. Resultados de Reavaliação Cambial

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Reavaliação da posição cambial à vista		
Reavaliação da posição cambial a prazo	(225.934)	316.382
	15.473	(74.249)
	<b>(210.461)</b>	<b>242.133</b>

## 28. Outros Resultados de Exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Cedência de pessoal - Grupo CGD	1.787.525	1.610.583
Reembolso de despesas	330.417	138.606
Outros	74.508	244.099
	<b>2.192.450</b>	<b>1.993.288</b>
Outros ganhos em operações financeiras	321	–
	<b>2.192.771</b>	<b>1.993.288</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Outros encargos e gastos operacionais		
TREM II	672.907	2.688.702
Quotização de donativos	25.770	51.656
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	11.725	8.750
Outros	23.184	154.811
Outras perdas em operações financeiras	478	–
Outros impostos		
Impostos indirectos	83.043	79.284
Impostos directos	128.316	118.340
	<b>945.423</b>	<b>3.101.543</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>1.247.348</b>	<b>(1.108.255)</b>



## 29. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Remuneração dos órgãos de gestão	765.139	779.060
Remuneração dos empregados	8.945.103	7.996.082
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	1.675.036	1.486.529
Fundo de Pensões (Nota 2.10)	296.838	270.309
Outros encargos sociais obrigatórios	69.841	91.292
Outros custos com pessoal	304.665	250.224
	<b>12.056.622</b>	<b>10.873.496</b>

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco nos anos de 2005 e 2004, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 159 e 148 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	2005	2004
Direcção	42	40
Técnicos	87	67
Administrativos	30	41
	<b>159</b>	<b>148</b>

## 30. Gastos Gerais Administrativos

	2005	2004
Serviços especializados	3.104.717	3.386.593
Conservação e reparação	1.541.417	985.613
Deslocações, estadias e representação	554.739	378.915
Comunicações	434.997	463.102
Publicidade e edição de publicações	262.211	235.117
Rendas e alugueres	241.967	157.667
Água, energia e combustíveis	110.122	110.209
Seguros	97.817	52.169
Outros serviços de terceiros	92.341	114.040
Formação de pessoal	77.111	82.105
Material de consumo corrente	64.750	77.773
Publicações	31.744	31.736
Outros fornecimentos de terceiros	29.536	22.352
	<b>6.643.469</b>	<b>6.097.391</b>

## 31. Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2005	2004
<b>Passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	139.038.212	172.586.607
Activos dados em garantia	45.000.000	45.000.000
	<b>184.038.212</b>	<b>217.586.607</b>
<b>Compromissos</b>		
Linhas de crédito revogáveis	158.034.724	198.456.723
Subscrição de títulos	66.730.651	75.874.336
Outros compromissos irrevogáveis	4.238.366	3.670.802
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2.052.436	2.052.436
Responsabilidade a prazo de contribuições para o FGD	155.395	149.620
Linhas de crédito irrevogáveis	–	1.612.955
	<b>231.211.572</b>	<b>281.816.872</b>
<b>Responsabilidade por prestação de serviços</b>		
Depósito e guarda de valores	<b>2.983.380.688</b>	<b>3.104.567.136</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Activos dados em garantia” corresponde ao valor nominal de títulos da dívida pública dados em garantia pelo Banco relativamente às seguintes situações:

Sistema de Processamento de Grandes Transacções (SPGT)	42.000.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Euronext	2.000.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	1.000.000
	<b>45.000.000</b>

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2005 e 2004, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível ao Banco ascendeu a 17.500 Euros. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 5.775 Euros e 8.750 Euros respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.395 Euros e 149.620 Euros, respectivamente.

## 32. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão do Banco.



Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2005		2004	
	Filiais	Outras empresas do Grupo CGD	Filiais	Outras empresas do Grupo CGD
<b>Activos</b>				
Crédito a clientes	69.175.521	48.007.470	57.042.009	–
Aplicações em instituições de crédito	–	14.569.024	0	10.272.974
Outros activos	66.414.197	401.177	66.387.806	–
<b>Passivos</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	–	915.499.279	–	703.617.685
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.198.233	20.936.785	8.213.390	–
Outros passivos	–	920.010	–	–
<b>Proveitos</b>				
Juros e rendimentos similares	1.772.153	2.008.331	347.784	–
Ganhos em operações financeiras	–	26.447.107	–	–
Rendimentos de instrumentos de capital	260.000	–	875.000	–
Rendimentos de serviços e comissões	38.832	1.578.213	38.720	–
Outros proveitos de exploração	352.937	1.415.374	329.446	1.451.699
<b>Custos</b>				
Juros e encargos similares	153.361	20.846.980	87.058	–
Gastos gerais administrativos	–	1.011.307	–	930.002
Perdas em operações financeiras	–	27.483.005	–	–
Encargos com serviços e comissões	–	325.384	–	–

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

### Órgãos de gestão

Em 2005, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 772.212 Euros, dos quais 7.073 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.10.

Em 2005 e 2004 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 152.000 Euros e 142.000 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 2005 e 2004, os órgãos de gestão não têm operações de crédito contratadas junto do Banco. Adicionalmente, o Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

### 33. Adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas

O impacto da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital Próprio		Resultado 2004
		31-12-2004	31-12-2003	
<b>Saldos de acordo com o PCSB</b>		<b>175.345.370</b>	<b>156.281.657</b>	<b>19.063.713</b>
<b>Impacto das normas adoptadas a partir de 1 de Janeiro de 2004</b>				
Reclassificação das acções próprias	(a)	(5.999.453)	(5.999.453)	–
Impostos diferidos (Nota 14)	(b)	1.538.252	849.302	688.950
Activis intagíveis (Nota 13)		–	(532)	532
		<b>(4.461.201)</b>	<b>(5.150.683)</b>	<b>689.482</b>
<b>Saldos de acordo com NCA - contas pró-forma</b>		<b>170.884.169</b>	<b>151.130.974</b>	<b>19.753.195</b>
<b>Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005</b>				
Valorização das carteiras de títulos	(c)	405.334		
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(d)	(3.024.525)		
Aplicação da contabilidade de cobertura - valorização do elemento coberto	(d)	2.325.469		
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(e)	(2.507.742)		
Impacto fiscal				
Reconhecido em imposto corrente	(f)	(981.079)		
Reconhecido em imposto diferido (Nota 14)	(f)	1.766.848		
<b>Sub-total de ajustamento em 1 de Janeiro de 2005</b>		<b>(2.015.695)</b>		
<b>Saldos de acordo com NCA em 1 de Janeiro de 2005</b>		<b>168.868.474</b>		

(a) Conforme referido na Nota 2.3. f), de acordo com o PCSB as acções próprias eram registadas no activo. De acordo com o IAS 1, as acções próprias são registadas como uma dedução ao capital próprio.

(b) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos relativos a situações já existentes nas referidas datas (ver detalhe na Nota 14).

(c) Este impacto resulta da valorização ao justo valor de títulos anteriormente registados nas carteiras de investimento e participações financeiras, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.3. f), e apresenta a seguinte composição:

Valorização de "Activos ao justo valor através de resultados"	1.845.097
Provenientes da carteira de investimento	437.519
Provenientes da carteira de participações financeiras	<b>2.282.616</b>
	(39.542)
Valorização de "Activos disponíveis para venda" (Nota 8)	(1.837.740)
Provenientes da carteira de investimento	(1.877.282)
Provenientes da carteira de participações financeiras	<b>405.334</b>



Com a adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, o Banco transferiu a totalidade da sua carteira de investimento para a rubrica de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados", com excepção das acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. e da Marconi (Nota 8). Deste modo, foram reconhecidas as mais-valias potenciais que não eram registadas ao abrigo do PCSB, num total de 1.845.097 Euros. De referir que uma parte destas mais-valias é proveniente de títulos de taxa fixa cuja cobertura estava a ser efectuada através de swaps de taxa de juro (ver nota (d) abaixo).

Adicionalmente, o Banco transferiu para esta categoria a participação na Euronext N.V., tendo reconhecido a mais-valia potencial de 437.519 Euros face ao respectivo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2004.

Finalmente, o Banco transferiu para a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda os títulos apresentados na Nota 8, tendo reconhecido uma desvalorização de 1.877.282 Euros. A este respeito:

- o A *Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura* é uma instituição financeira com sede na Costa Rica, que se dedica ao financiamento de projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão na América Latina. O Banco determinou a valorização desta entidade com referência a 1 de Janeiro de 2005, com base no método dos "Discounted cash-flows", tendo sido determinada uma imparidade de 1.837.740 Euros (Nota 8).
- o No que respeita às acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., tendo em conta a reduzida liquidez do título na Euronext Lisboa e a situação em que se encontra a empresa, o Banco determinou a existência de imparidade pelo valor total do investimento (Nota 8).

**(d)** Conforme referido na Nota 2.3. f), de acordo com o PCSB os swaps de taxa de juro de cobertura não eram geralmente reavaliados, sendo apenas reconhecidos os acréscimos de juros a receber e a pagar. Com a adopção do IAS 39, estes derivados foram valorizados pelo respectivo justo valor, o que originou um impacto negativo de 3.024.525 Euros em Resultados transitados.

Este impacto foi compensado:

- o pela valorização de uma operação de crédito com taxa fixa objecto de cobertura, cujo impacto positivo ascendeu a 2.325.469 Euros;
- o pelo registo de mais-valias potenciais de 818.577 Euros em títulos de taxa fixa anteriormente registados na carteira de investimento (ver parágrafo (c) acima).

**(e)** Conforme referido na Nota 2.3. a), de acordo com as NCA o Banco passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado o levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2005, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de 2.507.742 Euros, que originou um impacto negativo de igual montante em Resultados transitados.

**(f)** Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição resultantes da adopção do IAS 39. O Banco reflectiu directamente em impostos correntes os ajustamentos que originam impacto na carga fiscal do exercício de 2005.

## 34. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiras

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

O controlo e gestão dos riscos está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários riscos a seguir identificados.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IAS 32 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

## Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	Moeda					Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	lène	Outras	
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.440.790	-	-	-	-	1.440.790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.196.678	85.850	92.859	20.565	54.015	4.449.967
Activos financeiros detidos para negociação	46.783.750	-	-	-	-	46.783.750
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	368.077.265	-	-	-	-	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	3.160.554	1.440.920	-	-	-	4.601.474
Aplicações em instituições de crédito	11.669.345	-	-	-	-	11.669.345
Crédito a clientes	719.526.214	1.733.686	-	-	-	721.259.900
Outros activos	170.436.924	-	-	-	-	170.436.924
Provisões e imparidades	(6.909.341)	(1.733.686)	-	-	-	(8.643.027)
	<b>1.318.382.179</b>	<b>1.526.770</b>	<b>92.859</b>	<b>20.565</b>	<b>54.015</b>	<b>1.320.076.388</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	(17.382.371)	-	-	-	-	(17.382.371)
Recursos de outras instituições de crédito	(911.954.437)	(3.561.145)	-	-	-	(915.515.582)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(117.222.460)	(191.987)	(3.763)	-	(71)	(117.418.281)
Derivados de cobertura	(2.539.975)	-	-	-	-	2.539.975
Outros passivos	(115.221.346)	-	-	-	-	(115.221.346)
	<b>(1.164.320.589)</b>	<b>(3.753.132)</b>	<b>(3.763)</b>	-	<b>(71)</b>	<b>(1.168.077.555)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>154.061.590</b>	<b>(2.226.362)</b>	<b>89.096</b>	<b>20.565</b>	<b>53.944</b>	<b>151.998.833</b>

A exposição em Dólares Norte-Americanos resulta essencialmente de uma sobre - cobertura do risco cambial de activos disponíveis para venda.

## Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Banco é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (*Asset-Liability Committee*, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano. Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo



da responsabilidade do Grupo CGD essa captação numa forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

Em 31 de Dezembro de 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a composição:

	Prazos residuais contratuais			
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De 1 ano a 3 anos
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.440.790	–	–	–
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.449.967	–	–	–
Activos financeiros detidos para negociação	866.120	175.773	894.274	19.287.215
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	40.442.897	70.690.104	90.161.554
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–
Aplicações em instituições de crédito	–	11.669.345	–	–
Crédito a clientes	132.385.807	4.360.300	72.875.516	10.373.641
Outros activos	104.051.629	–	–	–
	<b>243.194.313</b>	<b>56.648.315</b>	<b>144.459.894</b>	<b>119.822.410</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	–	361.807	811.634	4.373.899
Recursos de outras instituições de crédito	404.919	622.811.730	292.289.933	–
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.275.010	93.428.333	–	–
Derivados de cobertura	–	–	–	–
Outros passivos	105.819.6821	2.119.664	2.727.400	–
	<b>20.499.61112</b>	<b>718.721.534</b>	<b>295.837.967</b>	<b>4.373.899</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>2.694.702</b>	<b>(662.073.219)</b>	<b>(151.378.073)</b>	<b>115.448.511</b>

(Continua)

	Prazos residuais contratuais				
	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	–	–	–	–	1.440.790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	–	4.449.967
Activos financeiros detidos para negociação	1.868.455	23.114.086	–	–	25.000.541
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	122.002.465	41.345.022	577.827	–	163.925.314
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	4.601.474	–	4.601.474
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	–	11.669.345
Crédito a clientes	57.830.133	439.004.149	4.430.354	–	501.264.636
Outros activos	–	–	66.367.642	17.653	170.436.924
	<b>181.701.053</b>	<b>503.463.257</b>	<b>79.412.520</b>	<b>17.653</b>	<b>1.328.719.415</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	2.828.788	9.006.243	–	–	11.822.410
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	915.515.582
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	9.714.938	–	–	117.418.281
Derivados de cobertura	–	2.539.975	–	–	2.539.975
Outros passivos	–	–	–	4.554.600	115.221.346
	<b>2.828.788</b>	<b>21.261.156</b>	–	<b>4.554.600</b>	<b>1.168.077.555</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>178.872.265</b>	<b>482.202.101</b>	<b>79.412.520</b>	<b>(4.536.947)</b>	<b>160.641.860</b>

Na construção do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes e os descobertos em depósitos à ordem foram classificados como “À vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- As acções, o crédito vencido a clientes e as prestações suplementares concedidas pelo Banco foram classificadas como a prazo indeterminado.

## Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos	577.827	10.378.192	18.487.052	29.443.071
Instrumentos financeiros derivados	–	456.342.169	470.379.572	926.721.741
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.435.223	37.422.341	327.219.701	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	4.601.474	–	–	4.601.474
Aplicações em instituições de crédito	–	–	11.669.345	11.669.345
Crédito a clientes	4.430.354	17.211.724	699.617.822	721.259.900
Outros activos	170.436.924	–	–	170.436.924
	<b>183.481.802</b>	<b>521.354.426</b>	<b>1.527.373.492</b>	<b>2.232.209.720</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	–	470.379.572	456.342.169	926.721.741
Instrumentos financeiros derivados	–	404.919	915.110.663	915.515.582
Recursos de outras instituições de crédito	–	23.989.948	93.428.333	117.418.281
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	14.574.700	–	14.574.700
Derivados de cobertura	115.221.346	–	–	115.221.346
Outros passivos	<b>115.221.346</b>	<b>509.349.139</b>	<b>1.464.881.165</b>	<b>2.089.451.650</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(68.260.456)</b>	<b>12.005.287</b>	<b>62.492.327</b>	<b>142.758.070</b>



Em 31 de Dezembro de 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	Prazos de fixação de taxa / Maturidade residual			
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 ano a 3 anos
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos	–	18.487.052	–	–
Instrumentos financeiros derivados	–	7.500.000	50.722.434	79.340.063
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	323.709.455	31.445.601	4.020.346
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–
Aplicações em instituições de crédito	–	11.669.345	–	–
Crédito a clientes	132.385.807	251.103.556	316.146.724	–
Outros activos	104.051.629	–	–	–
	<b>236.437.436</b>	<b>612.469.408</b>	<b>398.314.219</b>	<b>83.360.409</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivados	–	12.500.000	53.228.445	86.834.052
Recursos de outras instituições de crédito	404.919	622.811.730	292.298.933	–
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.275.010	93.428.333	–	–
Derivados de cobertura	–	–	–	–
Outros passivos	105.819.682	2.119.664	2.727.400	–
	<b>120.499.611</b>	<b>730.859.727</b>	<b>348.254.778</b>	<b>86.834.052</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>115.937.825</b>	<b>(118.390.319)</b>	<b>50.059.441</b>	<b>(3.473.643)</b>

(Continua)

	Prazos de fixação de taxa / Maturidade residual				
	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
<b>Activo</b>					
Activos financeiros detidos para negociação					
Títulos	–	10.378.192	577.827	–	29.443.071
Instrumentos financeiros derivados	233.712.578	85.067.094	–	–	456.342.169
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.467.178	2	3.435.223	–	368.077.265
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	4.601.474	–	4.601.474
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	–	11.669.345
Crédito a clientes	–	17.193.459	4.430.354	–	721.259.000
Outros activos	–	–	66.367.642	17.653	170.436.924
	<b>239.179.756</b>	<b>112.638.747</b>	<b>79.412.520</b>	<b>17.653</b>	<b>1.761.830.148</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos financeiros derivados	235.865.191	81.951.884	–	–	470.379.572
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	915.515.582
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	9.714.938	–	–	117.418.281
Derivados de cobertura	–	14.574.700	–	–	14.574.700
Outros passivos	–	–	–	4.554.600	115.221.346
	<b>235.865.191</b>	<b>106.241.522</b>	–	<b>4.554.600</b>	<b>1.633.109.481</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>3.314.565</b>	<b>6.397.255</b>	<b>79.412.520</b>	<b>(4.536.947)</b>	<b>128.720.667</b>

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- o nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- o nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- o o valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- o o valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- o nos *swaps* de taxa de juro, são apresentados os valores nominais, sendo considerado como um activo (no caso de o Banco receber taxa fixa) ou como um passivo (no caso de o Banco pagar taxa fixa). Os *swaps* de taxa de juro nos quais o Banco recebeu prémios no início das operações e paga taxa variável não estão incluídos;
- o o crédito vencido a clientes foi considerado como não sujeito a risco de taxa de juro; e
- o os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

### Justo valor

O Banco mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- o As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refixação curtos;
- o Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, o crédito concedido é na sua quase totalidade remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos. A única operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível a risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do crédito concedido (ver Nota 10);
- o A totalidade dos depósitos de clientes tem prazos até ao vencimento inferiores a 3 meses.

Face ao exposto, o Banco considera que o valor de balanço dos seus activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.





# Relatório e Parecer do Fiscal Único



Relatório e Contas | 2005

## Contas Consolidadas

### Aos Accionistas do Caixa-Banco de Investimento, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2005 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui um ênfase relativo à aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

Face ao exposto, somos da opinião que, após considerar o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

## Contas Individuais

### Aos Accionistas do Caixa-Banco de Investimento, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005, a Demonstração dos resultados individuais, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e a Demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2005 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui dois ênfases relativos ao efeito da consolidação de contas e ao impacto da aplicação em 2005 das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras individuais.

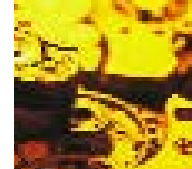
As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005. Estas demonstrações financeiras são as que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o assunto descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



## Contas Consolidadas (montantes expressos em euros)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Banco) e Subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 1.782.738.747 Euros e capitais próprios de 247.141.944 Euros, incluindo um resultado líquido de 25.004.347 Euros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Caixa – Banco de Investimento, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

## Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco adoptou pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras, as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário - PCSB) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as IFRS, para efeitos de comparabilidade. As divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia são apresentadas na Nota 34.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

## Contas Individuais (montantes expressos em euros)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 1.353.291.143 Euros e capitais próprios de 172.376.940 Euros, incluindo um resultado líquido de 19.463.277 Euros, a Demonstração dos resultados individuais, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e a Demonstração das alterações no capital próprio individual do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os objectivos indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Caixa – Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

## Ênfases

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2005 consistem num aumento do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 429.447.604 Euros, 354.682.600 Euros, 69.223.934 Euros e 5.541.070 Euros, respectivamente.

6. Conforme divulgado na Nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2005 o Banco adoptou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal. Em termos gerais, as NCA correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS), com algumas excepções, incluindo o regime de provisionamento e a valorimetria do crédito concedido. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário - PCSB) para as NCA, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NCA, para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto de transição para as NCA são apresentadas na Nota 33.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães